

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 61 - Série VII - N.º 889
3 de Janeiro de 1991
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

UMA GRANDE VITÓRIA DO PCP

151 704 504\$70

Dentro dos prazos que tinham sido fixados, a Campanha dos 150 mil contos atingiu os seus objectivos: milhares de comunistas, de amigos do Partido, de democratas, de trabalhadores corresponderam ao apelo do PCP para reunir a verba da compra da Quinta da Atalaia onde já o ano passado se realizou a Festa do «Avante!». Mas há organizações que querem ir ainda mais longe!

Págs. 1 e 2 / Semana

Toda a força à campanha!



vota

Carlos Carvalhas

*Ideias justas,
propostas necessárias,
um voto que conta
para fazer valer os interesses do Povo e de Portugal.*



Semana /

Avante!

Ano 61 — Série VII

N.º 889

3 de Janeiro de 1991

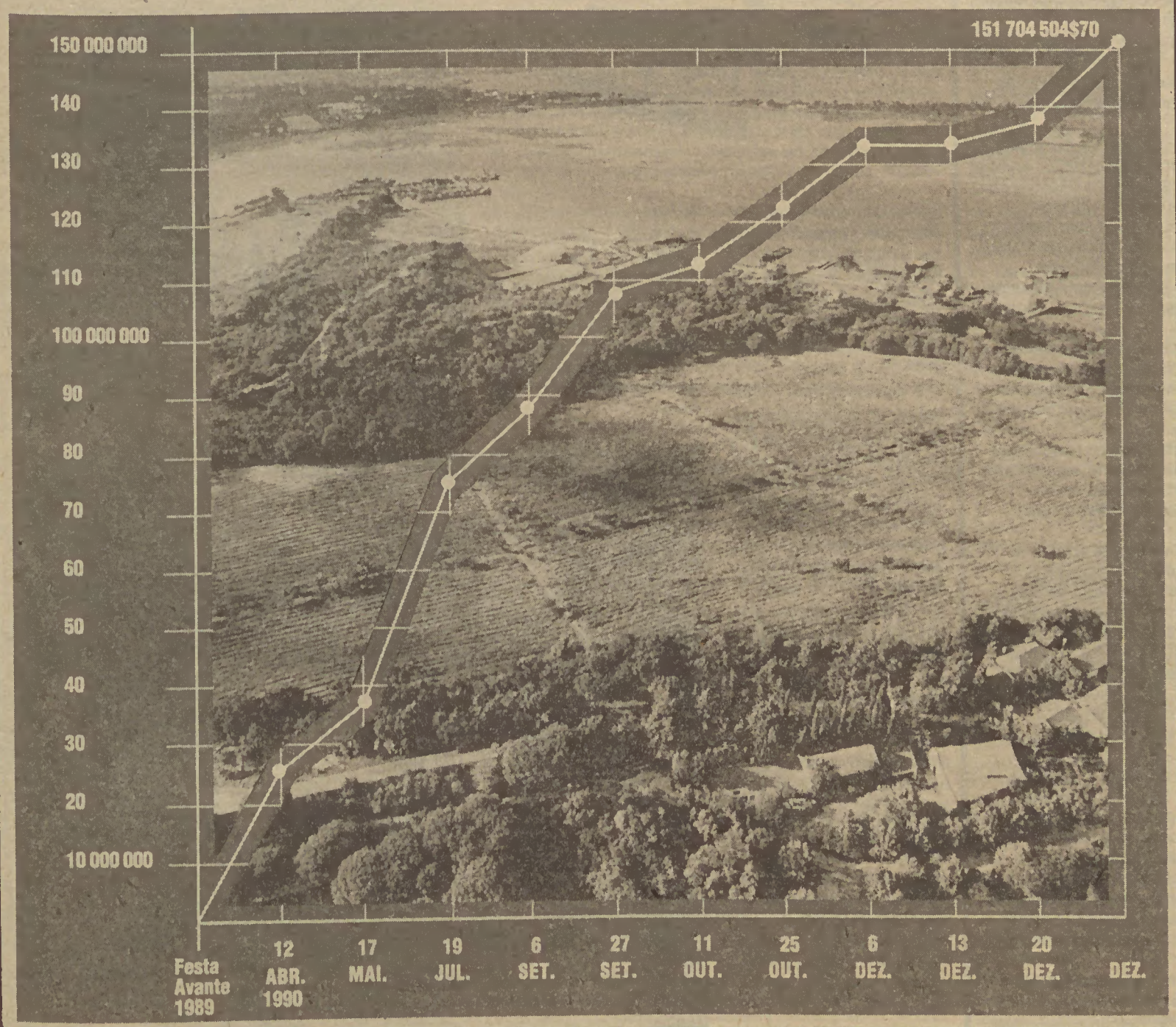
2.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente

Cento e cinquenta e um milhões, setecentos e quatro mil, quinhentos e quatro escudos — e setenta centavos!!



Foi assim que lá chegámos:



A maior campanha de fundos, em termos numéricos, até hoje realizada pelo PCP atingiu os seus dois objectivos centrais, ou seja: alcançar a meta fixada — 150 000 contos e conseguiu-o até ao final do ano.

Concretamente atingiram-se 151 704 504\$70!

É indubitavelmente um grande êxito. Um êxito que é o resultado dos esforços e das contribuições de mi-

150
mil Contos
para o Terreno
da festa
Ósone com a Campanha

O sorteio da Rifa Nacional da campanha dos 150 mil contos vai realizar-se no próximo sábado, dia 5 de Janeiro, durante uma iniciativa especial que terá lugar na Escola Primária do Alto da Eira, em Santa Iria da Azóia, onde haverá um almoço com a participação do camarada Luís Sá, da Comissão Política do CC do PCP.

PORTUGAL INDEPENDENTE

edições
Avante!

NO MUNDO EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional



Caminhos da guerra

As mensagens de paz, solidariedade e confiança no futuro que assinalaram em quase todo o mundo, como de costume, o início deste novo ano, não afastaram do horizonte da humanidade a ameaça terrível da guerra. Na hora mágica que assinala o começo do ano toda a gente procura esquecer tristezas, deitar as mágoas para trás das costas, acreditar que tudo pode ser melhor. Em celebrações públicas ou privadas, com mais ou menos animação, o ritual cumpre-se. Há que alimentar a esperança de que o amanhã pode ser melhor.

E no entanto... no entanto basta acordar no novo ano para perceber que os rituais não bastam para exorcizar os perigos reais que pesam sobre todos nós.

Se no ano findo todos os caminhos foram dar ao Golfo, no ano que começa todos os caminhos parecem ir dar à guerra.

A guerra, que como o discurso papal teve a lucidez de afirmar, é o único caminho sem regresso.

Não deixa de ser irónico, dramaticamente irónico, que o espectro da guerra tivesse nascido no ano de todas as convergências. Nunca como agora os dois grandes *senhores* do mundo estiveram tão próximos; nunca como agora se avançou tanto no caminho do desarmamento e do desanuviamento; nunca como agora se fizeram tantas declarações formais de amizade, ajuda e cooperação.

Seria de esperar que com a queda de todos os muros o mundo se tornasse num local melhor para se viver, mas a verdade é que a realidade não é essa.

A realidade, que de tantas formas os grandes meios de informação nos procuram fazer esquecer, é bem mais cinzenta, vai bem mais longe do que o confronto leste/oeste.

A realidade é um mundo dividido entre países pobres e países ricos; a realidade é um mundo onde a abundância de uns se tornou possível com a miséria de outros.

Um mundo onde alguns gastam no supérfluo muito mais do que o necessário para que milhões de crianças deixem de morrer de fome ou de doença.

Um mundo onde a justiça continua a ter dois pesos e duas medidas.

Um mundo onde afinal a revolta continua a ser legítima, ainda que nem todos os caminhos escolhidos para lhe dar voz o sejam.

A invasão do Kuwait é bem o exemplo disso, por muito que se possa questionar a legitimidade da criação artificial de países para servir interesses de políticas neocoloniais. Mas se Saddam Hussein violou todos os princípios internacionais ao invadir o Kuwait, não é menos verdade que só se transformou num *herói* para milhões de árabes porque a comunidade internacional tem até à data mantido um comportamento oportunista e hipócrita face à grande generalidade das questões que afectam a humanidade.

Não fora o petróleo e a importância estratégica do Golfo e os direitos humanos da população do Kuwait não retirariam um minuto de sono aos senhores que governam o mundo. Como acontece em relação a Timor, ao Panamá, a Granada...

Ou ainda em relação a quantos em África, na Ásia e na América Latina continuam a morrer de fome, a ser vítimas da guerra, a sofrer na carne as arbitrariedades e as prepotências que desrespeitam os mais elementares direitos humanos.

Nem o Chile pós-Pinochet, de Governo dito socialista, onde os presos políticos continuam a apodrecer nas prisões; nem a Indonésia, que continua a reprimir toda a contestação interna e a matar os timorenses; nem Israel, cada dia mais arrogante e repressivo contra os palestinianos e os seus vizinhos árabes, recusando-se a cumprir todas as resoluções da ONU; só para citar alguns exemplos, merecem dos EUA, da CEE, do Conselho de Segurança uma acção no mínimo tão concertada e enérgica como a que se registou face ao Iraque. Porquê então falar de direitos humanos?

Outros são os interesses em jogo no Golfo. É a ordem internacional vigente, que criou o abismo que separa o norte abastado do sul moribundo que ali está em jogo. Um jogo de guerra que os especialistas podem saber como começa mas que ignoram como pode acabar.

Neste ano capicua, que todos gostaríamos fosse pelo menos melhor, os caminhos do Golfo não têm necessariamente que passar pela guerra. Mas é para lá que caminhamos, se os povos não souberem inverter a marcha antes que seja tarde.

Na sua mensagem de ano novo, o presidente Bush *garantiu* aos americanos que o Iraque não será um novo Vietname. Como se a morte de seres humanos, seja qual for a sua nacionalidade, pudesse ser encarada de outra forma que não uma tragédia. Estranho conceito este de direitos humanos a que o próprio direito à vida parece estranho.

■ A.F.

PCP



170
mil Contos
para o Terreno
da festa
Avançar com a Campanha

lhares de militantes do Partido, mas também de muitos simpatizantes e outros democratas e amigos que contribuíram para a campanha e, nalguns casos, com verbas muito significativas.

É de realçar que a campanha foi lançada num clima político adverso no plano internacional e com profundas repercussões na vida política do País; numa situação de intensa luta política e ideológica em que o Partido teve de concentrar forças e esforços em diversas frentes e realizações em que avulta a preparação e realização do XIII Congresso (extraordinário), a que logo se seguiu a festa do «Avante!» que envolveu, como sempre, grandes esforços, acrescidos desta vez pelo facto de ser a primeira festa realizada na Quinta da Atalaia.

Entretanto, os objectivos globais da campanha foram atingidos. Há, no entanto, organizações regionais e de sector do Partido que não atingiram as metas estabelecidas.

Por esse motivo expressam a decisão de continuar angariando fundos destinados à Atalaia. Não agora para o pagamento do terreno, mas para os investimentos necessários a

fim de tornar a bela Quinta da Atalaia num local de eleição não apenas para a Festa do «Avante!» mas também para as variadas iniciativas de carácter cultural, recreativo, desportivo e de lazer abertas ao povo e nomeadamente à juventude.



PCP

Conferência de Imprensa do PCP sobre QUESTÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. O ano que termina foi marcado pelo avolumar de problemas na área de comunicação social, a ponto de se poder concluir que ele termina num quadro de crise generalizada: crise na imprensa escrita; crise nas rádios locais; crise no serviço público de televisão; crise na estabilidade de emprego, na viabilidade económica das empresas, na independência dos jornalistas sujeitos a condições profissionais degradantes.

A previsão que lamentamos ter que fazer é que, a prosseguir a actual política do Governo, essa crise não deixará de crescer e alastrar. Com efeito, já é mais do que evidente que as rádios locais continuarão a encerrar se não forem encontrados meios para estimular e apoiar a continuação do seu projecto.

É evidente que outros jornais fecharão as suas portas, aumentando o impressionante rol de projectos que ficaram pelo caminho, não porque tenham conteúdos mais ou menos interessantes e jornalistas mais ou menos criativos, mas porque a actividade empresarial neste domínio se tornou um luxo apenas acessível aos mais poderosos grupos económicos.

É evidente que o serviço público de televisão vai enfrentar uma situação concorrencial em que não está garantida a igualdade de oportunidades: de um lado estarão canais privados acautelando a relação receitas/encargos e do outro um serviço público com encargos fixos e constantes e que terá que fazer face a graves diminuições das suas receitas ao mesmo tempo que vê serem-lhe retiradas importantes parcelas do seu património.

É também evidente que as condições de instabilidade no emprego e de precariedade extrema dos vínculos profissionais e as difíceis condições em que cada vez mais jornalistas são obrigados a exercer a sua actividade, em nada contribui para a qualidade e rigor da informação e para a isenção e pluralismo que se deviam impor num sector de crucial importância democrática como é o da comunicação social.

De todo este quadro, importa de momento destacar, pela actualidade que revestem, as questões emergentes da atribuição das frequências regionais de radiodifusão, da definição do plano técnico de frequências de televisão e da anunciada privatização do «Diário de Notícias», sobre as quais se impõe uma tomada de posição e uma pronta intervenção no quadro institucional.

2. Tem sido insistentemente noticiado o incumprimento dos prazos legais estipulados para o início das emissões por parte das entidades a quem, por Despacho publicado em 23 de Junho último, foi atribuído alvará de licenciamento para o exercício da actividade de radiodifusão nas duas coberturas radiofónicas de âmbito regional.

Com efeito, o Decreto-lei n.º 388/88 de 28 de Setembro estabelece no seu artigo 14.º o prazo máximo de 6 meses, contados a partir da data da atribuição do alvará para o início das emissões de todas as entidades licenciadas para o exercício da actividade da radiodifusão.

A confirmar-se, como tudo indica, o incumprimento da legislação em vigor por parte das entidades licenciadas não restará ao Governo outra possibilidade legal que não seja o cancelamento dos alvarás atribuídos e a realização de novo concurso público para atribuição das frequências disponíveis.

A interpretação da lei e dos factos que foi ontem atribuídas a fontes governamentais e não foi desmentida, segundo a qual a contagem dos prazos não teria como base inicial a data de atribuição dos alvarás, mas a do licenciamento dos emissores por parte do ICP, que ainda não se verificou, visando assim justificar a posição dos presumíveis infractores, não tem qualquer fundamento legal, nem nos termos taxativos do DL 388/88 de 28/9 nem no texto do próprio Despacho de atribuição dos alvarás que expressamente confirma a contagem dos prazos legais para iniciar as emissões a partir da sua publicação.

Esta postura do Governo tomando expressamente partido pelas entidades dos licenciados demonstra, para além de uma grosseira mistificação interpretativa dos textos legais, uma descarada falta de isenção nesta matéria, a qual já havia sido claramente iniciada quando da atribuição das frequências locais ao sabor do clientelismo político do PSD, no momento de decisão do licenciamento das rádios regionais e nas circunstâncias insólitas que rodearam a apreciação das candidaturas por parte da governamentalizada Comissão Consultiva da Rádio, e que motivaram a instauração de um inquérito parlamentar até ao momento paralisado pela acção do PSD.

Sem prejuízo das diligências que qualquer entidade interessada nesta matéria entenda desenvolver junto de qualquer órgão de soberania, entende o PCP, que estando em causa a aplicação de diplomas legislativos, a actividade da Administração Pública no tocante ao seu cumprimento e a confiança dos cidadãos no Estado de direito democrático, é essencial que a Assembleia da República se debruce de imediato sobre esta matéria.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PCP diligenciou já

junto do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, solicitando a convocação extraordinária, justificada por motivos de urgência, da referida Comissão, com o objectivo de analisar detidamente a situação criada, proceder à auscultação do Governo e dos diversos concorrentes à atribuição de alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão nas duas coberturas radiofónicas de âmbito regional e adoptar as medidas que considerar adequadas à reposição da legalidade.

Por outro lado, manifestamos o nosso apoio e solidariedade às rádios locais, que enfrentam as maiores dificuldades e exigem do Estado português a criação de um sistema de apoio à actividade de radiodifusão, que seja compatível com o seu papel dinamizador da vida local e que lhe permita assegurar a qualidade e profissionalismo do seu trabalho, mantendo a sua independência.

O PCP manifesta-se disponível para, no quadro da sua acção parlamentar, contribuir para encontrar soluções de apoio do Estado à actividade das rádios locais, nos termos genericamente propostos pelas suas associações representativas.

3. O Governo, através do DL n.º 401/90 publicado no passado dia 20, aprovou o plano técnico de frequências de televisão e definiu a titularidade, a gestão e a exploração dos sistemas de transporte e difusão de sinal televisivo para os futuros 4 canais, atribuindo-as a uma sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos, a criar expressamente para o efeito.

Esta decisão que veio pôr termo à indefinição deliberadamente assumida tanto pelo PSD como pelo PS quando da discussão e aprovação na AR da actual Lei de Televisão, vem afinal viabilizar a existência de televisões privadas à custa de vultuosos investimentos públicos e da alienação sem contrapartidas conhecidas de bens e recursos próprios da RTP em proveito exclusivo dos futuros operadores privados e com o risco (conhecida a prática do Governo PSD nestas matérias) de evolução para o controlo privado de um bem de importância estratégica e que pertence inequivocamente ao domínio público do Estado.

Esta decisão implica para o actual serviço público da radiotelevisão uma situação de extrema complexidade, para a qual o PCP não pode deixar de chamar a atenção.

O Governo dá como assente em diploma legislativo a atribuição da titularidade, a gestão e exploração do sistema de difusão de sinal televisivo a uma sociedade anónima, ainda inexistente e de contornos ainda indefinidos, mas que proporcionará, tanto à entidade concessionária do serviço público (RTP) como aos operadores privados, o acesso às redes de transporte e difusão de sinal, mediante o pagamento de uma taxa.

Tal decisão implica forçosamente a transferência por parte da RTP a favor da sociedade a criar de um vasto património constituído pela sua actual rede, em vias de alargamento e modernização a expensas da própria empresa. Essa transferência a favor de uma empresa cujo carácter efectivamente público não está salvaguardado, representa um verdadeiro brinde aos futuros operadores privados de televisão que viabilizarão os seus projectos à custa dos investimentos orçados em milhões de contos, realizados e oferecidos pelo serviço público.

É ainda particularmente grave que uma decisão governamental com implicações drásticas inevitáveis na estrutura e dimensão da RTP tenha sido tomada sem a auscultação legalmente exigida da Comissão de Trabalhadores da empresa não sendo sequer do conhecimento dos trabalhadores dos sectores a alienar a situação laboral a que ficarão vinculados.

Nestes termos, o PCP anuncia, desde já, que no reatamento dos trabalhos parlamentares, chamará à ratificação da Assembleia da República o DL n.º 401/90 de 20 de Dezembro que aprova o plano técnico de frequências da televisão.

A par do aparecimento de canais privados é essencial que seja assegurado um serviço público de televisão nos termos constitucionais, com uma informação pluralista e uma programação diversificada e de qualidade, o que será só possível se se evitar a asfixia financeira e a quebra de continuidade a nível de meios humanos e materiais que podem vir a ocorrer na RTP, em função de uma previsível e muito significativa diminuição de receitas próprias coexistente com uma vultuosa estrutura de encargos fixos.

Uma política que sacrifique o serviço público de televisão em nome da viabilização de quaisquer canais privados é condenável e é contrária aos interesses dos próprios telespectadores.

As finalidades de interesse geral que devem ser prosseguidas pelo serviço público de televisão implicam investimento, programação diversificada e de qualidade, independência perante o Governo e os demais poderes públicos.

A subserviência do actual Conselho de Gerência da RTP

em relação ao Governo, bem traduzida na parcialidade partidária dos seus serviços informativos e a criação de uma situação de mal-estar na empresa motivada por despedimentos arbitrários e pelo recurso indiscriminado a tarefeiros, são situações que em nada dignificam o serviço público de televisão.

O PCP manifesta pois a sua compreensão e solidariedade para com as lutas que justamente têm sido levadas a cabo pelos jornalistas ao serviço da RTP.

Esta empresa, vai ser forçada a enfrentar uma situação de concorrência em condições de grande fragilidade: não foram asseguradas contrapartidas face ao natural desaparecimento da receita proveniente das taxas, não estão a ser pagas as indemnizações compensatórias devidas pela transmissão para as Regiões Autónomas, não está a ser feita a avaliação da parte do seu património em risco de ser transferido para outras entidades (caso da rede de transporte e difusão de sinal e do arquivo audiovisual) e apresenta-se como inevitável uma sensível redução ds receitas de publicidade. Tudo isto, sem que da parte do Governo haja o compromisso solene de que o serviço público da televisão possa enfrentar em condições de igualdade a concorrência das televisões privadas.

4. A anunciada privatização do «Diário de Notícias», inserida num prolongado quadro de crise da imprensa diária, levanta interrogações e preocupações que se prendem com questões essenciais da nossa sociedade.

Em primeiro lugar, compreende-se mal que os méritos da competição estimulante entre os sectores público e privado, que o Governo tanto gabou noutras circunstâncias, não tenham aplicação no caso da comunicação social escrita.

Depois há que recordar que nunca esteve em causa a liberdade de criação de empresas jornalísticas, que não existe em Portugal qualquer regime de alvará, que o «DN» não precisa de ceder o seu título a qualquer grupo económico que queira ter um jornal.

Este conjunto de circunstâncias levanta as maiores reservas e a mais firme oposição ao processo de privatização do «DN» e obrigam a colocar várias questões e interrogações a que o Governo deveria dar resposta.

A venda do «DN» será compatível com o prosseguimento do jornal? Serão assegurados os compromissos essenciais, por parte das entidades compradoras, de que o «DN» continuará a ser editado — ou estaremos perante um mero leilão de bens do Estado, um simples negócio de bolsa ou de compra e venda de terrenos e instalações numa das zonas mais procuradas de Lisboa pelas empresas estrangeiras que aqui querem abrir as suas sedes ou fazer os seus negócios?

A venda do «DN» irá, finalmente, fazer surgir as tais cooperativas de jornalistas e de trabalhadores da comunicação social a que o Governo fazia referência antes de iniciar a privatização dos jornais e que, até hoje, nunca aconteceu? Será que, desta vez, essas cooperativas vão dispor de meios e de créditos para que possam assumir uma posição influente no conjunto dos proprietários do jornal ou, uma vez mais, o Governo vai esquecer as suas promessas e engodos, recolher os escassos milhões de contos da sua avaliação e depois assistir, com olímpica indiferença, à degradação progressiva das condições de trabalho, como está a fazer no caso de outros jornais que já foram do sector público?

É evidentemente inadmissível que a compra e venda de jornais do sector público seja reduzida a um mero negócio, como se não tivesse repercussões no rigor, transparência e pluralismo da nossa sociedade.

É evidentemente inadmissível que a manutenção da edição de jornais seja hoje uma peça estratégica dos grupos económicos seus proprietários que podem, quando o entender, modificar a natureza dos seus investimentos liquidando os meios de informação adquiridos.

É inadmissível que prossiga o processo de participações cruzadas, de concentração de capitais, de asfixia das empresas de menor dimensão e que a venda do «DN» seja apenas mais um acto desta farsa e deste drama.

É também inadmissível que os jornais valham mais pelos seus equipamentos e pelos terrenos onde estão instalados do que pela sua função social, pelo que significam para a consolidação de uma sociedade democrática.

Da nossa parte, opomo-nos a uma política que valoriza os ganhos financeiros imediatos e hipoteca os valores que cumpre assegurar, os valores que a Constituição consagra e que são essenciais à democracia. Somos pelo direito à informação plural, somos por sociedade de cidadãos conscientes e informados, capazes de decidir sobre o seu destino. E pensamos que uma imprensa isenta, objectiva e plural é um elemento essencial para o futuro dessa sociedade. A venda de jornais do sector público no modo como tem sido feita o encerramento de jornais privados por falta de meios financeiros, são um sintoma importante de elementos de crise moral, cultural e política, pelos quais o Governo assume pesada responsabilidade.

Trabalhadores

Posição dos jovens na crise do Ave

A organização juvenil da CGTP-IN — Interjovem —, reunida em plenário nacional, aprovou uma moção sobre o que se passa no Vale do Ave. O documento divulgado contém uma análise dos principais problemas vividos na região. Propostas de solução e reivindicações indispensáveis constam do documento que foi enviado aos órgãos de soberania, grupos parlamentares, Câmaras Municipais (Barcelos, Famalicão, Fafe, Braga, Viana do Castelo, Póvoa do Lanhoso, Vila do Conde, Santo Tirso, Guimarães e Felgueiras), bem como à Comissão encarregue da zona (CO-DAVE).

Trata-se, segundo o plenário, de «25 mil trabalhadores, na sua maioria jovens, distribuídos por cerca de 70

empresas, que vêem o seu futuro ameaçado por salários em atraso, encerramentos, falências, paralisações e/ou redução da actividade produtiva, despedimentos individuais e colectivos».

Depois de registar que os têxteis, lanifícios, vestuário e calçado são de «extrema importância» para a vida da região e do País, o plenário da Interjovem sublinha que «o encerramento de uma só empresa conduzirá a uma situação de miséria absoluta de muitas famílias, uma vez que é característica desta região todos os seus membros trabalharem na mesma empresa».

Sem esquecer «os gravíssimos problemas que as empresas enfrentam», a Interjovem afirma que «ainda há tempo para se evitar uma catástrofe

de consequências económicas e sociais imprevisíveis, nomeadamente no sector têxtil algodoeiro».

Ao manifestar «a solidariedade a todos os trabalhadores e suas famílias, em especial aos jovens», que vivem «momentos dramáticos» sem o pagamento dos salários, com instabilidade e desemprego, a Interjovem exige:

- medidas urgentes de todos os órgãos de soberania, de modo a facilitar a recuperação económica das empresas;
- que o subsídio a atribuir aos trabalhadores já desempregados, ou que por motivo desta crise venham a ficar no desemprego, seja no mínimo igual ao valor do salário mínimo nacional;
- que as organizações sindicais sejam ouvidas e participem em todo o processo.



São jovens os mais atingidos (e preocupados, como documenta a foto recente na «Baganhorda do Ave em situação muito difícil e cujos principais reflexos atingem directamente a região

Elevada adesão dos médicos à greve nacional

Em conferência de imprensa, sexta-feira passada, a Federação Nacional dos Médicos (FNAM) revelou em Lisboa que no dia anterior o balanço da adesão à greve se cifrara em 65% a nível nacional. Na opinião da FNAM, «os médicos estão a demonstrar uma enorme firmeza reivindicativa, que visa obrigar o Governo a honrar os compromissos assumidos».

Depois de sublinharem que o apuramento dos índices de adesão nas várias instituições foi feito com «o máximo rigor», os sindicalistas médicos salientaram que «nos dias imediatamente anteriores à greve» o Ministério da Saúde lançou «uma campanha de contra-informação tendente a diminuir o impacto da greve».

Segundo a FNAM, que agrupa os sindicatos do Norte, Centro e Zona Sul, «o Ministério da Saúde mente». O Ministério «recorreu à contra-informação», nomeadamente ao divulgar que «só os sócios da FNAM estariam abrangidos pelo pré-aviso da greve, e ainda que a meio da manhã de ontem (26 de Dezembro) a

greve teria sido desconvoada».

Um documento entregue aos jornalistas durante a conferência de imprensa lembra que na tarde desse mesmo dia, quando a FNAM afirmou que a adesão a nível nacional se cifrava nesse dia em cerca de 55%, «logo o Ministério e o secretário de Estado da Administração da Saúde vieram para a comunicação social dizer que a "greve era desprezível" e que "só teriam aderido 5% dos médicos". Esta posição do Ministério da Saúde, ao afirmar que só 5% teriam feito greve, cobre-o de ridículo, por se tratar à partida de números sem qualquer credibilidade. Quem tenha visitado

ontem (26) a generalidade dos Serviços de Saúde, acrescenta a FNAM, (inclusive alguns jornalistas o fizeram) pôde verificar a reduzida presença dos médicos, o que atesta o apoio à greve».

Promessas não chegam

Aliás, ao afirmar em 26 do corrente que 50 a 55% dos médicos tinham aderido à greve, a FNAM não incluía todos os ausentes, pois muitos médicos estão nesta altura em férias. Por outro lado, lembra a Federação que o Ministério da Saúde «não respondeu a nenhuma das reivindicações dos médicos, apesar de o ter afirmado na sua campanha de contra-informação e no propagado acordo com o SIM (Sindicato Independente dos Médicos)». Promessas para criar comissões já não chegam, sublinha o FNAM.

«Concretamente — acrescenta — mantêm-se as desigualdades salariais, muitas centenas de médicos vão baixar de vencimento, os descongelamentos de escalões atingem pouquíssimos médicos, contagens do tempo de serviço para efeitos de antiguidade nas categorias e concursos não foram aceites, o subsídio de fixação concedido aos clínicos gerais foi remetido para estudo», e o Ministério da Saúde prepara-se ainda para pôr em causa todo o decreto das carreiras (73/90), tentando «tornar obrigatório o maior número de horas de urgência a prestar pelos médicos, diminuindo assim os encargos financeiros com horas extraordinárias», ao mesmo tempo que se recusa a negociar o índice 100 e a pagar as dívidas aos médicos, que «ascende já a oito milhões e duzentos mil contos (números do próprio Ministério)».

Por isso, a FNAM reafirma «a sua enorme confiança na unidade e firmeza dos médicos para defenderem os seus direitos socioprofissionais ameaçados».

Recorde-se, por último, que os serviços de urgência não foram afectados por esta greve, de acordo com o próprio pré-aviso e no âmbito dos serviços mínimos indispensáveis à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

A greve abrangeu todos os serviços de saúde dependentes do respectivo Ministério, designadamente hospitais e centros de saúde, da Educação, do Emprego e Segurança Social, da Justiça, das Secretarias Regionais dos Assuntos Sociais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, bem como em geral «quaisquer entidades públicas que tenham médicos ao seu serviço, independentemente do grau, vínculo ou função».

A degradação dos salários terá metido nos cofres do Estado 12 milhões de contos em

Protesto contra o processo de privatização. Exigido necessário sobre a avaliação da RN, que teria passado 12 milhões de contos. Pedidas reuniões com o ministro

Uma correcção salarial, que reponha o poder de compra, e o processo de privatização da empresa de transportes RN levaram as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) a efectuar um plenário. Reunidos em frente à sede da empresa em Lisboa em 20 do mês passado, representantes sindicais e activistas sublinharam, a título de exemplo, que «a degradação dos salários terá levado a um benefício para a empresa da ordem dos 12 milhões de contos nos últimos três anos».

A comissão executiva da FSTRU (Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN), ao transmitir as conclusões do plenário afirma ainda que, apesar de se manter um injustificado secretismo quanto ao processo de privatização, «o processo de avaliação começou com números rondando os 40 milhões de contos». Mas declarações de membros do Governo apontam para 20 milhões, «e fala-se desde há poucos dias em qualquer coisa como 160 milhões de contos!»

O plenário das ORTs da Rodoviária aprovou o seguinte:

• exigir do conselho de administração (CA) da RN uma atitude de diálogo e negociação, tendo em vista desde já um acordo sobre a correcção salarial;

• solicitar ao director das Relações de Trabalho do Ministério do Emprego e Segurança Social a reabertura do processo de negociações em fase de conciliação, pois o argumento invocado para o seu encerramento foi em primeiro lugar posto em causa por declarações públicas proferidas por um representante do Ministério da tutela e posteriormente declarado como inexistente pelo CA, nomeadamente quando afirmou possuir novas verbas afectas à massa salarial;

• solicitar à Assembleia da República o agendamento da discussão da petição dos trabalhadores da RN, publicada no «Diário da Assembleia da República» de 9 de Agosto do ano findo;

• solicitar uma reunião ao ministro dos Transportes para



Em época de campanha eleitoral

Através da direcção do seu Sindicato (Indústrias Químicas do Centro e Ilhas), com sede em Lisboa, os 140 trabalhadores da empresa Nobre & Silva (matérias plásticas da Venda Nova, Amadora) dirigiram-se ao Presidente da República e a todos os concorrentes às eleições presidenciais no sentido de os sensibilizar, nesta época de campanha eleitoral

que coincide com as festas de fim-de-ano, para a «gestão ruínosa» que levou à interrupção do pagamento dos salários naquela empresa à beira da falência.

O Sindicato, entre outros problemas que afligem o sector da química, sublinha que os 140 trabalhadores da Nobre & Silva, empresa com 50 anos de existência e às portas de

Lisboa, estão sem salários desde Outubro findo e, adequadamente, pergunta que Natal vão ter estas 140 famílias.

O Sindicato dirigiu-se no mesmo sentido ao governador civil do distrito de Lisboa e ao director do Centro Regional de Segurança Social. É reclamada ajuda e solidariedade.



Sindicalistas e trabalhadores recelam que a RN seja vendida

Em Foco

Ano 90
Portugal
pode ser
Melhor!

Carlos
Carvalhas

Avante!

Ano 61 - Série VII
N.º 889

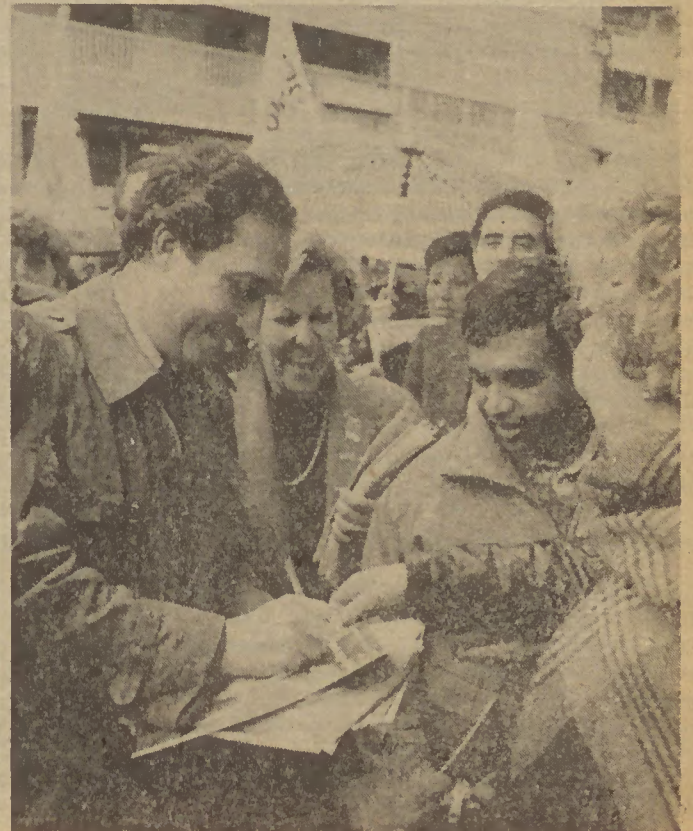
3 de Janeiro de 1991

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

• Intervenção • Crónicas
Reportagens • Depoimentos

Diário de campanha



Ano 90
Portugal
pode ser
Melhor!
Carlos
Carvalhas

Diário de campanha

**Quinta-feira, 27
18.15**

Política externa

Num hotel de Lisboa, Carlos Carvalhas apresentou uma declaração sobre política externa e de defesa nacional. Numa breve intervenção inicial, o mandatário da candidatura, António Abreu, fez uma apreciação positiva das cerca de 170 iniciativas realizadas nos 18 distritos e 2 regiões autónomas durante a pré-campanha que estava a terminar, salientando que a participação do candidato do PCP «contribuiu para a elevação do nível do debate e a dignificação das eleições».

A declaração - que publicamos quase na íntegra - aponta grandes princípios de actuação da Presidência da República no campo das relações externas e propõe posicionamentos concretos face a problemas actuais, abordando questões como a crise do Golfo ou as modificações mais recentes na Europa.

Depois de ler a declaração, Carlos Carvalhas conversou com os jornalistas e os apoiantes da candidatura ali presentes. Entre estes, estavam algumas personalidades ligadas aos temas da defesa nacional e Forças Armadas, da política externa, da luta pela paz, como o Dr. Moradas Ferreira, o general Vasco Gonçalves, o coronel José Emilio, os deputados Sérgio Ribeiro, Rogério de Brito e Miguel Urbano Rodrigues, José Neto (da Comissão Executiva do CC do PCP), António Gonçalves (da Intervenção Democrática), Fernando Silvan, Alcina Bastos - entre outros.

**Sexta-feira, 28
18.30**

Ao lado de quem trabalha

Situada no centro das preocupações do candidato e frequentemente alvo de referência nas suas intervenções públicas, a questão dos direitos e condições de vida dos trabalhadores mereceu um tratamento diferenciado no dia que antecedeu a abertura oficial da campanha para as eleições à Presidência da República.

Tratou-se de uma declaração inteiramente subordinada ao tema, proferida no Hotel Meridien perante um auditório de cerca de centena e meia de representantes dos trabalhadores, constituído na sua esmagadora maioria por dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores.

Uma presença sem dúvida expressiva, em si mesma reveladora de quais são as principais bases de apoio da candidatura, mas que não pode simultaneamente ser dissociada da consciência crescente nos mais variados sectores que «é do interesse profundo dos trabalhadores o voto em Carlos Carvalhas», como sublinhou Florival Lança, da Comissão Executiva da CGTP, nas breves palavras que proferiu antes de dar à palavra ao candidato comunista.

Entre os numerosos presentes encontravam-se nomes como Domingos Abrantes (Comissão Política e Secretariado do CC do PCP), Jerónimo de Sousa (membro do CC e deputado), Ercília Talhadas (coordenadora da Federação dos Químicos do Sul), Américo Nunes e Ernesto Cartaxo (membros da Comissão Executiva da CGTP), Carlos Carvalho (Comissão Nacional da CGTP), João Paulo (coordenador da Federação dos Metalúrgicos e da C. Executiva da Inter), Rui Paixão (União Sindicatos de Lisboa), António Quintas (Departamento de Contratação da CGTP), Amável Alves (coordenador da Federação dos Ferroviários e da Comissão Executiva da CGTP), Arménio Santos (coordenador do Sindicato de Transportes Urbanos de Lisboa), João Silva (coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa), Manuel Guerreiro (coordenador dos Sindicatos de Comércio do Sul), Rosária Quintas (Sindicato dos Professores), António Patrício (coordenador dos Metalúrgicos do Sul), José Antunes (coordenador da Federação dos Ferroviários), Vasco Cal (técnico da CGTP e membro do CES), Joaquim Labaredas (coordenador do Sindicato do Comércio de Lisboa), Armando Farias (Federação dos Químicos) e Carlos Mamede (Federação da Função Pública).

Novo colorido nas ruas

Escassos minutos separam-nos da meia-noite. Estamos em plena Amadora, numa das artérias principais. Baldes de cola, trinchas e maços de cartazes, criteriosamente distribuídos por algumas das mais de quatro dezenas de pessoas no local, indicam que tudo está preparado para a tarefa da noite. Nem o frio, nem a chuva, copiosa, parecem refrear a boa disposição dos presentes, apostados em fazer do momento não apenas um acto cívico e político, mas também um tempo de convívio.

Não bastam as boas palavras

«A pedido dos trabalhadores, desloquei-me a esta empresa para prestar a minha solidariedade a estes mais de cem trabalhadores da firma «Nobre e Silva» que tiveram um Natal amargo.

Os Ministérios do Emprego e da Indústria não podem ficar alheios a este drama. Estes mais de cem trabalhadores a única coisa que sabem é que não recebem os salários, que os descontos para a Previdência não foram entregues, que têm a água e a luz eléctrica cortadas na empresa, apesar da unidade industrial estar bem apetrechada. E já lá vão mais de 15 dias sem uma palavra de esperança, sem uma certeza quanto ao futuro.

A minha candidatura entende que em casos como este o Ministério do Emprego já devia ter intervido. Não bastam as boas palavras sobre solidariedade e justiça social. É necessário que elas tenham a sua tradução na prática.»

Declarações aos trabalhadores da «Nobre e Silva», Amadora, 26 de Dezembro.

Política externa

800 anos de História

«Portugal é uma velha nação com mais de 800 anos de História. Ao longo deste processo de afirmação dos portugueses e de Portugal no mundo criou-se uma sólida base material e espiritual de ser português que deve ser defendida e enriquecida.

Sendo a História um processo contraditório, comportando avanços e recuos, grandezas e misérias, a nossa, sem fugir a essa regra, honra-nos e inspira-nos para o futuro naquilo que de positivo foi erguido.

É legítimo afirmar um carácter universalista no relacionamento externo português.

Os Descobrimentos, abrindo o mundo ao mundo pela mão de Portugal, tornou-nos, a nós, portugueses, mais universais. Creio ser o universalismo um eixo para hoje e amanhã, sobretudo quando está ou pode vir a estar em causa o nosso modo singular de ser português num mundo plural de povos e países.»

Portugal no mundo

«O nosso mundo é plural e os interesses dos povos são igualmente plurais, embora certas potências queiram a todo o custo impor-lhe o seu interesse de país ou de conjunto de países como sendo o único modo de estar, e até impor-lhe obediência.

A luta pela nossa independência e a afirmação da nossa cultura no mundo e em estreita ligação ao mundo, dá-nos uma perfeita compreensão da grande aspiração dos outros povos a respirar o seu oxigénio de livre afirmação na comunidade internacional. É ponto assente para a minha candidatura que o Presidente da República deve contribuir com todo o seu peso internacional para que a política externa defenda os portugueses e Portugal. No terreno que lhe é próprio, e para prosseguir estes objectivos, nenhuma omissão ou desvio é aceitável.

Estamos onde sempre estivemos: em Portugal. Aqui vivemos. Aqui trabalhamos e fazemos o nosso modo de ser português, entre tantos outros modos de ser.

Estamos serenamente convictos que devem ser os portugueses a dirigir os destinos de Portugal.

A crescente internacionalização da vida económica, os fenómenos de integração com a criação de mercados que abrangem vários países e, por vezes, regiões inteiras, não determinam a chamada partilha política de soberania, quando se trata de facto da sua subordinação, e muito menos em questões de interesse vital para o nosso país.»

Independência nacional

«O Presidente da República é, nos termos constitucionais, o garante da independência nacional.

A minha candidatura opõe-se a esquemas de supranacionalidade que tornem as actuais desigualdades mais ou menos perenes e que tornem os países menos desenvolvidos ainda mais dependentes dos mais fortes. Participando no processo de integração económica na CEE, Portugal deve cooperar em todos os domínios, empenhar-se nas conferências inter-governamentais, na superação do défice democrático, nomeadamente através do reforço dos parlamentos nacionais e na construção do novo espaço económico europeu. Mas Portugal não



A crise no Golfo e as modificações políticas e militares na Europa são algumas das questões concretas tratadas na declaração sobre política externa e de defesa nacional que Carlos Carvalhas apresentou na passada quinta-feira e onde aponta os grandes princípios de actuação do PR neste campo



Num hotel da capital, perante um auditório constituído maioritariamente por representantes dos trabalhadores, designadamente dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores, Carlos Carvalhas enalteceu o apreço da sua candidatura pelo «mundo do trabalho», pondo o acento tónico no papel do Presidente da República face às injustiças e desigualdades sociais



Em Caneças, no restaurante «Olho do Cuco», os jovens encheram quase por completo uma das salas, cantaram e leram quadras alusivas ao candidato, pondo em rima Carvalhas com «não votes ao calhas»



Sabendo da sua passagem pela Brandoa, os presentes na festa da Associação Unitária dos Pensionistas e Idosos daquela freguesia não quiseram perder o ensejo de contar com a sua presença para lhe expressar palavras de apoio e incentivo

Com o novo dia a chegar, aberta oficialmente a campanha eleitoral, num gesto seguramente repetido um pouco por todo o País, um cartaz é afixado num tapume de madeira.

Nenhuma referência especial mereceria o acontecimento não fosse o caso de o gesto de colagem ser protagonizado por Carlos Carvalhas, que, deste modo, simbolicamente, quis estar com todos aqueles — comunistas, simpatizantes e outros democratas — que estão envolvidos e empenhados numa acção cujo principal objectivo é levar de Norte a Sul uma mensagem de confiança e o apelo ao voto na candidatura que aposta na mudança e que acredita que «Portugal pode e deve ser melhor».

**Sábado, 29
9.30**

Arranque em força

«Como está, senhor doutor? Um ano novo feliz e boa sorte»; «Camarada, força!»; «Dê cá um aperto de mão. Temos de mudar o País»; «Prá frente, Carvalhas». Dirigidas ao candidato, em diferentes tons e com diferentes proveniências, estas palavras constituem provavelmente o retrato mais fiel do acolhimento prestado a Carlos Carvalhas no mercado de Alhandra. Apinhado de gente, facto normal nos dias de sábado, este vasto espaço é percorrido de ponta a ponta pelo candidato, que, a custo, vai rompendo entre alas de vendedores, aqui distribuindo folhetos, ali inquirindo sobre as vendas, quase sempre desejando ou retribuindo votos de felicidade e bom ano novo, entre um aperto de mão, um abraço ou um beijo.

Candidato «estátua»

Já cá fora, em plena Praça «Sete de Março», apesar da chuva miudinha que teimosamente haveria de acompanhar ao longo do dia o percurso do candidato, uma recepção diferente mas não menos calorosa aguardaria Carlos Carvalhas. Dirigindo-se às cerca de duas centenas de pessoas, a partir de um palanque improvisado, o candidato comunista retoma algumas das linhas essenciais da sua candidatura, detendo-se mais demoradamente num comentário à Comissão de Honra do MASP, divulgada na véspera. «Os apoios são tão variados», que o candidato se torna numa «estátua», sem se «poder mexer».

Praças fortes

E a verdade é que tudo aquilo a que se assistiu neste dia, plenamente confirmado nos seguintes, veio demonstrar o acerto da opção de iniciar a campanha nos concelhos de Vila Franca de Xira, Loures e Amadora, praças fortes de implantação, influência e prestígio do PCP, conquistados e alicerçados por décadas de luta consequente em defesa dos interesses nacionais e populares. Desde logo pela expressiva adesão, calor e apoio que rodearam Carlos Carvalhas em todos os contactos, encontros e visitas que efectuou, características determinantes para a dinâmica que em boa verdade está já em curso e que, por sua vez, é responsável pelo crescendo de mobilização e participação que tem sido visível em praticamente todas as iniciativas. (com relevo para os cartazes e pendões e para as caravanas) nos almoços e jantares que têm reunido centenas de apoiantes, nos comícios e outros actos públicos de massas.

Não votes ao calhas

Exemplo disto mesmo voltou a suceder na terceira etapa do percurso deste dia, mais exactamente em Alverca, local onde um autocarro cheio de jovens engrossou a caravana, conferindo-lhe um novo colorido e animação. No largo em frente ao mercado, acompanhado por Daniel Branco, presidente do Município vilafranquense, Carlos Carvalhas defendeu um exercício presidencial activo e interventivo em defesa dos trabalhadores e do País e manifestou o apreço da sua candidatura pelo «mundo do trabalho», a quem prestou homenagem, sublinhando que são os trabalhadores que «criam a riqueza». Cumprindo as últimas etapas da manhã, antes do almoço em Caneças, a caravana passou por várias freguesias dos concelhos de Vila Franca e Loures, proferindo Carlos Carvalhas ainda uma breve intervenção no Largo 4 de Outubro, na sede deste último município.

Sondagens viciadas

Reafirmações de apoio e incentivo à sua candidatura voltou o candidato comunista a receber no almoço em Caneças, no «Olho do Cuco», restaurante propriedade de

pode diluir os seus interesses próprios e específicos no quadro mais geral dos outros parceiros do processo.

Portugal deve lutar para que o princípio da coesão económica e social tenha tradução prática e para que a voz e a vontade dos povos se represente o mais vincadamente possível nas instâncias da CEE, deve poder invocar, sempre que o entender, a salvaguarda dos seus interesses vitais. Num processo em que os países pesam de modo diferente, há que saber encontrar mecanismos — não prescindindo deles — que permitam defender os interesses nacionais. Não ajuizará bem, face ao futuro, quem pense entregar a nossa soberania à soberania alheia — que será a dos mais fortes, a dos que, pelo seu número de votos e peso político-económico, decidem em grande medida as grandes políticas da CEE.»

Participação na CEE

«Participamos tentando, pela nossa força, que ela assumia a dimensão mais justa e humana, a dimensão dos povos, que a dimensão do lucro egoísta das grandes transnacionais impede. Estamos, pois, na CEE lutando pela coesão social e económica, por uma Europa inteira de paz, por uma Europa em que decidam os europeus e dentro de cada país o respectivo povo.

Ao assumir a presidência da CEE em 1993, Portugal pode, sem sombra de dúvida, pesar a favor de uma CEE voltada para uma política abertamente favorável ao processo de desarmamento e à cooperação com todos os povos, e particularmente com os PALOPs e todo o Terceiro Mundo.

Mais do que nunca se imporão formas permanentes e operativas de cooperação entre a AR e os deputados portugueses no Parlamento Europeu.

Desde já é possível concluir — e a minha candidatura assume — que, se nessa altura não se tiver alterado a actual orientação política, a presidência da CEE servirá ao Governo, como têm servido até agora as questões da integração, para a sua governamentalização, em detrimento de uma política nacional com consulta a todos os partidos e parceiros sociais acerca das grandes questões europeias.»

Desanuviamento e paz

«Face à velocidade dos acontecimentos que marcam fundo o viver dos tempos actuais, queremos para Portugal um maior empenho na construção de uma Europa e de um Mundo de paz e cooperação. Para um pequeno país como o nosso, situado à entrada da Europa pelo Atlântico Sul, e à entrada do Mediterrâneo, com uma economia relativamente débil e em fase de integração num largo mercado único, é da maior importância que se aprofunde o processo de desanuviamento e de desarmamento. O PR, em correspondência com os artigos 7º e 123º da Constituição, poderá ter neste domínio iniciativas várias.

Batalharemos sem cessar pela paz, pela redução dos armamentos convencionais, pela redução e liquidação dos armamentos nucleares químicos.

Se há ideia, se há sonho que a minha candidatura abraça é o de viver em paz em Portugal e no Mundo. A paz mundial não tem preço.

A minha candidatura não compartilha o pessimismo expresso publicamente pelo Dr. Mário Soares face à perigosa crise no Golfo. Nós opomo-nos à escalada militarista e dizemos: ainda é tempo! Façamos tudo por uma solução política negociada do conflito. Depois do primeiro tiro vai ser tudo muito mais difícil. Nem sequer se pode imaginar o que se passará.

Condenamos a anexação do Koweit pelo Iraque; exigimos a retirada de todas as tropas estrangeiras da região; mas dizemos mais do que isto: é necessário que a região não continue a sangrar inocentemente à custa da dor e do martírio dos palestinianos.

Somos por uma Conferência Internacional com a participação dos EUA e da URSS, de todas as partes interessadas, incluindo a OLP, para que se encontre uma solução justa e duradoura, que reconheça o direito do povo palestiniano ao seu próprio Estado independente.

Ao contrário do que alguns afirmam, Portugal não está obrigado ao envolvimento das suas Forças Armadas no conflito do Golfo e defendemos que o PR, a AR, o Governo e todos os órgãos de soberania se devem empenhar para que haja uma solução negociada da crise.»

Comunidade mais activa

«Defendemos uma contribuição mais activa das Nações Unidas para a resolução das grandes questões da vida internacional, com o aprofundamento do seu carácter democrático e no respeito integral pelos princípios consagrados na Carta da ONU.

O drama do povo de Timor-Leste e o do povo palestiniano foram objecto de várias declarações e decisões da ONU e do Conselho de Segurança que é necessário fazer respeitar.



Na Junta de Freguesia de Queluz, onde se avistou com representantes da Comissão de Utentes da Linha de Sintra, Carlos Carvalhas prestou a sua solidariedade e homenagem aos que lutam para modificar o estado de degradação que atingiu aquela linha ferroviária, hoje a servir diariamente cerca de 240 mil passageiros



No mercado de Alhandra, o primeiro dia oficial da campanha começou da melhor maneira para Carlos Carvalhas, uma vez que não lhe faltaram os gestos de apoio e as palavras amigas e solidárias



Em Alverca, no breve comício em que esteve também presente Daniel Branco, presidente do município vilafranquense, Carlos Carvalhas voltou a defender um exercício presidencial activo e interventivo



À sua passagem por Loures, no Largo 4 de Outubro, o candidato apela aos jovens presentes para que «marquem com gosto a diferença», votando na candidatura que se apresenta «pela juventude e pelo progresso social»



Alegria e boa disposição foram notas preponderantes na Festa da Juventude que encheu por completo o velho Ritz Club. Na pista, ao som de música africana e popular portuguesa, muitos foram os que não resistiram a um bom pé de dança, de entre eles o candidato

Ano 90
Portugal
pode ser
Melhor!
Carlos
Carvalhas

Diário de campanha

António Paisana um «democrata de longa data», como o classificou o camarada Sancho, um dos responsáveis locais do Partido. Perante as cerca de duas centenas de apoiantes que encheram por completo as duas salas de jantar, Carlos Carvalhas acentuou que o objectivo político consubstanciado nas questões levantadas pela sua candidatura relativamente à função presidencial — hoje alvo da preocupação de todos os candidatos — «poderá condicionar o próximo mandato» e manifestou-se convicto de que «há possibilidades de obter um bom resultado eleitoral», apesar das sondagens que têm vindo a público serem viciadas e desprovidas de credibilidade técnica, segundo disse, já que se tratam de amostras não representativas, com o único fim de formar tendências na opinião pública.

Depois de uma curta paragem na Associação Unitária de Pensionistas e Idosos da Brandoa, já na área do concelho da Amadora, Carlos Carvalhas dirigiu-se à Sociedade Filarmónica da Falagueira (onde foi recebido pelos respectivos corpos dirigentes e onde falou aos muitos associados que o aguardavam) — não sem antes passar pela Junta de Freguesia de Queluz.

Na Linha de Sintra

Recebido pela presidente da autarquia, que disponibilizou as instalações para um encontro do candidato com a Comissão de Utentes da Linha de Sintra, Carlos Carvalhas teve aqui ensejo de prestar a sua solidariedade e apoio aos que lutam para que se altere a situação de profunda degradação a que chegou aquela via ferroviária, actualmente a servir cerca de 240 mil passageiros.

Uma situação relatada ao candidato por Manuela Batalha e Belmira Fernandes (esta última com a dolorosa experiência de ter já perdido um filho num acidente ocorrido naquela linha) e que se pode sumariar nos transtornos e atrasos e na desumanização do serviço prestado pela CP aos que diariamente utilizam os comboios da Linha de Sintra.

Na ocasião, preocupações foram também deixadas por um representante dos bombeiros de Queluz, que alertou para o facto de a sua corporação não dispor de meios para acudir a uma situação resultante de um grave acidente ferroviário naquela via de circulação.

Festa no Ritz

Jovens, em elevado número, sem deixarem espaço livre na velha sala do Ritz Club, deram depois uma nota diferente ao programa do candidato neste dia. Mais do que discursos, de que «os jovens estão fartos», como disse Carlos Carvalhas, e até porque o seu intuito, ali, era mesmo conviver, ninguém gorou as expectativas e todos quiseram contribuir para alegrar a festa. A começar pelo próprio candidato, que, entre um copo e dois dedos de conversa, não se furtou à animação geral, cantando e dançando ao som de música africana e da viola e voz de Jorge Lomba.

Momento igualmente alto, a fechar a carregada agenda do dia — depois de um jantar em Sesimbra, vila piscatória de «grandes tradições de luta», para utilizar a expressão de Carlos Carvalhas, a que compareceram mais de uma centena de apoiantes, entre os quais o presidente da edilidade, Ezequiel Lino — viveu-se por fim no Barreiro.

Bastião operário

Neste bastião de resistência e de lutas operárias, a população voltou a revelar não ser indiferente e muito menos alheia às «causas generosas e aos valores democráticos», acorrendo em massa ao ampla ginásio dos Penicheiros.

Num ambiente entusiástico e combativo, voltaram a evidenciar-se as palavras de incentivo e estímulo à candidatura apresentada pelo PCP não faltando também as demonstrações de empenho e os apelos ao prosseguimento da luta que ponha cobro à política de direita, responsável por uma situação onde «as manchas da pobreza ombreiam com chocantes manifestações de ostentação e luxo», como assinalou José Abreu, trabalhador da Quimigal e um dos oradores do comício. Comício onde Carlos Carvalhas foi particularmente contundente nas críticas que fez às candidaturas de Basílio Horta e de Mário Soares, este, «pelo ramalhete de

**Domingo, 30,
9.00 horas**

Corrente a encher

Percorridos que foram na véspera alguns dos concelhos limítrofes, foi a vez de Carlos Carvalhas dirigir as suas atenções para a capital. Tudo começou no Poço do Bispo, com a concentração de dezenas de viaturas que em caravana tomaram de seguida a direcção do Bairro do Relógio, percorrendo várias artérias da Zona Oriental da cidade. Ponto de encontro semanal, hoje transformada num

A minha candidatura tem uma palavra de solidariedade para com a luta do povo maubere. Quem quer que seja eleito está vinculado à letra e ao espírito do artigo 293º, que atribui ao PR especiais competências nesta matéria.

Na África Austral somos resoluta e militantemente pelo fim do *apartheid*, pelo direito inalienável do povo sul-africano a, à entrada do século XXI, conquistar tão-somente isto: um homem, um voto. Pelo que importa continuar a solidariedade à luta popular e as sanções contra o regime de Pretória.

A minha candidatura, insistindo na importância da maior diversificação possível das relações exteriores portuguesas, dá especial relevo ao desenvolvimento das relações com os nossos tradicionais parceiros europeus fora da CEE, com os EUA e Japão, assim como com a URSS e a RP da China cujo relacionamento tem diante de si amplas possibilidades de desenvolvimento. Ligam-nos laços únicos aos PALOPs e ao Brasil. Somos a favor de um novo modo de relacionamento com os Cinco e o Brasil.

Agora que se abre um novo ciclo na vida dos PALOPs e quando fazem frente a graves dificuldades económicas, a minha candidatura defende que Portugal deve intervir, com os seus meios e nos organismos e instituições internacionais, de molde a que todos estes países possam ter maior apoio para vencer a fome, a subnutrição e o subdesenvolvimento, respeitando sempre a livre opção política de cada povo e país.»

Desarmamento e blocos

«Queremos um mundo seguro de paz e de efectiva de cooperação. Há que prosseguir com o desarmamento nuclear e de outro tipo. Em vez de se investir na indústria da morte, é necessário investir de modo a que a vida do Homem seja melhor.

O processo de desanuviamento e de desarmamento para ser coroado de êxito deve eliminar pela sua dinâmica a lógica dos blocos que dominou até hoje a Europa e o Mundo.

Os avanços realizados em Helsínquia em 1975 e agora alcançados, em Novembro de 1990, na Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeia, as propostas de paz da URSS, as aspirações dos povos à paz e o fim da confrontação colocam na ordem do dia o papel dos blocos político-militares. Com o prático desaparecimento do Tratado de Varsóvia, entendemos que Portugal e o PR devem defender o desmantelamento simultâneo dos dois blocos, começando no imediato pela redução da sua componente militar, e empenhar-se na construção de um novo sistema de segurança colectiva da Europa - de acordo, aliás, com o nº 2 do artigo 7º da Constituição da República.

Para além disso, a lógica da NATO é por si própria de molde a manter a divisão entre os países europeus e a reconstituir, mesmo que noutros termos, a mesma lógica de bloco. Portugal e a Europa e o Mundo estariam melhor, viveriam melhor, se gradualmente se extinguísse aquilo que já não tem razão de ser em si e no seu relacionamento com os outros países com orientações políticas diferentes.

Para nós, o desenvolvimento económico, social e cultural é um elemento decisivo no plano da Defesa Nacional. Somos no plano estritamente político-militar pela defesa de um sistema de segurança colectiva que elimine os blocos político-militares. Portugal deve encetar um processo de descomprometimento progressivo da participação na estrutura militar da NATO.

O actual clima de desarmamento e do fim da confrontação entre os blocos coloca a necessidade da renegociação dos acordos com os EUA para se reduzirem facilidades e dependências (Lajes e futura estação de rastreio em Almodôvar) e da reconsideração dos acordos militares com a França e a Alemanha (Flores, Montijo e Beja).

Portugal, em matéria de defesa militar, não deve copiar «modelos» exteriores, mas sim conhecendo a forma como outras FFAA se organizam, encontrar uma organização e estrutura adequadas ao país e não às necessidades de FFAA de outros países.»

Temos outra ambição

«Nós temos outra ambição para Portugal de que o tornar numa província sem alma, numa Europa comandada pelas transnacionais e pelos dogmas do neoliberalismo.

Portugal neste fim de século XX deve procurar as vias do seu futuro, um lugar no mundo mais prestigiado e valorizado. Portugal tem todas as possibilidades, não somente de preservar a sua identidade, mas de contribuir incessantemente para o diálogo das culturas, para o despertar e o renascimento de todo o continente uma Europa de Paz e Cooperação.»

Declaração sobre política externa e de defesa nacional, Lisboa, 27 de Dezembro



Em Sesimbra, vila piscatória de grandes tradições de luta, mais de uma centena de apoiantes reuniram-se num restaurante local, entre os quais Ezequiel Lino, presidente da edilidade, que manifestou confiança numa forte votação da população local na candidatura de Carlos Carvalhas no próximo dia 13



A população do Barreiro, bastião de lutas operárias, acolheu entusiasticamente Carlos Carvalhas e encheu por completo o Salão dos Penicheiros, fazendo do comício uma grande e combativa jornada de campanha



Em muitos dos locais por onde o candidato passou, não faltou a presença da juventude, conferindo cor e alegria às acções de rua e aos comícios. É deles a palavra de ordem, ouvida pela primeira vez em Alverca: «não votes ao calhas, vota Carvalhas». A eles se deveu também grande parte da animação no comício do Barreiro (na foto)



Grande receptividade à sua presença, com frequentes palavras de simpatia e estímulo à sua candidatura, provenientes quer dos feirantes quer dos visitantes, marcaram a passagem de Carlos Carvalhas pela Feira do Relógio, em Lisboa

Dossier

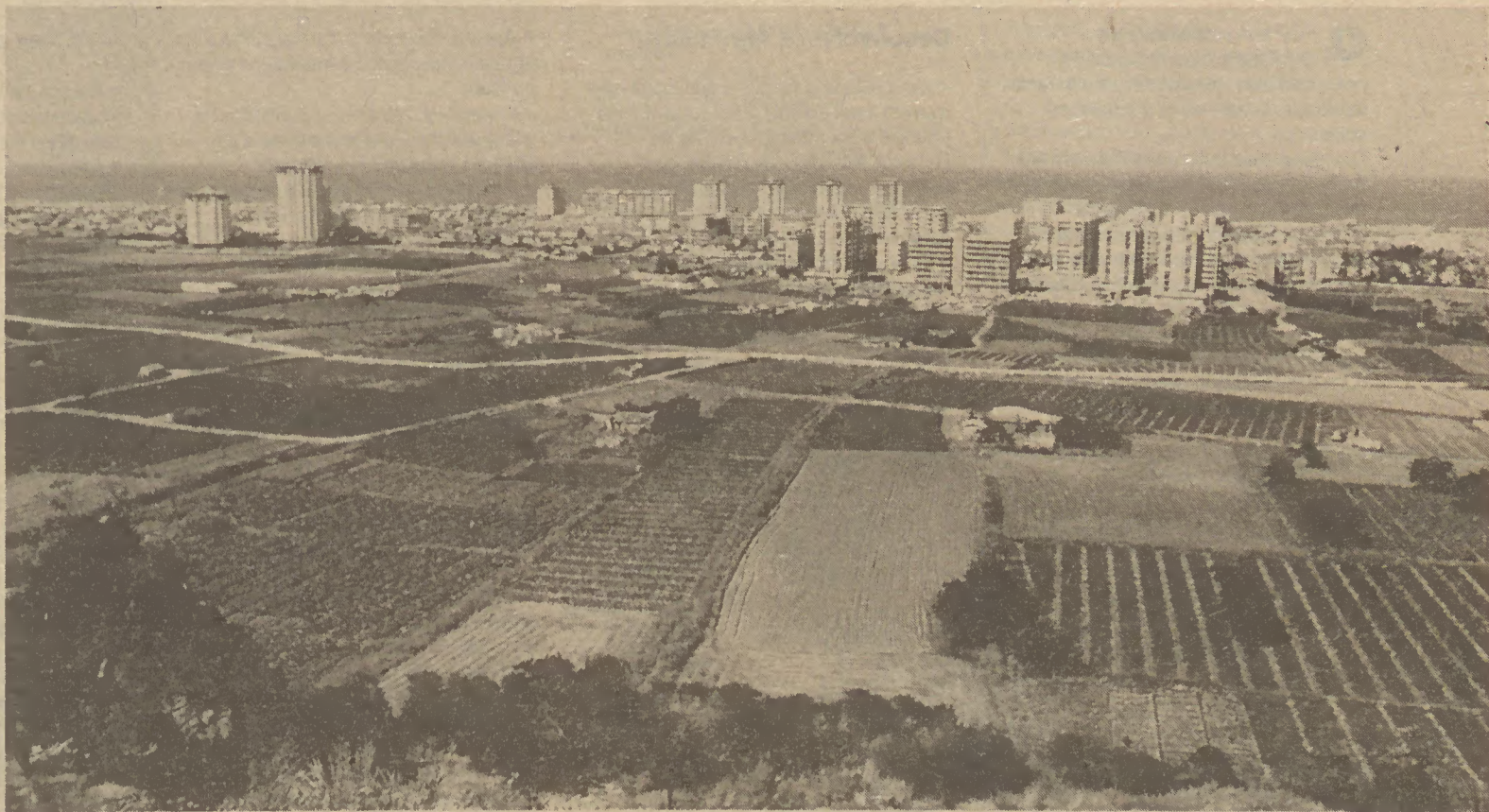
Avante!

Ano 61 - Série VII
N.º 889

3 de Janeiro de 1991

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



**Os comunistas
conhecem
os problemas
e avançam
propostas**

Exemplos oriundos de diferentes regiões do País confirmam: as organizações e os militantes do Partido, em íntima ligação com os sentimentos e aspirações populares e com as necessidades prioritárias do desenvolvimento socioeconómico das regiões e das localidades, evidenciam um profundo conhecimento dos problemas e avançam soluções objectivas para ultrapassar obstáculos e abrir horizontes de progresso e de justiça.



ÉVORA

DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICODesenvolvimento regional
para garantir o futuro

● PCP tem propostas para a mobilização dos recursos e potencialidades do distrito, para garantir um futuro de bem-estar e progresso social.

Os comunistas que se orgulham de nas mais diversas frentes de actividade, e designadamente no Poder Local, contribuirão para o desenvolvimento regional têm levado para a frente as medidas que são da sua competência e funções.

O PCP tem um projecto para o distrito com propostas para todos os sectores. A 2.ª Assembleia de Organização Regional de Évora do PCP aprovou-as:

Desenvolver a Agricultura

- Uma estrutura fundiária com base num modelo de economia mista assente nas UCP's/Cooperativas Agrícolas da Reforma Agrária, nas explorações familiares e em explorações de maior dimensão que invistam, criem emprego, aproveitem os recursos;
- Um reordenamento das culturas mantendo-se os cereais nos solos apropriados, com maiores rendimentos unitários, e apoiando-se produções alternativas como as oleaginosas, proteaginosas, culturas regadas, pecuária;

- Apoiar a olivicultura e vitivinicultura em particular nas zonas demarcadas e com aptidão;
- Proteger e melhorar os montados de sobre e azinho, procedendo-se a um correcto ordenamento cultural;
- Articular a agricultura com os sectores a montante e a jusante do sector;
- Reorganizar o sistema de comercialização viabilizando o escoamento da produção;
- Baixar as taxas de juro e os preços dos factores de produção aproximando-os dos valores comunitários;
- Aproveitar as barragens existentes, construir as Barragens dos Minutos e de Veiros, fazer Alqueva.

Melhorar o Sector Terciário

- Reordenar o comércio no distrito promovendo o seu crescimento nos concelhos mais carenciados.
- Aplicar uma política de controlo de preços que combata a especulação que se verifica nalguns centros urbanos;
- Facilitar o acesso ao crédito;
- Reivindicar uma política fiscal adequada ao sector;
- Apoiar a modernização e a reestruturação do sector.

No Turismo

- Incrementar o parque hoteleiro e multiplicar os parques de campismo;
- Incentivar o turismo de habitação e o turismo em espaço rural;
- Criar circuitos turísticos distritais;
- Aproveitar as potencialidades da caça sem as distorções que estão a surgir e numa perspectiva de ordenamento e aproveitamento dos recursos cinegéticos;
- Multiplicar as iniciativas e acontecimentos culturais;
- Potenciar no plano regional a importância de Évora-Património Mundial;
- Criar uma Escola de Formação Turística;
- Facilitar o acesso da população aos equipamentos turísticos;
- Dinamizar a Região de Turismo de Évora. ■

Incrementar o Sector
Extractivo e Secundário

- Privilegiar na industrialização do distrito, a fileira agro-alimentar e florestal, o sector dos minerais não metálicos;
- No sector dos mármore, promover a instalação de unidades de transformação junto dos locais de extracção; desenvolver projectos de aproveitamento dos subprodutos; melhorar os métodos de extracção; melhorar as condições de segurança dos trabalhadores e a sua formação profissional; defender e promover as rochas ornamentais nos mercados internacionais;
- Reclamar um regime de incentivos fiscais à fixação de indústrias no distrito;
- Aproveitar plenamente as infra-estruturas existentes, com relevo para os parques e zonas industriais;
- Exigir uma política de valorização profissional e de formação de recursos humanos.

Do Manifesto ao Povo do Distrito de Évora/2.ª Assembleia da OR de Évora do PCP, 1/Dez./90



SANTARÉM

Combater
preconceitos

Se me permitem, não pelo número das que estão presentes, mas pela sua importância, saudávamos especialmente as mulheres e as suas justas e profundas aspirações à igualdade e emancipação, muito prejudicada e contrariada com a evolução negativa da situação política.

No plano Ideológico assiste-se ao retorno a concepções obscurantistas, à tentativa de fazer renascer as velhas teorias sobre o regresso da mulher ao lar, às «delícias» do exclusivo da vida doméstica, da mulher sem espaço para si própria, da mulher para servir, e para servir longe da luta...

No Partido impõe-se até pela panorâmica das presenças nesta sala uma maior persistência na criação de melhores condições para a sua participação na actividade do Partido, maior audácia na promoção de quadros mulheres aos organismos de direcção.

Na batalha ideológica há que combater mais activamente preconceitos, concepções e atitudes discriminatórias. ■

Da intervenção de António Orcinha, da C. Ex. Nac. do Partido, na 3.ª Assembleia da OR de Santarém, 1/Dez./90

MULHERES



LISBOA

PODER LOCAL

A capital começa a respirar...

Lisboa começa, pouco a pouco, a respirar. O gradual cumprimento do Programa Eleitoral e das 50 Medidas de Emergência para 1990 já é hoje, após 8 meses de actividade, uma inegável realidade. Estão em marcha as principais medidas de fundo, de âmbito municipal, que maiores implicações terão para o futuro de Lisboa:

- Aprovada a **Normativa Urbanística** e elaborado o **Plano Estratégico de Lisboa**, acções básicas destinadas a ordenar a cidade;
- Lançado o **Projecto ETD** — Eficácia, Transparência e Desburocratização — indispensável para melhoria de serviços e consequente resposta municipal aos seus munícipes;

- Iniciado o processo de **descentralização de competências e meios para as freguesias**, medida básica de gestão e de elevação do nível de intervenção das Juntas de Freguesia;
- Estabelecido um **protocolo com o Movimento Cooperativo** para **construção de 3000 novos fogos** e dado novo impulso à **reabilitação urbana**, acções destinadas a travar a degradação habitacional e a recuperar e a reabilitar o tecido histórico da cidade de Lisboa;
- Multiplicaram-se as iniciativas culturais, desportivas e turísticas, com destaque para a revitalização das **Festas de Lisboa**;
- Iniciada a construção do **Interceptor de esgotos entre Alcântara e Algés** e adjudicado o interceptor entre o **Cais do Sodré e Alcântara**, obras fundamentais para a despoluição da Zona Ribeirinha;
- Apresentado o **Plano de Reordenamento e Revitalização do Parque Florestal de Monsanto**, aposta forte para a melhoria do ambiente e do lazer dos lisboetas;
- Muitas outras acções de menor impacte estão em desenvolvimento. Os resultados já alcançados demonstram, claramente, que é possível, em Portugal, a realização de um trabalho sério, no sentido do progresso e do bem-estar das populações e o estabelecimento de entendimentos alargados sobre as grandes questões, entre as forças democráticas. ■

Da Resolução Política aprovada na 1.ª Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa, 3 de Novembro de 1990.



SEIXAL

Poder Local democrático continua a encarar o futuro com confiança

O trabalho unitário realizado pelos eleitos nos órgãos autárquicos do concelho é reconhecido pela população. Continua a haver razões para confiar nos comunistas e seus aliados. O concelho do Seixal passou por profundas transformações que melhoraram substancialmente as condições de vida dos seus habitantes. Abriram-se os caminhos do progresso e do desenvolvimento e a população foi chamada a participar na gestão democrática. Apesar do elevado índice de crescimento demográfico que aumentou a população do concelho para cerca de **150 000 habitantes** e da situação imposta pelo Governo PSD e anteriores, as necessidades mais prementes da população têm sido satisfeitas. O abastecimento de água, as redes de esgotos e viárias, electricidade, a recolha de lixos domésticos abrangem a quase totalidade das populações. Do mesmo modo o parque escolar no que respeita ao ensino básico, cobre a quase totalidade das necessidades existentes. Constroem-se novos espaços verdes, defende-se o meio ambiente e o património histórico-cultural, apoiam-se as colectividades e iniciativas da Juventude. Perante tais factos temos contribuído decisivamente para a transformação do concelho numa perspectiva de desenvolvimento integrado a nível local e regional. As eleições autárquicas de Dezembro de 1989 deram um novo impulso à política autárquica e ao fortalecimento da unidade dos democratas,

nomeadamente com o acordo com o PRD a fim de militantes seus integrarem as listas da CDU. Listas que integram igualmente membros da ID e do MDP/CDE, bem como por outros democratas independentes. O resultado eleitoral obtido permitiu-nos manter as maiorias absolutas na Câmara, Assembleia Municipal e em 4 das 5 juntas de freguesia, tendo passado a maioria relativa na freguesia de Corroios. Os comunistas eleitos nos diferentes órgãos autárquicos têm procurado cumprir os diversos planos de actividade, conforme os objectivos apresentados nos programas eleitorais apesar da política do Poder Central contrária aos interesses do poder local e das populações. Divulgar o trabalho realizado, enfrentar com criatividade os novos e constantes desafios colocados ao poder democrático, continuar a aprofundar a ligação às populações, melhorar o bem-estar, defender o meio ambiente e o património histórico-cultural, incentivar a prática desportiva quotidiana e elevar o nível cultural das populações continuam a ser objectivos dos eleitos comunistas. No trabalho realizado pelas autarquias é de realçar o papel insubstituível dos trabalhadores dos órgãos autárquicos na execução dos objectivos programados, apesar de continuarem a existir dificuldades na resolução de alguns problemas de carácter social e laboral, tornando-se factores de alguma demotivação. Os trabalhadores continuam mobilizados pela valorização

das suas carreiras e salários contra a política do Governo de asfixia e desrespeito por quem trabalha. O Poder Local democrático continua a encarar o futuro com confiança. O PCP foi, é e será a força determinante na construção do bem-estar das populações. No nosso Concelho o PCP com os seus aliados trabalhando com honestidade e competência contribuem e lutam decididamente pelo progresso e

bem-estar das populações. Temos obra realizada e em curso como projecto de futuro. ■

Do documento da 5.ª Assembleia de organização concelhia do Seixal do PCP, 24 de Novembro de 1990.



PENICHE

Um forte impacto na indústria transformadora a montante e a jusante da pesca

Peniche é actualmente o principal porto de pesca nacional em termos de valor de peixe descarregado, sendo, logo a seguir a Matosinhos, o segundo no que respeita às quantidades descarregadas.

A evolução do peixe desembarcado foi a seguinte, nos últimos anos:

ANO	TOTAL NACIONAL	PORTO DE PENICHE	%
• 1987	224 696 Ton.	33 744 Ton.	15,0
• 1988	227 332 »	36 602 »	16,1
• 1989	214 227 »	34 821 »	16,3

A sardinha é naturalmente a espécie dominante no volume de peixe desembarcado:

- 1987 — 18 427,5 Tons (54,6%) — 37\$10/kg;
- 1988 — 20 221,7 Tons (55,2%) — 45\$90/kg — + 23%;
- 1989 — Não disponível, mas com quebra acentuada, justificada pelo mau tempo verificado nos últimos dois meses do ano.

Nas outras espécies, salienta-se o carapau, quer pela quantidade descarregada quer pelo valor que assume em lota.

O porto de Peniche tem um forte impacto na indústria transformadora a montante e a jusante da pesca, o que torna esta actividade como o principal sector de actividade económica do concelho de Peniche.

A frota, com uma preocupante evolução negativa dos seus segmentos tradicionais, onde se verificou uma acentuada redução, foi entretanto compensada com o crescimento da frota a operar em águas de países do Norte de África (Marrocos e Mauritânia), e é esta a responsável pelo aumento em termos absolutos da capacidade de pesca verificada no porto de Peniche.

As variações nos segmentos da frota tiveram como consequência a diminuição da actividade da frota na nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE) e o seu aumento em águas de países terceiros. A situação criada, com tendência para se agravar, tem consequências que ainda não é possível prever em toda a sua extensão.

A dificuldade em obter licenças, dependente de acordos CEE/Países Terceiros que no presente ano levou já à paralisação temporária de algum armamento é motivo de preocupação e não estão asseguradas garantias de estabilidade futura, apesar de ter momentaneamente assegurado uma alternativa à quebra verificada na frota local e na frota do cerco, cuja tendência é para continuar a diminuir se não forem tomadas medidas de incentivo à sua renovação e desenvolvimento.

Evolução da Frota no Porto de Peniche:

• **Frota local** — Evolução negativa pelos sucessivos abates de embarcações que foram efectuados, sem que se verificasse a correspondente renovação.

• Frota costeira — do cerco (traineiras)

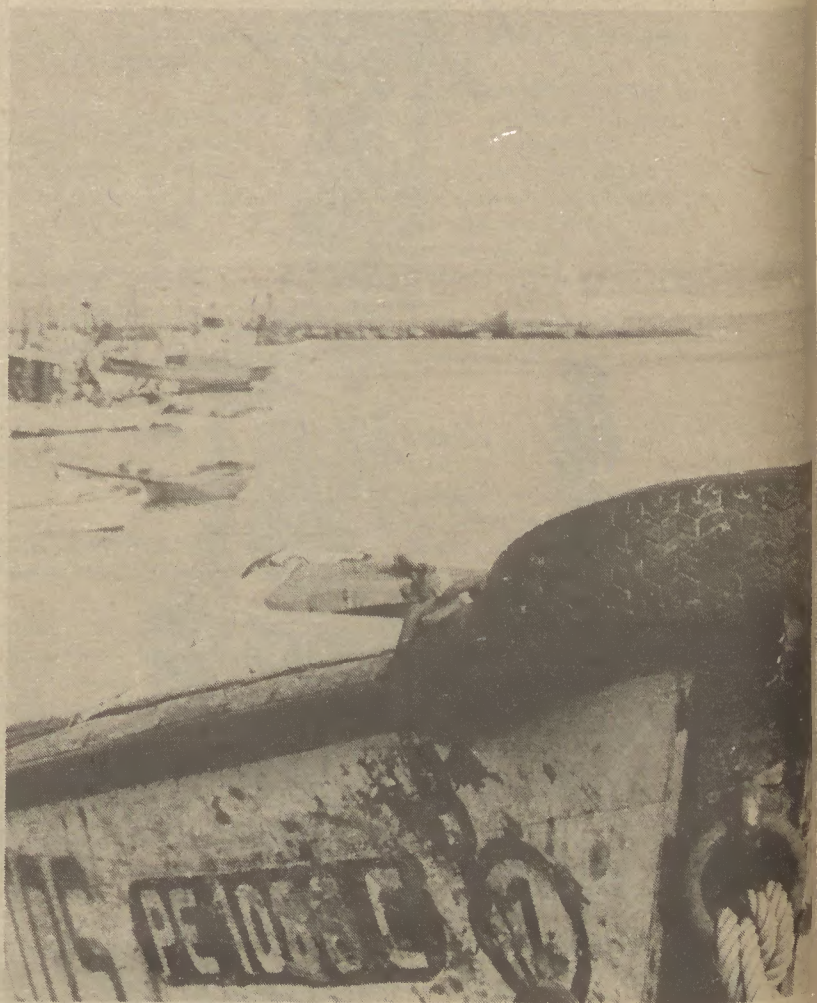
— Evolução francamente negativa, pela redução drástica no número de traineiras em actividade, (em Outubro de 1990 são 22 contra 43 em 1982). Esta redução é fundamentalmente motivada pelas dificuldades estruturais do sector da pesca da sardinha cujas causas são sobejamente conhecidas:

- envelhecimento progressivo da frota;
- dependência quase exclusiva face a uma única espécie;
- insuficiente evolução tecnológica das embarcações.

• **Do cerco (rapas)** — Este tipo de pesca do cerco tem mantido e mesmo reforçado a sua importância, ao longo dos últimos anos. Esta situação prende-se com o menor número de tripulantes matriculados em cada «rapa», com as condições laborais que enquadram estas embarcações (os custos de produção são suportados também pelos pescadores, nomeadamente combustíveis e seguros das embarcações, para além da fuga parcial das contribuições à Segurança Social) e com a sua tradicional orientação para espécies mais valorizadas em lota como sejam o carapau e o chicharro. Daí se justificam as actuais 20 embarcações dedicadas a este tipo de pesca, algumas delas construídas de raiz com apoios comunitários e outras adquiridas a outros portos para operarem nas águas limítrofes a Peniche.

• **De redes, aparelhos e covos** — Neste tipo de pesca convém separar as embarcações cujo raio de actividade não se afasta da nossa ZEE daquelas que estão a operar em águas de países terceiros, como sejam Marrocos e Mauritânia.

O 1.º grupo tem mantido uma relativa estabilidade em termos de número de barcos, ligeiras quebras no volume de capturas e aumentos substanciais no preço médio das espécies transaccionadas na lota.



O 2.º grupo tem tido um crescimento acentuado ao longo dos últimos anos, mas recentemente com dificuldades em obter licenças e as alternativas em outras águas terem sido mal sucedidas (Brasil), apresenta-se agora também com tendência para estagnar.

Infra-estruturas

O novo porto de pesca de Peniche, apesar de ter aumentado bastante a sua capacidade operacional em relação ao anterior porto tem urgente necessidade que se proceda ao seu alargamento. Esta ampliação irá permitir dar resposta ao elevado número de embarcações que solicitam o novo porto bem como uma melhor arrumação da actividade dos diferentes tipos de pesca.

A construção de uma fábrica de gelo, no interior da zona portuária, que permita um regular e contínuo abastecimento de gelo a todos os interessados é uma exigência que se vem efectuando há vários anos e para a qual não se obteve ainda uma resposta positiva.

A reparação da frota de Peniche tem sido assegurada pelo Plano Inclinado da Unicoopesca, desde 1983.

As novas estruturas portuárias incluem um estaleiro de construção e reparação naval que ainda não está em funcionamento, apesar de concluído.

Mão-de-obra: A actividade da pesca em Peniche ressentiu-se com alguns problemas no que respeita à mão-de-obra necessária para manter as embarcações em actividade.

Para além dos actuais profissionais procurarem logicamente os tipos de pesca que proporcionem maior rendimento imediato, em prejuízo dos sectores menos rentáveis, verifica-se uma crescente redução no número de jovens que procuram na pesca a definição do seu futuro profissional e é possível que a curto/médio prazo se virão a verificar problemas no que respeita ao assegurar campanhas estáveis e profissionalmente válidas para o exercício da pesca.

A decisão da passagem da Unicoopesca de empresa cooperativa a sociedade anónima, tomada em Janeiro do presente ano, tem que ser entendida como um revés na luta dos pescadores de Peniche. A falta de apoios à frota do cerco, as

discriminações no acesso ao crédito, os aliciamentos da política neo-liberal cavaquista de maiores facilidades na obtenção de apoios, a gravidade da situação económica-financeira da Unicoopesca e o receio da perda dos postos de trabalho, empurraram a direcção do movimento cooperativo, apesar das reservas do Partido, para tal decisão. Está para se avaliar os resultados desta opção.

Nazaré e S. Martinho do Porto

Em 1987 a Nazaré representava 7,7% das quantidades de peixe descarregado do total nacional, tendo passado em 1988 para 6,7% e apesar de não haver dados de 1989 é previsível uma nova quebra na quantidade de peixe descarregado. A frota tem diminuído, estimando nos últimos tempos em 15 barcos e um número indeterminado de pequenas lanchas compradas por armadores de outros portos. As 15 unidades representavam cerca de 130 postos de trabalho.

Neste período entraram ao serviço 2 barcos já usados representando 25 postos de trabalho e construções novas apenas se constata a existência de uma unidade (S. Martinho do Porto). Neste período (01.01.86 a 31.12.89) com apoios comunitários apenas se investiram 9000 contos (construção + modernização referente a 2 projectos que significam um subsídio total de 3700 contos. Tem crescido o trabalho precário (sem descontos, sem matrícula e sem seguro de acidentes de trabalho).

Indústria Transformadora de Pescado

Indústria de Conservas: O número de fábricas de conservas sediadas em Peniche é, em Novembro de 1990, de quatro, tendo-se verificado à alguns meses o encerramento de uma outra fábrica (Berlenga). Apesar do número diminuto de fábricas em actividade a sua produção é extremamente significativa em termos locais e em termos nacionais. Com cerca de 550 trabalhadores, aquelas 4 fábricas foram responsáveis em 1989 por uma



Agenda

Avante!

Ano 61 - Série VII

N.º 889

3 de Janeiro de 1991

5.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente



Anos 90

Portugal pode ser Melhor

Quinta-feira, 3

COIMBRA

●Visita à Cooperativa Estrela de Conímbriga, em **Condexa**, às 11.30. Encontros com a Direcção e com os trabalhadores. Às 12.30, contactos com os trabalhadores da empresa de cerâmica Ceres. A partir das 14.30, contactos com a população na Baixa de **Colmbra**.

AVEIRO

●Passagem por **Aveiro** (cerca das 17.30) em direcção a Estarreja e Ovar. Contactos com a população de **Ovar** (no Largo D. Neptuno, junto ao Tribunal às 18.30). Jantar com apoiantes em **Espinho** - no Restaurante Actual às 19.30. **Sessão-comício em Flães** - no salão da Junta de Freguesia, às 21.30.

Sexta-feira, 4

BRAGA

●Em **Guimarães**: contacto com a população na Feira de Guimarães a partir das 10.00. Na cidade de **Braga**: às 12.30, contactos com os trabalhadores da **Grundig** junto às instalações da empresa. Convívio com Reformados na Cooperativa Novos Pioneiros, às 17.00. **Comício no Teatro Circo** - às 21.30.

Sábado, 5

PORTO

●Contactos com a população de **Matosinhos** - junto ao Mercado, cerca das 10.00. No **Porto**: visita ao Mercado de S. Sebastião e à Praça da Ribeira e contactos com a população - a partir das 11.00. Contactos com a população de **Gala**. Às 13.00, almoço com jovens na sede da JCP no Porto. A partir das 14.45, contactos com a população do Bairro do Agra no Amial. Contactos com a população de **Pedrouços**, no concelho da Maia, às 15.30; com a população de **S. Pedro da Cova** (Gondomar) às 17.15; com a de **Campo** (Valongo) às 18.15. Jantar com apoiantes em **Penafiel** (no Pavilhão Polivalente da Câmara Municipal). **Comício no Porto**: no cinema Terço, às 21.45.

Portugal pode ser Melhor!
vota

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas



Domingo, 6

LISBOA

●Contactos com a população da **Brandoa** - na Feira e no Largo 1º de Maio, a partir das 10.30. Contactos com a população do **Cacém**. Almoço com apoiantes em **S. Domingos de Rana**. Às 16.00, visita ao Centro Coordenador de Operações dos Bombeiros de Sintra, no decurso da qual Carlos Carvalhas fará uma declaração sobre «Área Protegida da Serra de Sintra e Ambiente». Convívio com jovens da Linha de Sintra no Restaurante do Gil, em **Colares** - às 17.00. Jantar com apoiantes em **Tercena**, às 19.00, e contactos com a população de **Lecela** a partir das 20.30.

Segunda, 7

BEJA

●Almoço com apoiantes em **Ferreira do Alentejo** - às 13.00. Encontro com alunos, professores e trabalhadores da Escola Secundária de **Odemira** - às 15.30.

FARO

●Jantar com apoiantes no Hotel Eva - às 20.00. **Comício no Cinema Sto. António** - a partir das 21.30.

Terça, 8

ÉVORA

●Contactos com a população no Mercado Mensal em **Évora** - às 11.30. Almoço com apoiantes no Salão das Piscinas - às 12.30. Contactos com a população de **Arraiolos** (às 16.00), de **Cabeção** (às 17.00), de **Mora** (às 18.15) e de **Brotas**. Jantar-convívio com apoiantes no **Cortiço** - às 19.30. **Comício em Montemor-o-Novo** - no Teatro Curvo Semedo, às 20.30.

Quarta, 9

SETÚBAL

●Contactos com a população da **Baixa da Banheira**, no Mercado - a partir das 10.00. Encontro com as ORT's da **Quimigal** - no Barreiro, às 11.00. Contactos com os trabalhadores da **GEFA**, junto à empresa - às 12.30. Almoço-convívio no **Barreiro**. Visita à CM de **Palmela** e contactos com os seus trabalhadores. Contacto com os trabalhadores da **Setenave** à saída da empresa. Contactos com a população de **Setúbal**, na zona comercial da cidade - a partir das 18.30. Jantar com eleitos em autarquias, membros das ORT's e do Movimento Associativo e outros apoiantes no restaurante Retiro Azul, em **Palmela**. **Comício-festa em Setúbal** - na Sociedade Capricho Setubalense, com início às 22.00.



Álvaro Cunhal

No decorrer desta semana o camarada Álvaro Cunhal participa nas seguintes iniciativas integradas na campanha eleitoral de Carlos Carvalhas para a Presidência da República:

Sábado, 5

No distrito de Portalegre:

Sessão de esclarecimento em **Avis** - às 16.00.
Comício em **Campo Maior** - às 20.30.

Domingo, 6

Concelhos do Sul
do distrito de Setúbal:

Almoço-convívio na Casa do Povo de **Casebres** - às 13.30.
Sessão de esclarecimento na Cooperativa de Consumo de **Grândola** - às 16.00.
Convívio no Salão do Povo em **Sines** - às 18.30.
Jantar-convívio na Casa do Povo de **Cercal** - às 20.00

Quarta-feira, 9

Distrito de Setúbal:

Jantar-convívio no **Montijo** - às 19.30.
Comício na **Moita** - às 22.00, na Sociedade Capricho Moitense.

EM FOCO

DIREITOS E LIBERDADES
DOS TRABALHADORES

3 DE JANEIRO

(5ª. FEIRA) 18.30H.

HOTEL ROMA

Encontro
com

Álvaro Cunhal
Secretário-Geral do PCP

TV Programa

Quinta
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.55 - Culinária
12.10 - Top Model (48º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Deixem Passar a Música - Luís Bettencourt na Aula Magna
14.20 - Desenhos Animados
14.30 - Primeira Matinée - «Quando Morre o Verão»
16.00 - Ponto Por Ponto
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.45 - Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.00 - Campanha Eleitoral
20.35 - Boletim Meteorológico
20.40 - Desenhos Animados
20.50 - Tieta (47º epis.)
21.50 - Twin Peaks (7º epis.)
22.40 - Rui Veloso no Coliseu
00.15 - 24 Horas
00.50 - Remate

RTP2

- 12.00 - A Força Astral (16º epis.)
12.40 - Filhos e Filhas (634º epis.)
13.05 - Jerry Lewis (16º epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - Aventura (16º epis.)
16.20 - A Ilha dos Borboletas (10º epis.)
16.45 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.30 - Tudo Menos Isso (série, 1º epis.)
18.55 - Ti-ti-ti (94º epis.)
19.25 - Via Rápida
19.35 - Circo
20.00 - Regiões Magazine



- 20.45 - Dick Tracy (67º epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Dramazine
22.00 - Sinais do Tempo
23.00 - Cineclub - «O Seu Pior Inimigo», real. Michael Powell e Emeric Pressburger (GBR/1948, 102 min.)
01.00 - Boletim Meteorológico

Sexta
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.55 - Culinária
12.10 - Top Model

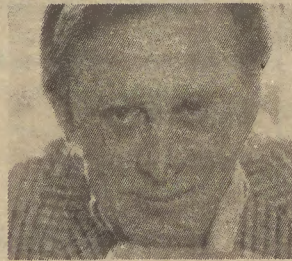
- 13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Deixem Passar a Música - Maria Guinot
14.30 - Primeira Matinée - «O Gendarme de Saint Tropez», real. Jean Girault (Fr/1964, 96 min.)
16.00 - Ponto Por Ponto
16.50 - Transantártica (8º epis.)
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.45 - Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.00 - Campanha Eleitoral
20.35 - Boletim Meteorológico
20.40 - Desenhos Animados
20.50 - Tieta
21.50 - Sessão da Noite - «O Rei dos Gazeteiros», real. John Hughes (EUA/1986, 99 min.)
23.40 - Querido John (2º epis.)
00.05 - 24 Horas
00.25 - Remate
01.00 - Pela Noite Dentro - «Sexta-Feira, 13» (15º epis.)

RTP2

- 12.00 - Universo Juvenil (7º epis.)
12.25 - Curso de Inglês (2ª lição)
12.40 - Filhos e Filhas
13.25 - Armação Ilimitada (23º epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - O Mundo do Coral (7º epis.)
16.20 - Novos Horizontes
16.45 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.30 - Charlot (14º epis.)
19.00 - TI-TI-TI
19.30 - Via Rápida
19.40 - Circo
20.00 - Nunca Mais é Sábado
20.50 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - A Tenda dos Milagres (14º epis.)
22.15 - Rotações
23.15 - Pop-Off
23.40 - As Teias da Lei (9º epis.)
00.25 - Boletim Meteorológico

Sábado
RTP1

- 09.00 - À Mão de Semear
09.25 - Canal Jovem
13.00 - Notícias
13.15 - O Mito de Nullarbor
14.35 - Joan Baez (concerto gravado em Dezembro de 1989)
15.30 - Grandes Viagens (7º epis.)
16.30 - Desenhos Animados



- 16.45 - Primeira Matinée - «Cavalcada dos Destemidos», real. Kirk

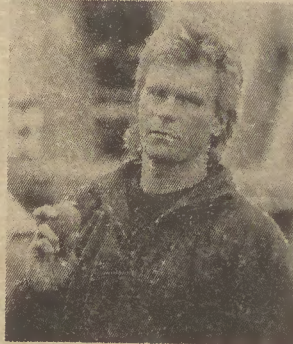
- Douglas (EUA/1975, 90 min.)
18.30 - Fogo Grego
18.55 - Hooperman (15º epis.)
19.20 - TVer
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.15 - Campanha Eleitoral
22.10 - Alentejo Sem Lei (série realizada por João Canijo - 1º epis.)
23.05 - Casa Chela (concurso)
23.50 - Tanamera (6º epis.)
00.55 - Última Sessão - «Coma», real. Michael Crichton (EUA/1977, 108 min.)

RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
10.15 - Fora de Horas
10.55 - National Geographic (22º epis.)
11.50 - Forum Musical
13.00 - Agarra o 2
14.00 - Cine-Sábado - «Ali Babá e os 40 Ladrões», real. Arthur Lubin, intérpr. Maria Montez, John Hall (EUA/1944, 84 min.)
15.25 - Festival Internacional dos Duplos
16.00 - Estádio
18.30 - Jornal Fim-de-Semana
19.00 - Arca de Noé (concurso)
19.45 - Clube Paraíso (8º epis.)
20.35 - Tauromaquia
21.00 - Estádio
23.30 - Centenário do Moulin Rouge (1ª parte da gala comemorativa)
00.30 - Dinheiro do Céu (5º epis.)
01.20 - Boletim Meteorológico

Domingo
RTP1

- 09.00 - Canal Jovem
11.30 - Missa
12.25 - 70x7
13.00 - Notícias
13.15 - Dick Turpin (série, 1º epis.)
13.40 - Fronteiras (8º e últ. epis.)
14.30 - Mapa Cor de Rock
15.40 - Primeira Matinée - «A Ilha do Tesouro», real. Byron Haskin (GBR/1949, 92 min.)
17.20 - Que Família (11º epis.)
17.45 - Regresso ao Passado (2ª série, 1º epis.)



- 18.55 - McGyver (28º epis.)
20.00 - Jornal de Domingo
20.45 - Campanha Eleitoral
21.15 - Kananga do Japão (15º epis.)
22.50 - Domingo Desportivo

RTP2

- 09.00 - Outras Músicas
11.00 - Caminhos
11.30 - Agarra o 2
12.30 - Competir
13.00 - Troféu
18.05 - Vida Nova (16º epis.)
19.00 - Nós 2
20.00 - A Embalxada em Londres (6º epis.)
20.50 - Palavra Puxa Palavra (concurso)
21.35 - Artes e Letras - «Festival de Ópera de Wexford»
22.25 - Noite de Cinema - «Pedro, o Louco», real. Jean-Luc Godard (Fr-It/1965, 106 min.)
00.20 - Boletim Meteorológico

Segunda
RTP1

- 10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.45 - Culinária
12.05 - Top Model
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Os Trovante no Campo Pequeno (1988)
14.30 - Primeira Matinée - «A Conspiração do Silêncio», real. John Sturges, intérpr. Spencer Tracy, Robert Ryan (EUA/1954, 81 min.)
16.00 - Ponto Por Ponto
16.45 - Maravilhas do Mundo Selvagem
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.50 - Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.00 - Campanha Eleitoral
20.50 - Tieta



- 21.50 - Alf, Uma Coisa do Outro Mundo
22.15 - O Preço Certo
23.30 - Só Sei o Meu Nome (série, 1º epis.)
00.20 - 24 Horas
00.55 - Remate

RTP2

- 12.00 - Johnny Quest
12.15 - Curso de Inglês
12.40 - Filhos e Filhas
13.05 - Montreux
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha!
15.55 - Maravilhas do Planeta
16.45 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.30 - Especial Desporto - Campeonato Mundial de Natação
19.00 - TI-TI-TI
19.30 - Via Rápida
19.40 - Circo
20.45 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Acerto de Contas
22.20 - Ópera - «Turandot», de Busoni

Terça
RTP1

- 10.00 - Rua Sésamo
10.30 - Ponto de Encontro
11.55 - Culinária
12.10 - Top Model
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Bairros Populares de Lisboa
14.00 - Primeira Matinée - «O Inferno na Terra» («Stalag 17»), real. Billy Wilder (EUA, 120 min.)
16.00 - Ponto Por Ponto
16.50 - O Mundo
17.15 - Brinca Brincando
18.15 - Rua Sésamo
18.45 - Roda da Sorte
19.30 - Telejornal
20.00 - Campanha Eleitoral
20.50 - Tieta
21.55 - O Polvo (2º epis.)
23.40 - Primeira Página
00.40 - Alô, Alô
01.10 - 24 Horas
01.25 - Remate


Filmes

- «Quando Morre o Verão» - 5ª, 14.30, RTP-1
«O Seu Pior Inimigo» - 5ª, 23.00, RTP-2
«O Gendarme de St. Tropez» - 5ª, 14.30, RTP-1
«O Rei dos Gazeteiros» - 6ª, 21.50, RTP-1
«Ali Babá e os 40 Ladrões» - sáb., 14.05, RTP-2
«Cavalcada dos Destemidos» - sáb., 16.45, RTP-1
«Coma» - sáb., 00.50, RTP-1
«A Ilha do Tesouro» - dom., 15.40, RTP-1
«Pedro o Louco» - dom., 22.25, RTP-2
«A Conspiração do Silêncio» - 2ª, 14.35, RTP-1
«O Inferno na Terra» - 3ª, 14.00, RTP-1
«Recordações» - 3ª, 21.50, RTP-2
«Os Grandes Aventureiros» - 4ª, 14.25, RTP-1
«O Dilema do Médico» - 4ª, 22.05, RTP-1

Ópera

- «Turandot» - 2ª, 22.20, RTP-1

Música

- Quinta
13.30, RTP-1: Luís Bettencourt
19.25, RTP-2: Via Rápida
22.40, RTP-1: Rui Veloso no Coliseu

- Sexta
13.30, RTP-1: Maria Guinot
18.20, RTP-2: Via Rápida
23.05, RTP-2: Pop-Off

- Sábado
11.50, RTP-2: Forum Musical
14.35, RTP-1: Joan Baez

- Domingo
09.00, RTP-2: Outras Músicas

- Segunda
13.30, RTP-1: Trovante
19.45, RTP-2: Via Rápida

- Terça
19.40, RTP-2: Via Rápida

- Quarta
19.40, RTP-2: Via Rápida

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (01.10), 6ª (00.25), 4ª (00.50), 2ª (00.55), 3ª (01.25), 4ª (00.30)
Rotações - RTP-2, 6ª, 22.05
Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.55
Troféu - RTP-2, dom., 13.00
Natação - Campeonato Mundial - a partir de 2ª, RTP-2, 18.30

RTP2

- 12.00 - Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 - Curso de Alemão
12.40 - Filhos e Filhas
13.05 - Variedades no Teatro Apollo
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora Escolha
16.00 - Viajando pelo Mundo (16º epis.)
16.30 - Os Anderson
17.30 - Eterno Feminino
18.30 - Especial Desporto - Mundial de Natação
18.55 - TI-TI-TI
19.25 - Via Rápida
19.55 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
20.50 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Cinemazine
22.00 - Cinemadols - «Recordações», real. Colin Gregg (EUA/1982, 113 min.)
23.55 - 24 Horas
00.30 - Remate

RTP2

- 12.00 - Os Centuriões
12.25 - Curso de Inglês
12.40 - Filhos e Filhas
13.00 - Nono B (3º epis.)
14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Agora, Escolha
15.55 - Madra - Cá Entre Nós
17.00 - Recreio do 2
17.30 - Eterno Feminino
18.30 - Especial Desporto - Mundial de Natação
18.55 - TI-TI-TI
19.25 - Via Rápida
19.35 - Circo
20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
20.50 - Dick Tracy
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Emoções
22.00 - Joaquim Letria
23.30 - Destino América (2º epis.)
00.30 - Universidade Aberta

Teatro

LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.
Sala Nova - O Estrangeiro em Casa, de Richard Demarcy, encen. João Mota.
Sala 1 - Um Elétrico Chamado Desejo, de Tennessee Williams, encen. João Mota.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. 4ª e 6ª às 21.45, sáb. às 16: **Loucos por Amor**, de Sam Shepard, encen. João Lourenço. 5ª e sáb. às 21.45, dom. às 16: **Desejo Sob os Ulmeiros**, de Eugene O'Neill, encen. João Lourenço.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.

Muito Barulho Por Nada, de Shakespeare, encen. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro Capitólio, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. **Al Cavaquinho**.

Teatro Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Liberdade em Bremen**, de R. W. Fassbinder, encen. Heider Costa, pelo grupo A Barraca.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16: **Quem Tem Medo de Virginia Woolf?**, de Edward Albee, encen. Fernanda Lapa. - 5ª e 6ª às 19, sáb., dom. e

2ª às 22: **Terminal Bar**, de Paul Selig, encen. Carlos Fernando.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro da Politécnica, R. Escola Politécnica, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Casa de Boneca**, de Henrik Ibsen, encen. Mário Feliciano.

Teatro S. Luís, R. António Maria Cardoso. **Sala Estúdio** - 6ª, sáb. e dom. às 19: **A Birra do Morto**, de Vicente Sanches, en-

cen. Mário Viegas.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16. **A Grande Festa** (revista), encen. Francisco Nicholson.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. **Os Bancários Também Têm Alma**, comédia musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez.

LOURES

Teatro da Malaposta, R. de Angola, Olival Basto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Ossos de Matoma**, de António de Macedo, encen. José Martins.



Comício de encerramento da campanha eleitoral em Lisboa

Quinta-feira, dia 10 Pavilhão Carlos Lopes

A campanha eleitoral no concelho de Oeiras

Para os próximos dias estão agendados no concelho de Oeiras sessões, convívios e outras actividades de esclarecimento eleitoral.

Amanhã, sexta-feira:

- sessão de esclarecimento em **Algés** - no Grupo Recreativo da Tercena, com a participação do camarada **João Camilo**, às 21.30;
- à mesma hora, sessão de esclarecimento com o camarada **Carlos Rabaçal** na Associação de Moradores 18 de Maio, às 21.30;
- sessão de esclarecimento com o camarada **Octávio Telxela em Carnaxide** - na Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide, às 21.30;
- sessão-debate na **Parede** - na colectividade do Murtal, às 21.00.

No sábado:

- sessões de esclarecimento na Academia Recreativa de **Linda-a-Velha** e na **Cruz Quebrada (SIMEQ)**;
- Discoteca **Jovem em Alcabideche** - no salão do Montepio, a partir das 20.00.

No domingo:

- almoço-convívio no Centro de Trabalho de **Queljas** com a participação do camarada **Octávio Pato**;
- almoço-convívio no Centro de Trabalho de **Oeiras** com a participação do camarada **Domingos Abrantes**;
- debate, seguido de lanche, no Centro de Trabalho de **Alcabideche**, com a participação do camarada **Romeu do Rosário** - a partir das 15.00.

TEMPOS DE ANTENA

TELEVISÃO logo depois do Telejornal

Quinta 03	BH	CM		Terça 08	BH	MS	
Sexta 04	MS	BH	CM	Quarta 09	CM	MS	
Sábado 05	BH		MS	Quinta 10	BH	MS	
Domingo 06	MS	CM	BH	Sexta 11	BH	CM	
Segunda 07	CM	MS			BH	CM	

RÁDIO

ANTENA 1	COMERCIAL	RENASCENÇA	RFM	RENASCENÇA	RFM	RDP-AÇORES	RDP-MADEIRA	RDP-PORTO	RDP-COIMBRA	RDP-FARO	ANTENA 1	COMERCIAL	RENASCENÇA	RFM	RENASCENÇA	RFM	RDP-AÇORES	RDP-MADEIRA	RDP-PORTO	RDP-COIMBRA	RDP-FARO	
Quinta, 3											Terça, 8											
17.30	21.45	20.45	-	-	-	-	-	-	-	-	18.15	21.15	20.15	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sexta, 4											Quarta, 9											
17.52	21.15	20.15	-	-	20.40	13.45	15.15	17.10	20.15	-	19.35	21.15	20.15	4.15	3.15	20.25	13.30	15.00	16.55	20.00	-	
Sábado, 5											Quinta, 10											
17.30	20.15	20.15	4.15	3.15	-	-	-	-	-	-	17.30	21.30	20.30	4.15	3.15	-	-	-	-	-	-	-
Domingo, 6											Sexta, 11											
18.15	21.45	20.45	4.00	3.00	20.00	11.30	10.00	17.55	10.05	-	17.30	21.30	20.30	-	-	20.00	13.30	15.00	16.55	20.00	-	
Segunda, 7											23.15											

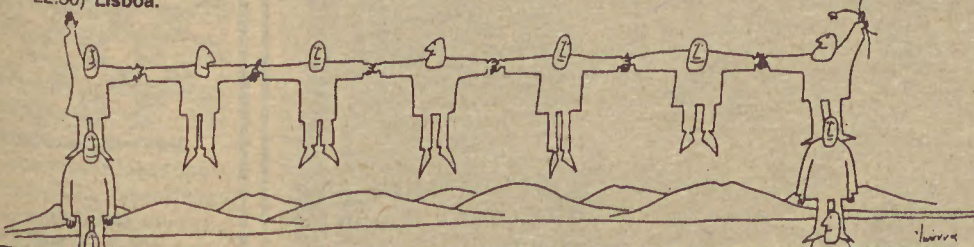
Cinema

A selecção

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Cyrano de Bergerac	—	—	—	★★★★★
B Fantasia	★★★★	★★★	★★★★	★★★★★
C Henry e June	—	★★	★★	★★★
D Tudo Bons Rapazes	★★★	★★	★★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Jean-Paul Rappeneau - **Forum Picoas/2** (14.00, 16.30, 19.15, 21.45), **King Triplex/1** (14.15, 16.30, 19.15, 21.45), **Sétima Arte** (14.30, 17.00, 19.15, 21.45) - Lisboa.
- B — Real. Walt Disney - **King Triplex/3** (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) - Lisboa.
- C — Real. Philip Kaufman - **Mundial/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) - Lisboa.
- D — Real. Martin Scorsese - **Amoreiras/4** (13.45, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00), **Quarteto/2** (14.15, 17.20, 22.30) Lisboa.



Tempo Fim de Semana

Céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco soprando moderado de Leste na região Sul. Neblina ou nevoeiros matinais no Norte e Centro. Formação de geadas.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Exposições

LISBOA

- António Matos** - Escultura. Galeria de S. Mamede, R. da Escola Politécnica, 167 (até 5/1)
- Armando Alves** - Objectos (1970-90). Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.
- Canto da Maia** - Escultura. Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 31/1)
- Colectiva** («Ilustrações»). Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 15/1)
- Cristina Iglésias** (Espanha) - Escultura. Galeria Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B (até 4/1)
- Desenhar a Revista** - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17
- Felppa Lobato** - Pintura e escultura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A (até 5/1)
- Glória Elena** - Pintura; **Silvia Westphalen** - Escultura. Clube 50, Rua de S. Mamede, 9, 1º (até 16/1)
- Homenagem a Raúl Lino**. Museu de Artes Decorativas da Fun-

- dação Ricardo Espírito Santo ((até fins de Fevereiro)
- João Penalva** - Pintura. Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 6/1))
- João Serrano** - Fotografia. Galeria 12-A, Costa do Castelo, 12-A (até 4/1)
- José Rodrigues** - Exposição antológica de escultura e desenho. Sociop. R. D. Estefânia, 195-D. De 2ª a sáb. das 10 às 20 (até 5/1)
- Papagaios de Papel** (colectiva internacional). Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (de 4/1 a 3/2)
- Romy Castro** - Pintura; **António Matos** - Escultura. F. Galeria de S. mamede, Rua da Escola Politécnica, 167. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 14/1)
- Rosa Almada** - Escultura. Galeria Diferença, R. S. Filipe Neri, 42 (até 26/1)
- Ruth Rosengarten** - Pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A
- Sara Mendes** - Pintura. Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, s/cv. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 4/1)
- Um Século de Electricidade**. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das

- 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18). Até ao fim do ano.
 - Tapeçaria do Séc. XVI** - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17
 - Vittorio Graziano** - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146.
- PORTO**
- Aida Sousa Dias** - Escultura; **Alberto Cédron** - Pintura. Galeria da Praça, Pç. da Liberdade, 66 (até 4/1)
 - Costa Pinheiro** - Pintura (série «Reis de Portugal»/1965-66). Casa de Serralves, Rua de Serralves. Das 14 às 20 (até 6/1)
 - Eduardo Batarda** - Pintura. Galeria Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30
 - Lurdes Robalo** - Pintura. Cooperativa Árvore, R. Azevedo de Albuquerque (até 23/1)
 - Manuel Amado** - Pintura. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30
 - Pedro Mala** - Pintura. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854 (até 15/1)
 - Rui Agular** - Pintura.

- Quadrado Azul, R. de Costa Cabral, 777, loja 8. De 2ª a sáb. das 15 às 22
- OUTRAS LOCALIDADES**
- António Pimentel** - Pintura. Até 4/2, Centro Cultural S. Lourenço, ALMANSIL
 - Júlio Resende** - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE
 - Pedro Calapez** - Instalação. Convento de S. Francisco, BEJA
 - Cabrira Reis** - Instalação. Convento de Santa Clara-a-Velha, COIMBRA
 - Manuel Gamboa** - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA
 - Gil Telxela Lopes** - Pintura, gravura, escultura. Até 8/1, Galeria de Arte do Casino, ESTORIL
 - Artur Bual e Alberto Pelxoto** - Pintura. Galeria Espiral, R. Cândido dos Reis, 90, OEIRAS
 - Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ

a TV

«Deus é testemunha»

A televisão portuguesa goza da tradição do anticomunismo fósil. Mais do que nunca, mostra-se hoje digna dessa tão pouco gloriosa tradição. E então, quando toca a eleições, vale tudo.

A BBC encarregou Norman Stone de fazer uma reportagem sobre a URSS. «Pensava-se - dizia ele - que não me concederiam o visto, dada a minha actividade anticomunista na imprensa inglesa».

Concederam. A reportagem, realizada em 89, já está desactualizada em muitos aspectos. Mas assim mesmo, e descontando a permanente ostentação de mostrar os dados negativos e os exageros que atingem o ridículo («os soviéticos vivem pior que os pobres do Ocidente...» - e isto só prova que Norman ignora as reportagens da própria BBC sobre a pobreza em Londres...), assim mesmo, dizia, ficamos de posse de alguns elementos que nos permitem conhecer melhor certas situações.

Norman Stone, reconhecendo as dificuldades que os soviéticos atravessam, termina com as seguintes palavras: «Deus é testemunha de que só lhes desejo as maiores felicidades».

Haverá, na RTP, quem subscreva estas palavras?

A terra desprezada

Várias vezes tenho chamado a atenção dos meus leitores para retirarem o maior proveito daqueles quase-nadas que acontecem na televisão.

Por exemplo. Constantemente lá se ouve dizer que a solução para todos os problemas está na economia de mercado capitalista. No entanto, há uma brasileira em Tietê que nos diz, a propósito da prostituição:

- Aqui não temos outro caminho...

E em Portugal? Como vão as coisas na agricultura, lá pelo Norte do país? Diz um concorrente ao **Trevo da Sorte**, no programa da manhã:

- **Está a ficar muita terra desprezada...**

Ou seja: alguém está a tirar a terra a alguém. Se calhar é assim que Cavaco quer vencer o tão danado «desafio» da CEE...

Palavras bonitas

O programa chama-se «**Nós 2**», existe no segundo canal e nasceu - imagine-se! como alternativa, ou rival, do **Jornal de Sábado**. Neste manda um (o Moniz), naquele manda outro - o Cerqueira. A verdade escreve direito por linhas tortas. Lá está o título: **Nós 2...**

Pois o «**Nós**» desapareceu durante a campanha eleitoral. Lá ficou o domingo desamparado. Fazia-lhes tanto arranjo um magazine neste dia...

Não faz mal. **Jornal de fim-de-semana** fará os possíveis...

No sábado, primeiro dia da campanha, ouvimo-lo nós dizer que na campanha eleitoral os órgãos de informação deviam pautar a sua acção pela imparcialidade.

As palavras são bonitas, mas...

Viva a «imparcialidade»!...

... mas nessa mesma edição, o **Jornal** aproveitava a ocasião (!) para uma descarada campanha de cavaquismo; a respeito das legislativas ficamos a saber que o PSD tem o objectivo de ganhar de novo a maioria absoluta; que o PS considera a possibilidade de a tal maioria absoluta ser perdida pelo PSD; quanto ao CDS - via-se pela agressividade de Basílio -, desejaria para si o papel de «fiel da balança». E o PCP? Bem, para o PCP tratava-se nas presidenciais de avaliar a capacidade de manter o seu eleitorado...

O cenário está montado. O PSD e o PS vão lutar entre si, o CDS vai ser o árbitro, enquanto o PCP, nas câlmas, assiste à função.

E viva a imparcialidade!

Maneira de dizer

Continuemos na imparcialidade...

A certa altura, a locutora apresenta dois comentadores políticos, Cáceres Monteiro e Paulo Portas, e coloca-lhes, logo à cabeça, a seguinte questão: «Quais as consequências nas legislativas para o PC e para o CDS?...»

O primeiro põe logo à cabeça as mudanças a Leste, bem como as saídas de Fulano e Beltrano. Nem uma palavra sobre o fundo da questão política nacional - como se o PCP existisse apenas em função da política de certos países e das atitudes de certos indivíduos.

Paulo Portas foi de imediato direito ao assunto: o que está em causa, realmente, é a tentativa de ressurreição do Bloco Central. Certeiramente: «Basta olhar a Comissão de Honra do MASP...»

Paulo Portas denuncia o falso centrismo da candidatura de Basílio. Ela é uma candidatura da Direita e não do Centro. «É uma candidatura bipolarizadora - declara. Importa talvez lembrar aqui a Paulo Portas que o CDS, que chumbou a Constituição, veio mais tarde a coligar-se com o PS...»

Para o cidadão comum, estas águas (Basílio-Freitas-CDS-Direita-extrema direita...) são muito, muito turvas. Mas retenhamos a noção adiantada por Paulo Portas quando diz que Cavaco Silva «não sabe governar a dois».

Maneira de dizer que não é um político. Maneira de dizer que é um ditador. Maneira de dizer que Cavaco Silva está tramado...

Ulisses

Síntese semanal da IMPRENSA

A lei implacável

Este ano que agora acaba deixa um rasto de sombra e simultaneamente alguma clareza no protagonismo vivido pela Imprensa em Portugal.

Sombra porque com ele morreram quatro jornais: 1990 foi o fim dos 70 anos de vida do *Diário de Lisboa* e também o caso para o *Tempo*, *Liberal* e o *Diário*. Clareza porque no ano que ora finda nasceu um novo jornal com meios nunca antes conhecidos e colocados à disposição de um grupo de jornalistas, para dar corpo ao projecto do *Público*.

(...)

Implacável, o mercado ditou a sua lei. A lógica dos números sobrepôs-se ao imperativo da cultura. O economicamente viável prevaleceu ao culturalmente desejável. A concorrência de projectos com meios desiguais abreviou mesmo a vida de um título com passado irrepreensível e portador de uma história que o coloca para sempre no galarim da Imprensa portuguesa. Só que, para um jornal não há outra glória senão a da aceitação dos seus leitores. E de nada valem os elogios de uns sobre a qualidade do produto, quando edições amarelecem incapazes nas bancas, perante o desinteresse e passividade do público que não conquistam para leitor.

(...)

Num universo reduzido a poucos leitores e perante o investimento global em publicidade a privilegiar apenas os meios com audiência garantida, nada sobra para pro-

jectos aventureiros e sem aceitação no mercado. Surpreende por isso ver como ainda sobrevivem jornais em abrupta queda, mas, não obstante, teimam em afirmar-se à custa de muito voluntarismo e sacrifício de quem diariamente os continua a fazer.

Foram estas regras, de um mercado agressivo e concorrencial até na desproporção de meios utilizados que ditaram a «separação de águas» operadas em 1990.

São estas regras que prevalecerão no futuro próximo.

Por isso não se estranhe que algumas sombras continuem a pairar no horizonte de alguns títulos e a comprometer o seu próprio futuro. Como também não se ignora que outras clarezas vão evidenciar o protagonismo positivo de baluartes da Imprensa portuguesa.

«Diário de Notícias»
- 31/Dez/90

... e a lei implacável

Falta de informação e esclarecimentos quanto à finalidade do aumento de capital anunciado pela Interlog, empresa de informática do grupo Sonae, levou um grupo de pequenos accionistas a pedir uma providência cautelar, que suspendeu a operação. Para a Interlog, existem dados que não podem ser transmitidos a todos os accionistas, numa conclusão alcançada após recurso a parecer de jurista.

A Administração da empresa mostra-se surpreendi-

da com tal atitude e argumenta que o objectivo que presidiu ao aumento de capital é bastante claro e encontra-se «bastante explícito»: «Dotar o *diário Público* dos capitais próprios necessários ao desenvolvimento harmonioso da sua actividade alicerçada numa correcta estrutura financeira».

Após o anúncio do aumento de capital da Interlog de 700 mil para 1,1 milhões de contos, a 23 de Novembro último, um grupo constituído por pequenos accionistas da empresa decidiram pedir determinadas informações, com vista a poderem entender a necessidade de tal aumento.

(...)

Relativamente à alegada falta de informação sobre a finalidade do aumento de capital, a administração da Interlog diz ser totalmente falso o facto de não ser conhecido. No prospecto referente ao aumento de capital de 300 para 400 mil contos, efectuado em Junho deste ano, a empresa comunicava todo o seu interesse na exploração do jornal *diário Público*.

«Já no nosso relatório e contas de 1989 está implícito o interesse naquele jornal, uma vez que a Interlog tem 90 por cento do capital do *Público* - Comunicação Social SA», acrescentou.

O sector da imprensa diária foi considerado como uma prioridade de investimento da empresa, assumindo a sua posição de accionista maioritário daquele jornal. Aliás, no mesmo folheto sobre a emissão do aumento de capital é fornecido aos accionistas um conjunto de informação sobre quotas de mercado do *Público*, considerando que «o período de maturação, relativamente longo, que caracteriza um investimento de raiz neste sector, implica a mobilização inicial de importantes recursos financeiros, pelo que a Interlog tem vindo a assumir uma posição de suporte financeiro à sua participada».

«Diário de Notícias» - 31/Dez./90

Xadrez

CCLXXXV - 3 de Janeiro de 1991

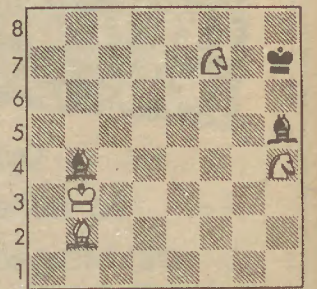
Proposição n.º 285/A

Por: Henri Rinck

National Zeitung, 1925

Pr.: [3]: Bs.b4, h5-Rh7

Br.: [4]: Cs.b7, h4-Bb2-Rb3



Brancas jogam e ganham

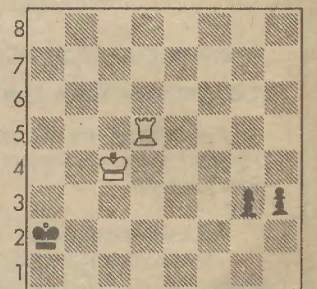
Proposição n.º 285/B

Por: M. Schapiro

Köln, Rheinische Volkswacht, 1920

Pr.: [3]: Ps.g3, h3-Ra2

Br.: [2]: Td5-Rc4



Brancas jogam e ganham

Soluções do n.º CCLXXXV
N.º 285/A (H.R.): 1. Cg5+, Rh6; 2. Bc1, Ba5; 3. Ra4, Bb6; 4. Rb5, Ba7; 5. Ra6, Bb8; 6. Rb7 e g.

N.º 285/B (M.S.): 1. Td2+, Rb1; 2. Rc3, Rc1; 3. Ta2, Rd1; 4. Rd3, Rc1; 5. Rb3, h2; 6. Ta1+, Rb2; 7. Th1 e g. Se: 2. ..., g2 ou h2; 3. Td1+, Ra2; 4. Tg1, h1 e g) / Se: 4. ..., Rb1; 5. Rb3 g / Se: 5. ..., g2; 6. Rf2 / Se: 5. ..., Rb1; 6. Td2

A. de M.M.

Damas

CCLXXXV - 3 de Janeiro de 1991

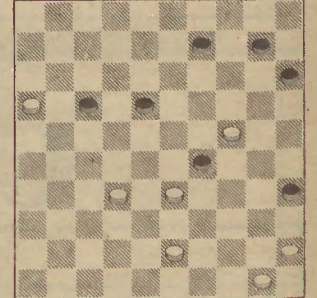
Proposição n.º 285

Por: G. ZONNEVELD

1.º Prémio Ons Orgaan, 1938

Pr.: [7]: 9-10-15-17-18-29-35

Br.: [7]: 16-24-32-33-43-45-50



Brancas jogam e ganham

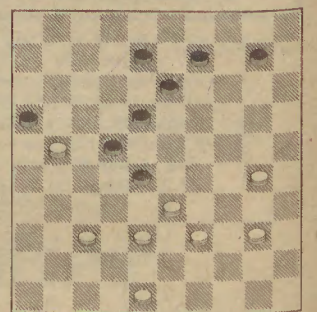
Golpe n.º 285

Por: ANTOINE BAUD

1931

Pr.: [8]: 8-9-10-13-16-18-22-28

Br.: [8]: 21-30-33-37-38-39-40-48



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXXV

N.º 285 (G.Z.): 1. 16-11, (29x49)=D; 2. 11x4=D, 49x16; 3. 24x20, (15x24); 4. 4x38!! (16x43); 5. 45-40 e 6. 50x48+ Se: 4. ..., (16x49); 5. 50x44 e +.

Golpe N.º 285 (A.B.): 1. 30-25, (16x27); 2. 38-22, (27x29); 3. 37-32, (28x37); 4. 48-42, (37x48); 5. 39-34, (48x30); 6. 25x5=D+

Bibliografia: Acaba de sair em Espanha um livro sobre Damas Clássicas!

Título: Las Damas: Ciencia sobre un tablero.

Autores: Govert Westerveld e Florentina Navarro Belmonte.

Informações: A. de M.M. - Apartado 23 - 2801 Almada Codex.

A. de M.M.

O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Portugal pode ser Melhor!
vota Carlos Carvalho
Janeiro 1991 • N.º 188 • Preço 50\$00

AVEIRO

Maior quebra na pesca longínqua

Entre 1984 e finais de 1987 o número de embarcações registadas no distrito desceu ligeiramente (de 1136 para 1115) mas aumentou o número de embarcações em actividade de 918 para 1054. Tal subida deveu-se essencialmente à pesca na Ria que ocupava 977 das 1054 embarcações. A distribuição de embarcações e pescadores era a seguinte em 31/12/87:

TIPO DE PESCA	EMBARCAÇÕES	PESCADORES
• Pesca na Ria	977	1377
• Pesca longínqua	35	1101
• Arrastões	31	444
• Costeira local	11	102

Apesar disso o porto de Aveiro continua sendo um dos mais importantes portos de pesca do País — o principal na pesca longínqua e o segundo no arrasto costeiro. Associada à queda das pescas no distrito está a queda do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da indústria do sector de alimentação e bebidas que desceu de 15 milhões de contos em 1986 para 8 milhões de contos em 1988. ■

Da Resolução Política aprovada na 2.ª Assembleia da OR de Aveiro, 8/Dez./90

A xávega do Furadouro, Torreira e Vagueira ocupava 362 pescadores.

O número de pescadores inscritos, — apesar de ainda longe do número de pescadores de facto existentes — era então de 3386, mais 748 que em Dezembro de 1981. Este número deveu-se ao recrudescimento da pesca na Ria, como complemento de outras actividades (principalmente agrícolas) e como actividade escolhida por emigrantes regressados. O número de trabalhadores por conta de outrem era, no sector, em 1988, de 1454 o que indica uma diminuição do emprego.

A subida do número dos pescadores inscritos, em parte determinada por uma maior fiscalização, correspondeu paradoxalmente à queda vertical nas capturas verificada após a adesão à CEE. Das 27 547 toneladas desembarcadas em 1984 passou-se para 8253 ton. em 87. O valor, sem correcção da inflação, desceu de 4,2 para 1,3 milhões de contos. O valor total do peixe descarregado em 1987 foi inferior ao do bacalhau em 1984. A pesca longínqua terá sido aquela em que se verificou a maior quebra pois, de mais de 10 000 ton. em 1984 desceu para 2973 ton. em 1987.



adora



produção de 7586 toneladas de conservas de sardinha (16% do total nacional) que foi totalmente destinada ao mercado externo.

A sardinha foi a principal espécie transformada pela indústria de conservas local — 94% da produção foi de conservas de sardinha.

O sector de conservas foi nitidamente prejudicado por todo o processo de adesão à CEE, num momento em que se encontrava confrontado com problemas conjunturais e estruturais de difícil solução que se agravam com a forte concorrência que se faz sentir.

A perspectiva de serem alterados os regulamentos da CEE para a indústria de conservas, resultado da luta reivindicativa do sector abre perspectivas à modernização e desenvolvimento da indústria conserveira que urge assegurar e aproveitar.

Indústria de Preparação de Pescado Congelado

Esta indústria desempenha um papel fundamental no que respeita à colocação no mercado do pescado capturado. Peniche é a localidade nacional que dispõe de maior número de unidades fabris (24 fábricas licenciadas para um total nacional de 81).

A sardinha é também a principal espécie transformada tendo sido exportadas 2150 toneladas de sardinha congelada em 1989.

Os principais problemas e necessidades desta indústria prendem-se com a melhoria das condições higiénicas e sanitárias da maioria das unidades bem como o das condições de apresentação e de embalagem dos produtos acabados.

Nota-se também uma fortíssima concorrência de produtos importados que é facilmente observável por qualquer consumidor e que poderá traduzir a médio prazo dificuldades adicionais para este subsector da indústria transformadora da pesca.

São de repudiar quaisquer soluções que visem garantir a sobrevivência de ambos os sectores na base dos baixos salários e do trabalho precário actualmente existente. ■

Da Resolução Política aprovada na 3.ª Assembleia da OR de Leiria, M.º Grande, 9/Dez./90

ÉVORA

SAÚDE

Objectivos concretos

● PCP tem um projecto para o distrito com propostas para todos os sectores.

A 2.ª Assembleia da Organização Regional de Évora aprovou-as:

(...)

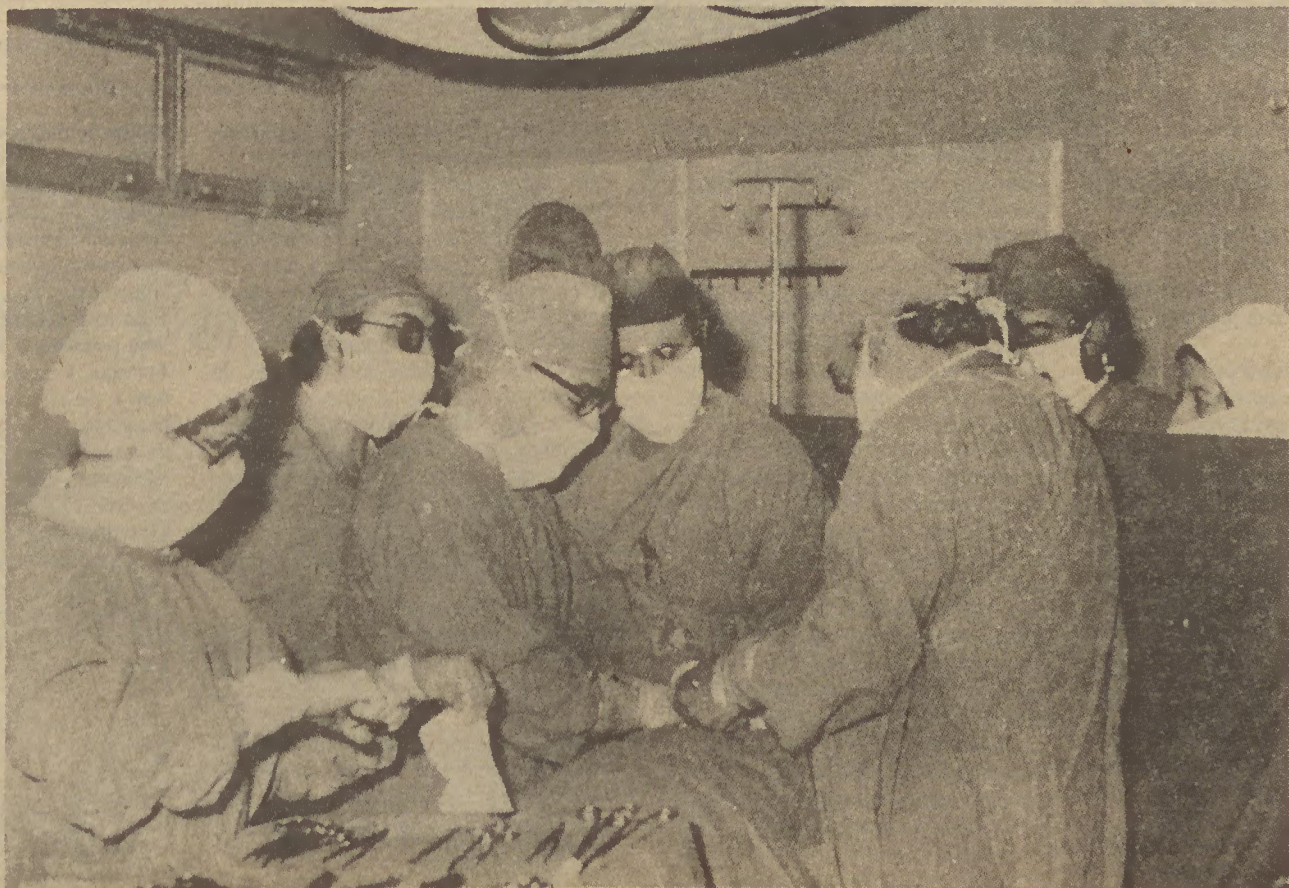
Melhorar os Serviços de Saúde

● Dar cumprimento ao Serviço Nacional de Saúde;

- Promover a informação e participação das populações na programação e avaliação dos programas de saúde;
- Implementar programas específicos de educação e promoção da saúde nos estabelecimentos de saúde;
- Criar um órgão gestor eleito, de todos os serviços de saúde no distrito;
- Criar estímulos à fixação dos trabalhadores da saúde;
- Beneficiar o Hospital Distrital, dotar os Serviços Hospitalares e de Cuidados Primários dos meios humanos e técnicos necessários;

- Reintegrar o Hospital do Patrocínio no Hospital Distrital como parte integrante deste;
- Garantir internamento no novo Centro de Saúde de Estremoz;
- Abertura das unidades de internamento dos Centros de Saúde e funcionamento regular dos Serviços de Urgência, designadamente nos concelhos de Alandroal, Arraiolos, Borba, Mora e Redondo. ■

Do Manifesto ao Povo do Distrito de Évora/2.ª Assembleia da OR de Évora do PCP, 1/Dez./90



SETÚBAL

CULTURA

Desenvolvimento sociocultural — do conceito às prioridades

O desenvolvimento integrado de um país e de uma região é indissociável da alteração das condições objectivas em que têm lugar as práticas de criação e fruição culturais.

A todos quantos, de uma forma ou de outra, participam do processo de alteração das condições de vida das populações coloca-se hoje uma questão essencial: articular num processo de desenvolvimento harmónico, o desenvolvimento económico e industrial, a qualidade de vida urbana, condições ambientais favoráveis, os sistemas organizados de fruição do recreio e do lazer, as formas de produção e criação cultural.

Propomo-nos avançar algumas notas, necessariamente avulsas, que procurarão identificar e enunciar aspectos a ter em conta na elaboração de programas de desenvolvimento sociocultural com incidência relevante no processo mais amplo de desenvolvimento integrado da Península de Setúbal.

As rápidas transformações económicas e sociais que se estão a verificar no País e na Península têm vindo a acelerar o processo de alteração da composição social das populações em particular da dos centros urbanos, influyendo profundamente nos seus quadros de referências culturais, provocando alterações de comportamento, impondo novos ritmos para o quotidiano social, novos padrões de consumo, degradação rápida dos sistemas de coesão e solidariedade sociais.

Este processo de degradação acelerada da vida social própria das comunidades locais, como consequência de um processo de desenvolvimento económico e industrial que conduz à «standardização» dos produtos culturais e ao consumo de uma informação «uniformizante», é tanto mais preocupante quanto é certo que a facilidade com que é possível obter

resultados da actuação nos mecanismos económicos não é a mesma quando se trata de actuar naqueles que regulam as actividades sociais e culturais das populações.

O desenvolvimento da região da Península de Setúbal é, para nós, um conceito que integra de forma coerente a dimensão económica com uma dimensão social, na qual se afirmam, a um tempo, a identidade cultural própria das comunidades locais e a abertura permanente à cooperação cultural entre as regiões e os países.

Trata-se de um modelo que, apostando no progresso e na mudança, incorpora «uma forte intervenção tendente a contribuir para a consolidação e reforço da coesão e de solidariedades sociais, através da identificação, caracterização e divulgação dos principais valores e referências culturais da região e da definição de Programas e Projectos que assegurem a inserção desses valores e a participação criativa dos agentes de desenvolvimento locais» — (PIDDS, 2.ª fase).

Deve sublinhar-se que a grande prioridade atribuída aos programas e projectos que visam o enraizamento local das populações e a afirmação da sua identidade cultural se insere numa visão moderna da vida social e se enquadra mesmo em conceitos que colhem grande unanimidade na comunidade internacional. A este título, cabe referir que a «Década Mundial do Desenvolvimento Cultural» que a Unesco decidiu convocar sugere quatro aspectos em torno dos quais se devem articular os programas a desenvolver: a) a tomada em consideração da dimensão cultural do desenvolvimento; b) a afirmação e enriquecimento das identidades culturais; c) o alargamento da participação na vida cultural; d) a promoção da cooperação cultural internacional — aos quais atribuímos a mais alta importância.

Atenção especial

O nosso conceito de desenvolvimento, exigindo uma atenção particular à dimensão cultural, parece aconselhar:

- Uma efectiva intervenção no sistema educativo, designadamente na escola pública, que aparece como instância fundamental de educação, e espaço de mudança cujas virtualidades importa potenciar.
- Um forte apoio e incentivo à acção dos diversos agentes locais designadamente aqueles que operam nas áreas de expressão cultural onde os anos 90 vieram provocar novos fenómenos de movimentação social de massas.
- Uma especial atenção para a acção própria dos agentes sociais que operam no campo da Cultura Física e Desporto, área que vê crescer a sua importância relativa no contexto das actividades sociais que mais representam para o aprofundamento da coesão e solidariedades sociais e para o desenvolvimento integral do indivíduo.
- A criação de programas e acordos que visem preencher lacunas na «oferta cultural típica» dos agentes locais, ampliando assim a «oferta regional» de

serviços e produtos à disposição das populações. Trata-se aqui de abrir o «espectro», no sentido de prosseguir uma cada vez mais ampla e diversificada oferta cultural.

- Um forte investimento regional e de âmbito municipal no sentido de implementar em certas áreas (adiante se exemplificarão algumas) o que designaremos por **Serviço Público Cultural** (entenda-se também Desportivo). Inclui-se aqui o lançamento de redes regionais e locais de equipamentos culturais de gestão pública local, ainda inexistente ou em número insuficiente, e que são hoje consideradas imprescindíveis ao aprofundamento do processo de desenvolvimento cultural.
- Uma mais decisiva intervenção por parte dos Poderes Públicos em matéria de salvaguarda do património cultural designadamente as suas formas materiais e a sua expressão edificada, recuperando aqui algum atraso registado nos processos de recuperação, restauro e reutilização. ■

Do documento de apoio para o painel de discussão dedicado às questões culturais, Conferência Regional do PCP sobre o Desenvolvimento Integrado da Península de Setúbal, Caparica, 10/Nov./90



ALGARVE

Um alerta vigoroso para a crescente degradação da identidade cultural

A descaracterização cultural e a degradação paisagística do Algarve atingem proporções de ruptura e o nosso Partido, levantando nesta Assembleia um grito de alerta, está a cumprir, com sentido de responsabilidade, o seu papel de grande partido interveniente nas questões fulcrais da região.

Aquí são apresentadas propostas de apoio às actividades culturais e de defesa e valorização do nosso património e do ambiente integradas no quadro da política necessária para o desenvolvimento e o progresso do Algarve e estas propostas estão indissolúvelmente ligadas às medidas económicas, sociais e de defesa e aprofundamento da democracia que apontam no nosso documento. Isto decorre da concepção do nosso Partido de que o desenvolvimento, o progresso e o aprofundamento da democracia estão em íntima correlação com a consciência que o Homem tem de si próprio, do Mundo em que está integrado e do sentido em que pretende transformá-lo.

À volta das questões do património

natural e cultural se vem criando no Algarve um largo consenso, que extravasa o quadro político-partidário, o que permite estabelecer pontos de convergência muito amplos na defesa destes valores na nossa região.

O projecto de Resolução Política que estamos a discutir apresenta uma análise da situação do ambiente, do património e da cultura e propostas de uma política de defesa e valorização destes factores essenciais da nossa identidade cultural, que estamos certos poderão ganhar o apoio de pessoas muito distantes de nós no plano político, mas que têm de comum connosco uma correcta visão destas questões e da forma de resolvê-las.

São muitos aqueles que nos apoiam quando denunciámos as irremediáveis destruições provocadas numa vasta faixa do litoral pela desordenada implantação do imobiliário turístico, as agressões a centros históricos, a descaracterização da paisagem física e urbana, a aceleração de um processo de aculturação desagregador, o desaparecimento dos mais evidentes indicadores da cultura algarvia com a

acentuação dos factores mais negativos de «estrangeirização», em resumo: a destruição da nossa memória colectiva. São muitos aqueles que apoiam as nossas propostas concretas de incentivo às actividades culturais, com especial valorização de todo o movimento cultural representado por dezenas de colectividades e por numerosas associações de defesa do património, de artesanato tradicional e urbano e outras, que apesar da falta de apoio e carências de toda a ordem desempenham um importante papel como pólos de criação e divulgação cultural.

São muitos aqueles que nos apoiam quando exigimos um levantamento em profundidade e uma urgente inventariação do nosso património cultural nas suas variadas expressões, condição indispensável para a definição dos contornos da nossa identidade cultural. Mas a identidade cultural não é uma categoria estática: ou se afirma e se expande mediante a criação de condições que lhe permitam a fixação e o desenvolvimento, ou, como está a acontecer no Algarve, sofre uma

crescente degradação, descaracteriza-se, perde-se. Ora o desenvolvimento exige um programa bem definido e articulado à escala regional, tendo em conta as características de cada concelho e os meios e medidas a implementar.

A condição essencial para que isto seja possível é a Regionalização. Até aqui, o essencial do que tem sido feito é de carácter local, a nível de Municípios, sem a mínima coordenação de âmbito distrital e sem a urgente e necessária visão globalizante à escala regional. O Poder Central tem-se limitado a publicar alguma legislação que, além de outros erros, enferma de uma visão centralista, própria de quem não reconhece a Regionalização. Acresce que o Governo não tem atribuído os meios financeiros necessários para que seja levada a cabo uma política de salvaguarda do património e de desenvolvimento cultural.

Da intervenção de Margarida Tengarrinha na 2.ª Assembleia da OR do Algarve, 9 de Dezembro de 1990.

QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO

LISBOA

Linhas de trabalho para reforçar a actividade das células de empresa

Se é verdade que a actividade das células de empresa defronta obstáculos muito grandes, nalguns casos conjuntamente intransponíveis, também é verdade que é possível em muitos casos ultrapassar esses obstáculos.

As medidas definidas pelo Encontro de Quadros de 7 e 8/11/87 são disso exemplo: com um melhor acompanhamento da actividade das células de empresa por parte dos organismos de direcção da ORL, aos vários níveis, foi possível alterar positivamente algumas situações. O panorama das células de empresa no distrito de Lisboa apresenta uma grande diversidade de situações, desde a existência de células fortes, activas, dinâmicas, profundamente ligadas aos trabalhadores das respectivas empresas e prestigiadas junto deles, até a células onde apenas um pequeno núcleo de membros se mantém activo e outras completamente desacompanhadas e inactivas.

Por outro lado, existe um conjunto vasto de empresas onde não há células do Partido.

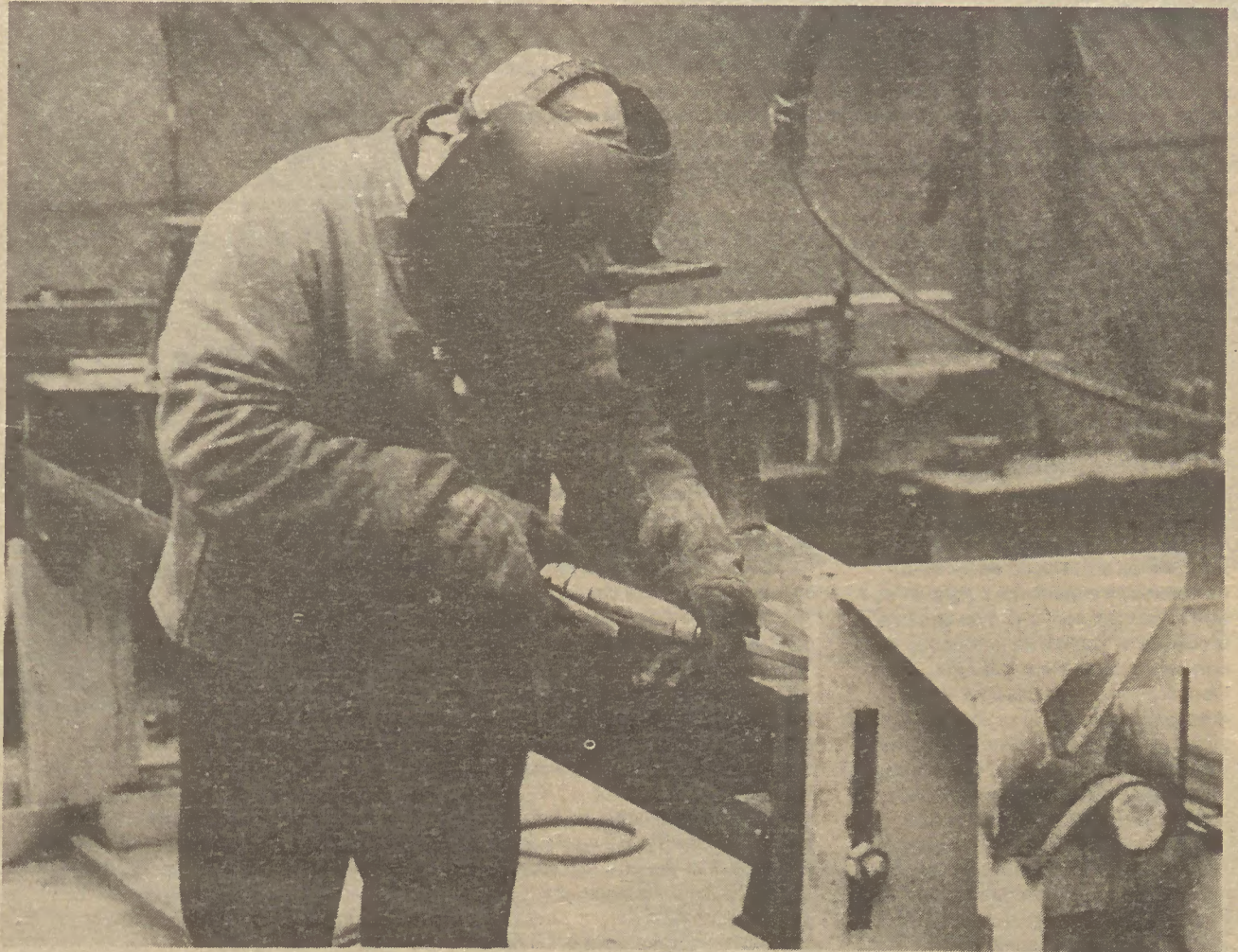
Dificuldades, embora de tipo diferente mas que colocam entraves ao funcionamento das células, são as que resultam de situações em que os membros da célula estão dispersos por vários locais de trabalho, ou trabalham por turnos, ou utilizam os transportes das empresas.

Outro tipo de problemas são os que respeitam à coordenação das células de empresa pluri-concelhias, pluri-distritais e nacionais.

Sendo as células de empresa instrumentos essenciais na ligação do Partido à classe operária e aos trabalhadores, o seu acompanhamento e a atenção da DORL ao desenvolvimento da sua actividade é uma questão de primordial importância.

O reforço do funcionamento e da intervenção das células de empresa passa pela tomada de um conjunto de medidas de direcção aos vários níveis (DORL, Comissões Concelhias, Organismos de Direcção de Sector e Secretariados de Célula): medidas de apoio central; medidas que estabeleçam as ligações capazes de assegurar o bom acompanhamento de todas as células; medidas que contribuam para melhorar o funcionamento e a intervenção das próprias células de empresa. Destacam-se como medidas e linhas de trabalho essenciais para o reforço da actividade das células de empresa, as seguintes:

- A realização de uma campanha de



âmbito distrital de denúncia das ilegalidades existentes e em defesa das liberdades e direitos dos trabalhadores;

- A dinamização e o reforço da actividade da Comissão para o Trabalho nas Células de Empresa, melhorando a sua composição e o seu funcionamento;
- A decisão de destacar para o acompanhamento do trabalho nas empresas, sempre que possível, os quadros com melhores condições para o efeito;
- A procura, caso a caso, das formas de ligação que assegurem o acompanhamento eficaz das células de empresa por parte das Comissões Concelhias e dos Organismos de Direcção do Sector;
- A tomada de medidas especiais para retomar o acompanhamento das células desacompanhadas e a procura de formas que levem à criação de novas células de empresa.

Quanto ao funcionamento e à actividade das células, importa assegurá-las na perspectiva da intervenção de massas da célula e que tenha em conta:

- A discussão regular dos problemas da empresa e dos trabalhadores;
- A consideração do trabalho sindical e nas comissões de trabalhadores como frente essencial de trabalho;
- A discussão e o acompanhamento da actividade dos membros do Partido eleitos nos órgãos representativos dos trabalhadores;
- O papel do militante comunista na empresa e o seu exemplo como trabalhador e como defensor dos interesses dos trabalhadores;
- A preocupação permanente de recrutar novos militantes de entre os trabalhadores mais prestigiados (designadamente mulheres e jovens);
- A realização regular de plenários de célula nos quais se discuta a situação política nacional e internacional e para os quais sejam atempadamente convocados todos os membros da célula;
- A promoção de iniciativas de convívio dentro ou fora das empresas envolvendo os membros da célula e outros trabalhadores.

Condição indispensável

Duas questões fundamentais há que ter sempre em conta:

- Quer no que toca ao funcionamento das células de empresa, quer no que respeita à sua ligação aos organismos de direcção de concelho ou de sector, a experiência mostra que não só não há soluções universais como é indispensável procurar a solução ajustada a cada caso concreto;
- Para o reforço da ligação do Partido às massas; para combater as dificuldades várias e os seus efeitos na disponibilidade para a luta de camaradas e de outros trabalhadores; para trazer ao Partido novos militantes — é condição indispensável a afirmação clara da célula na defesa dos interesses dos trabalhadores da empresa e na divulgação das posições do Partido sobre as grandes questões nacionais e internacionais. ■

Da Resolução Política aprovada na 2.ª Assembleia da OR de Lisboa do PCP, Damaiá, 14/15 DEZ/90

Para onde aponta a Lei de Bases dos Transportes

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES



A política da direita para o Sector de Transportes insere-se na política global do Governo de entregar as principais alavancas da economia nacional ao capital privado.

A Lei de Bases dos Transportes é uma das peças mais importantes dessa política contra o Sector de Transportes. Alguns dos traços fundamentais desta política:

- Passagem de empresas a sociedades anónimas, com o objectivo posterior de as privatizar, como são exemplos a RN e a Socarmar;
- Boicote sistemático aos investimentos nas empresas, impedindo o seu desenvolvimento e modernização, assim como a redução sem quaisquer critérios das compensações financeiras;

- Redução drástica da Marinha Mercante, desmembrando algumas empresas, como a CNN e CIM, criando outras empresas com capital privado e enfraquecendo a quota da nossa Marinha de Comércio no contexto internacional;

- Redução da rede ferroviária nacional, privilegiando os eixos principais e deixando vastas zonas do País ao abandono;

Entrega de infra-estruturas ferroviárias ao capital privado nacional e internacional; Indefinição duma política aérea e redução das quotas de mercado da TAP. ■

Do apontamento do Executivo do organismo de direcção do Sector dos Transportes da ORL do PCP, para a 2.ª Assembleia da ORL, Damaiá 14/15/DEZ/90

BAIXO ALENTEJO

DESENVOLVIMENTO

Um momento decisivo para o arranque

É nossa opinião que vivemos um momento decisivo para o arranque, rumo ao desenvolvimento económico e social, no distrito de Beja e no Alentejo. Desenvolvimento que potencie o aproveitamento integrado dos recursos que temos, na perspectiva do bem-estar e do desenvolvimento material e cultural do Homem e de uma relação equilibrada entre este e o meio ambiente. Um tal objectivo exige trabalho, inteligência, definição clara de objectivos e instrumentos de intervenção, definição clara de uma nova política de desenvolvimento nacional e de políticas regionais integradas. A correcção de assimetrias e a coesão económica e social no espaço nacional e comunitário é um objectivo possível, mas longe de estar alcançado.

No respeitantes ao distrito de Beja, as assimetrias em relação ao País e à Comunidade tendem até a agravar-se o que impõe reflexão e, provavelmente, mudança de rumo e de timoneiros na condução da política nacional.

Os indicadores regionais (PIB, PAB, demográficos e outros) assim como a incapacidade ou falta de vontade política para financiar e concretizar importantes projectos de carácter estruturante, tais como Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo, ou para promoverem novas reformas democráticas na agricultura, são indicadores insuspeitos de que os resultados de 10 anos de uma política marcadamente neo-liberal, desaconselham essa política para a nossa região.

São também inaceitáveis para a região alguns dos objectivos apontados pelo Governo no Plano de Desenvolvimento Regional entregue em Bruxelas o qual prevê que findo o período de integração a região esteja ainda mais envelhecida e com menos população activa.

Neste quadro geral e com o contributo para a reflexão que este fórum proporciona, **gostaria de avançar algumas sugestões para debate, e para serem, eventualmente, consideradas nas ideias conclusivas do Encontro.** É minha opinião que o sector agrícola, pecuário e florestal, numa perspectiva a curto, médio e longo prazo, é fundamental para o desenvolvimento integrado na região.

Uma nova agricultura precisa de novas reformas democráticas, que resolvam o secular problema e travão da agricultura que é o sistema de exploração de cariz latifundista; de novas reformas democráticas, que apoiem, no quadro de uma economia agrícola mista, as explorações agrícolas familiares, as novas empresas agrícolas privadas, e um sector cooperativo e associativo. Há dias, no decorrer de uma visita governamental, o sr. Primeiro-Ministro veio dizer-nos, muito enfaticamente, que o Alentejo não possui dinâmica empresarial.

Sabemos isso há dezenas de anos. Sabemos que não é só o tecido empresarial que está fragilizado, como também o tecido laboral e social. Por isso mesmo, **defendemos que o desenvolvimento seja objectivado no quadro de uma economia mista, apoiada por uma planificação participada, integrada e democrática, que permita canalizar para a região meios e investimentos que possibilitem o fortalecimento do frágil tecido empresarial, laboral e social, que permita a competição e a colaboração de diversos sectores — sector público, sector empresarial privado, sector cooperativo e associativo.** É neste quadro que nos parece possível e indispensável em tempo útil, pôr de pé uma base industrial diversificada e dinâmica no Baixo Alentejo, que potencie o aproveitamento dos recursos locais e regionais.

Base Industrial diversificada, desde as

agro-alimentares, cortiça, madeira, etc., dos concentrados mineiros, à indústria do turismo.

Uma outra área em que nos parece haver consensos alargados é a da **concretização de projectos de carácter estruturante, com realce para o projecto de Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo**, entre outros.

Depois de tantos anos, quaisquer argumentos que procurem justificar o bloqueio, porque é de isso que se trata, de Alqueva, não podem mais ser aceites. Diga-se o que se disser, tais argumentos procuram apenas camuflar a falta de vontade política e de capacidade para concretizar Alqueva e o Plano de Rega. Sugerimos que este Encontro diga uma palavra firme ao Governo e ao poder central sobre o significado de Alqueva para o Alentejo e para o País. Na época contemporânea as **vias de comunicação** têm um papel de relevo no desenvolvimento de qualquer região ou país. 60% da nossa **rede viária** tem faixas de rodagens inferiores a 6 metros, pelo que se impõem o seu alargamento. A ligação do **Porto de Sines** ao interior e a Espanha deve ser considerada no âmbito do desenvolvimento integrado dos recursos.

É preciso avançar com a construção dos **troços rodoviários V. Real de St.º António/Mértola/Beja; e Sines/Vila Verde de Ficalhó**, com a abertura, 24 horas por dia, desta fronteira.

No domínio das **vias aéreas** impõe-se o estudo da vantagem de construção de aeródromos e da utilização para fins civis — comerciais e turísticos — da Base Aérea n.º 11.

Temos agora novos instrumentos de acção no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

É nossa convicção, que os Programas Operacionais, o Projecto Transfronteiriço, os PDARs e outros, assim como o próprio Plano de Desenvolvimento Regional/PDR, podem, estes ou outros, ter um papel positivo e muito importante. Contudo, para que isso aconteça, precisam de urgente adequação/revisão, numa perspectiva de integração, de adequação às nossas realidades. Precisam de maior eficácia e actualidade na sua execução o que passa por uma alteração de fundo na metodologia de carácter centralizador e autoritário do Governo, através, designadamente, da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo/CCRA.

Precisam de, até em termos de verbas/financiantes ter em conta a especificidade e debilidade da região. Deixei para o fim algumas palavras sobre duas áreas que constituem, presentemente, factores positivos e dinâmicos, do desenvolvimento económico e social — o **poder local e as indústrias extractivas mineiras.**

Poder Local Democrático, uma jovem aquisição do 25 de Abril, que já triunfou. **Poder local democrático** que apesar das ingerências crescentes e limitações financeiras crescentes teve e continua a ter um papel maior na região o que justifica uma palavra sincera de apreço a todos os autarcas.

Poder Local, que com a **Regionalização**, constituem patamares importantes de um estado democrático, potenciadores do desenvolvimento, com as populações e para as populações.



Sector Mineiro

Algumas **considerações sobre o sector mineiro**, razão primeira deste Encontro. O distrito tem recursos importantíssimos, que constituem riqueza regional e nacional e que não devem, a qualquer título, ser alienados.

As Pirites Alentejanas e a entrada em funcionamento do projecto da Somincor criam as condições básicas para a extracção e comercialização dos concentrados.

Lemos com atenção o Relatório e Contas da Somincor, de 1989. Congratulamo-nos com os bons resultados alcançados no arranque do projecto e por isso felicitamos os Gestores, os Quadros Técnicos, os Trabalhadores da empresa. Do ponto de vista estritamente empresarial, as coisas parecem ir bem nas Pirites Alentejanas e na Somincor. Ainda bem.

Gostaríamos, contudo, allás como outros participantes neste Encontro já fizeram, de colocar à vossa consideração uma questão de fundo, se não a questão de fundo, se atentarmos no lema deste Encontro: Se será ou não correcto e urgente colocar a problemática do aproveitamento dos recursos mineiros, numa perspectiva múltipla e integrada — empresarial, regional, nacional e mesmo comunitária. Isto é, devemos ou não encarar como de interesse o aproveitamento verticalizado da indústria mineira — extracção, transformação, metalurgias, produto acabado, possibilitando assim a valorização nacional dos concentrados e a dinamização económica e social, a montante e a jusante e numa perspectiva de médio e longo prazo? Sobre esta questão falámos, quer com responsáveis das empresas, em visita efectuada em Setembro por dirigentes e deputados do PCP, quer posteriormente com conceituados quadros técnicos sindicalistas e outros trabalhadores. A primeira conclusão é a de que sobre a questão há opiniões muito diferentes:

- Há os que defendem as coisas tal como estão — extracção e exportação dos concentrados para metalurgias estrangeiras;

- Há os que defendem que é urgente verticalizar o aproveitamento dos nossos recursos mineiros, avançando para os estudos de viabilidade e outros. É sabido que as metalurgias do cobre na Europa (Alemanha, Suécia, Finlândia, Espanha) estão velhas. A mais nova julgo ser a de Huelva e tem já 15 anos. Nós temos matéria-prima, tecnologia e dois importantes portos, o de Sines e o de Setúbal.

É nossa opinião de que se nós não avançarmos outros avançarão, em Portugal ou noutro país da Europa. **Queremos, assim, porpor que o Encontro manifeste ao Governo a utilidade e urgência de se avançar com os estudos técnicos, económicos e outros de viabilidade da instalação de metalurgias de cobre, do estanho e mesmo do zinco, a mais longo prazo, assim como da construção de uma nova fábrica de ácido sulfúrico, numa perspectiva de desenvolvimento integrado da região e do país, e mesmo do espaço comunitário, no qual nos inserimos.**

É também nossa opinião que a parte dos resultados obtidos pelas empresas Somincor e Pirites Alentejanas que reverte directa ou indirectamente a favor da região, dos seus trabalhadores e das suas gentes — salários e outras prestações líquidas de encargos; valor pago pela aquisição de materiais e serviços a empresas da região, contributos de carácter social e outros — que a parte desses resultados, dizíamos, pode e deve ser potenciado.

Temos também a opinião de que numa visão verdadeiramente moderna e democrática das coisas, impõe que sejam removidos — onde existam — constrangimentos ao livre e democrático exercício dos direitos dos trabalhadores, designadamente à organização sindical. Parece-nos exagerado e limitativo dos direitos e interesses dos trabalhadores, que na Somincor exista ainda uma percentagem muito elevada de trabalhadores a prazo.

Temos também notado que, **da parte de certas entidades e pessoas, há, por vezes, por descuido ou por intenção, a tendência para marginalizar e desencorajar a participação dos trabalhadores e das suas organizações, quer em foruns e Encontros, quer em novas entidades que se criam.**

Somos da opinião que a situação no distrito e uma concepção democrática, plural e humanista da sociedade e da vida, reclama de todos nós uma atitude bem diferente — não a de excluir quem quer que seja que com honestidade queira dar o seu contributo, antes pelo contrário, estimular a sua participação. Na riqueza por todos criada, não pode continuar a haver uns que se sentam à mesa e procuram abocanhar todo o bolo e outros que são empurrados para debaixo da mesa para comerem as migalhas.

Temos de distribuir com justiça os rendimentos criados. Por isso temos lutado e continuamos a lutar.

Para terminar gostaríamos de agradecer às entidades promotoras e apoiantes do Encontro a oportunidade que nos foi dada para expor aqui algumas das nossas opiniões sobre a complexa temática do desenvolvimento económico e social do distrito de Beja e do Alentejo.

Gostaríamos de vos dizer que através dos seus deputados na Assembleia da República e Parlamento Europeu, dos seus eleitos no Poder Local, dos seus membros nos Sindicatos, da sua actividade política geral, o PCP está inteiramente aberto ao diálogo, com todas as entidades, organizações e forças políticas, na perspectiva de procura de soluções e acções que possam dinamizar o progresso e a justiça social no Baixo Alentejo, em todo o Alentejo. ■

Da intervenção de **António Murteira**, engenheiro técnico agrário, membro da DORBE do PCP e da Comissão Executiva Nacional do Partido, no 1.º Encontro das Indústrias Extractivas do Baixo Alentejo, realizado em 19 e 20 de Outubro de 1990, em Castro Verde, por iniciativa da Associação de Desenvolvimento Regional do Baixo Alentejo, com o apoio das Câmaras Municipais de Castro Verde e Aljustrel e das empresas Somincor e Pirites Alentejanas, SA.

grande mercado onde tudo se compra e vende, a Feira do Relógio constitui assim o primeiro grande teste de rua, na capital, à mensagem e presença do candidato. E a verdade é que o resultado desta prova dificilmente poderia ser melhor. Sempre acompanhado por Rui Godinho, vereador, João Amaral, presidente da Assembleia Municipal, e por outros dirigentes locais do Partido, Carlos Carvalhas recebeu provas constantes de apoio e carinho, acolhimento em tudo idêntico ao que viria a encontrar, pouco tempo depois, nas Galinheiras, onde um mercado semanal disputa igualmente a concorrência de milhares de visitantes. «Deus lhe dê saúde e bom ano novo», «Ouvi-o na televisão e gostei», «Prá frente é que é, vamos embora», «força camarada», «faça alguma coisa por nós», foram algumas das muitas expressões utilizadas quer por feirantes quer por visitantes dos dois mercados.

Voz do Operário

Apoios que uma hora depois vieram a ter uma nova expressão, mostrando o seu alcance e dimensão, na Voz do Operário, com o número de presenças a exceder largamente a previsão dos organizadores e a obrigar muitos dos presentes a recursos de circunstância, uns a improvisarem mesas, outros, sem alternativa que não fosse a de comer em pé. Dirigindo-se às mais de 400 pessoas presente, na sua maior parte autarcas e dirigentes de colectividades, Carlos Carvalhas manifestou a sua satisfação pela «corrente de amigos que se «alarga e reforça» em torno da candidatura, a única, enfatizou, que trouxe ao debate político e à campanha os «grandes problemas e questões» que afectam Portugal e os portugueses, num estilo próprio, marcado pela «sobriedade e seriedade».

Horta Nova

Após uma passagem por Belém, onde não faltou uma pausa para saborear os famosos pastéis a que o lugar deu o nome, retomado o trajecto da caravana, foi a vez de o candidato contactar de perto com a realidade do trabalho desenvolvido pelos autarcas comunistas em Lisboa. Foi no Bairro da Horta Nova, em Carnide, junta de freguesia de maioria CDU, onde graças à iniciativa e ao trabalho dos comunistas e dos moradores foi possível levar a cabo uma acção de realojamento das famílias ali a viver em casas degradadas desde 1973, concretizado já, numa primeira fase, com a entrega de 221 habitações.

Mas o momento alto da Jornada de campanha deste dia, antes de um jantar na colectividade Rio de Janeiro/Lisboa, bem no coração do Bairro Alto, onde uma vez mais o número de presenças excedeu as expectativas dos promotores, protagonizou-o Carlos Carvalhas na Damaia.

Recepção apoteótica

No largo junto à estação da CP, repleto de uma massa de gente que o acolheu entusiasticamente, Carlos Carvalhas galvanizou os presentes com um discurso em que retomou algumas das linhas de força da sua candidatura. Falou dos outros candidatos, sublinhando designadamente que o perigo não vem de Basílio Horta, cuja candidatura qualificou de «passadista», mas sim da direita que está no poder e que «se infiltrou no MASP», tema que glosou desenvolvendo para concluir com um apelo ao voto de todos os que não se reconhecem nas outras candidaturas, nomeadamente dos socialistas que «certamente não deixarão de estar inquietos por ter como companhia na Comissão de Honra de Mário Soares figuras como Miguel Cadilhe, José Manuel Casqueiro ou Silva Marques.

Segunda-feira, 31 10.15 horas

A chuva e o calor

Caía uma chuva miudinha quando chegámos ao centro de trabalho do PCP em Almada, para onde estava marcado o encontro de militantes e dirigentes comunistas e apoiantes da candidatura de Carlos Carvalhas. Cá fora, enquanto uns davam os últimos retoques no carro de som, outros distribuíam bandeiras e maços de folhetos da campanha. Começavam a chegar jornalistas - em maior número agora, desde que começou oficialmente a campanha eleitoral. Um grupo de jovens, onde se misturavam as bandeiras da candidatura com as da JCP, ia crescendo a pouco e pouco. Do edifício iam saindo, para engrossar a caravana que se preparava para acompanhar Carlos Carvalhas durante a manhã em Almada, o mandatário distrital do candidato (Carlos Humberto, da direcção regional de Setúbal e suplente do CC do PCP), José Vitoriano (da Comissão Central de Controlo e Quadros do CC), José Manuel Maia (do CC, deputado e vice-presidente da AR, eleito para a AM de Almada), Jorge Pires (também da DORS e suplente do CC), Maria Emília de Sousa (presidente da

Encontro com dirigentes sindicais

Com os trabalhadores

Um dos temas que mais se tem debatido nestas eleições - e a minha candidatura deu uma importante contribuição para que isso acontecesse - é a da função e do estatuto do PR, isto é, se o PR deve ou não intervir sobre importantes questões sociais, económicas e culturais, afirmando a perspectiva constitucional, ou se pelo contrário deve ser uma figura passiva, dando lugar a consensos vazios, ou a fechar de olhos sobre políticas governamentais que vão ao arrepio do sinal constitucional.

A esta questão, a minha candidatura dá uma resposta diferente da dos outros candidatos, nomeadamente da de Mário Soares, entre outras razões porque não está manietada por convergências, apoios e convivências que parecem querer ressuscitar o bloco central. O PR deve intervir porque o pode fazer, de acordo com os poderes que tem, e porque tem que o fazer face às consequências concretas da política de direita que compromete hoje e a prazo a realização de importantes objectivos sociais pelos quais os trabalhadores e os activistas sindicais têm lutado e que a Constituição consagra.

O agravamento das injustiças e das desigualdades sociais deve ser uma preocupação constante do Presidente da República em Portugal.

Subsistem e ampliam-se em Portugal situações de pobreza preocupantes e, apesar do crescimento económico, reflexo de uma conjuntura externa extremamente favorável, a parte dos salários no rendimento nacional não tem cessado de se agravar nos últimos anos, passando de 52,5% em 1981, para 44,8% em 1986 e 42,1% em 1989.

No quadriénio 1986/89, o custo da mão-de-obra, por unidade produzida, baixou de 12% (3,1% só no ano de 1989). Os trabalhadores não têm tido parte nos ganhos de produtividade.

Enquanto na CEE os salários reais aumentaram 1,3% em 1989, em Portugal diminuíram 0,7%.

Mas as injustiças e as desigualdades sociais rão se verificam somente quanto à distribuição do rendimento nacional. Milhares de portugueses são excluídos dum nível de vida digno, do acesso a uma habitação, à saúde, à justiça, à cultura.

Por outro lado, cresce o emprego precário.

Em 1988 Portugal tinha a segunda mais alta taxa de contratação a prazo da Comunidade, logo a seguir à Espanha.

Os falsos trabalhadores independentes, cumprindo um horário e com uma relação de trabalho dependente, mas recebendo por «recibo verde», são a mais recente invenção para se dispor de mão-de-obra barata sem quaisquer responsabilidades ou encargos sociais e que se pode «dispensar» a qualquer momento.

Como sabem, o projecto de legislação laboral em discussão no Conselho de Concertação Social satisfaz a velha aspiração do grande patronato de poder utilizar o argumento da inadaptação para poder despedir com «justa causa».

O Governo pretende introduzir como causas de despedimento a «redução reiterada de produtividade ou de qualidade», as «avarias reiteradas nos meios afectos ao posto de trabalho» e os «riscos para a segurança e saúde do próprio ou dos restantes trabalhadores ou de terceiros», o que abre larga margem para novos despedimentos discricionários, mau-grado as limitações introduzidas.

Estas são, pois, questões que terão necessariamente de preocupar um candidato à Presidência da República, até porque compreende matéria inconstitucional.

O projecto de alterações à legislação inclui outros temas igualmente gravosos para os trabalhadores, designadamente a flexibilização do horário de trabalho como adenda à proposta de redução para 44 horas, admitindo que o trabalho diário seja aumentado para 2 horas num máximo de 50 horas semanais, sem que se inclua qualquer garantia de redução futura para 40 horas semanais.

O segundo dia de descanso semanal passaria a poder ser gozado repartido.

Para quadros de direcção e administração e com funções de secretariado, cargos fundamentados numa relação de confiança, o Governo cria o regime de Comissão de Serviço, que pode cessar a todo o tempo, com pré-aviso de um ou dois meses.

Também estas questões e as suas consequências para a estabilidade de emprego e familiar dos trabalhadores não poderão deixar de ser motivo de preocupação para quem tenha a responsabilidade política de as promulgar ou não.

Fazer cumprir as leis

No nosso entendimento o Presidente da República Portuguesa deverá exercer a sua influência no âmbito dos seus poderes e agir junto do Governo no sentido de uma distribuição mais justa do rendimento nacional, através do crescimento dos salários reais, do desagravamento dos impostos indirectos e dos impostos sobre rendimentos do trabalho, da



Curiosidade e alguma surpresa colheram muitos feirantes e visitantes, no mercado das Galinheiras, à passagem do candidato. «Veja lá se faz alguma coisinha por nós», ouviu-se em várias ocasiões, aproveitadas também para expor uma queixa, ou falar de problemas, uns pessoais, outros, da comunidade



Sinal inequívoco de como «a corrente de amigos se alarga e reforça» em torno da candidatura de Carlos Carvalhas, foi o almoço que reuniu na Voz do Operário perto de 500 apoiantes, número que ultrapassou todas as expectativas dos organizadores



Saudado pelos moradores, no Bairro da Horta Nova, em Camarate, o candidato pôde apreciar a notável obra realizada pela Junta de Freguesia, de maioria CDU, responsável pelo trabalho da dinamização que levou à criação do projecto de construção de 508 fogos para realojar as famílias que vivem desde 1973 no local em casas degradadas, 221 dos quais foram recentemente entregues



Revelador do crescendo de mobilização em torno da campanha de Carlos Carvalhas foi o comício na Damaia, com o candidato a proferir um discurso empolgante para as centenas de pessoas presentes no largo junto à estação da CP. «Sou socialista e voto em si pela primeira vez», ouviu Carlos Carvalhas de um homem, à sua chegada ao local, que fez questão de o abraçar



Na colectividade «Rio de Janeiro/Lisboa» bem no coração do Bairro Alto, só a custo se conseguiu sentar toda a gente à mesa, já que o número dos que também aqui compareceram, excedeu os cálculos dos organizadores

Anos 90
Portugal
pode ser
Melhor!
Carlos
Carvalhas

Diário de campanha

CM de Almada), militantes e dirigentes das estruturas concelhias do Partido.

Tudo a postos, fecharam-se os guarda-chuvas, distribuíram-se as almas pelos automóveis e formou-se a caravana que partiu para o largo Gabriel Pedro, ao encontro do secretário-geral adjunto do PCP, e daí para o mercado do Levante.

Sempre acompanhado de perto por Maria Emília de Sousa, Carlos Carvalhas distribuía folhetos e apertos de mão, ouvia queixas, recebia abraços, beijos e desejos de muita saúde e bom ano novo, respondia com um «*é preciso agora ganhar mais*» quando lhe diziam que «*o meu voto é certo*» na candidatura do PCP.

Do mercado, Carvalhas e as quatro ou cinco dezenas de apoiantes que o acompanhavam, não voltaram aos automóveis: seguiram a pé para a Praça do MFA.

Candidato e apoiantes prosseguiram pela Rua de Olivença, em direcção ao mercado municipal. A música, as bandeiras e aquele pouco habitual movimento em grupo chamavam a atenção.

Igualmente calorosa foi a visita ao mercado municipal, que começou com abraços e beijos de almadenses convictos de que Portugal pode ser melhor e dispostos a fazer por isso, nomeadamente nas eleições de 13 de Janeiro através do seu voto no candidato comunista.

Do mercado, regressou-se à Praça do MFA, mesmo em boa altura para uma pausa no Café Central, onde Carvalhas teve um breve *bate-papo* com os jornalistas. Os passos seguintes foram dados junto ao mercado da Cova da Piedade, nas instalações da Cooperativa Piedense, no largo fronteiro à sede da SFUAP. A chuva parou de vez. As palavras de apoio e incentivo a Carlos Carvalhas e ao PCP continuaram a marcar os contactos com a população.

Regionalização, sr. Presidente!

Carlos Carvalhas almoçou no Pragal, no restaurante Forno de Cima, com autarcas comunistas do concelho de Almada. Na ocasião, a presidente da Câmara lembrou que «*durante 16 anos de poder local democrático temos uma obra de que nos orgulhamos*», sublinhando que «*não temos ficado pelas palavras, temos dado corpo*» ao projecto de futuro defendido pelo PCP e pelo seu candidato nestas eleições presidenciais.

Os espinhos que os eleitos do poder local têm encontrado no caminho surgem «*fundamentalmente porque os partidos que estão no poder central não têm levado avante a regionalização*», afirmou a presidente da CM de Almada, criticando também o Presidente da República por não ter declarado a inconstitucionalidade por omissão neste caso. A defesa da regionalização marcou igualmente a intervenção de Carlos Carvalhas, que recordou haver casos concretos de projectos de gabinete que prejudicaram as populações e o País, nomeadamente no acesso a fundos comunitários a que Portugal tem direito. A despedida foi feita, com música, por João Fernando, Mário Gramaço e Luísa Basto - que fizeram questão de afirmar o seu apoio a Carlos Carvalhas. Terminaram cantando que «*se Abril ficar distante desta terra e deste povo, a nossa força é bastante para fazer um Abril novo*». «*Carlos Carvalhas vai ganhar aqui no Seixal, porque no Seixal quem mais ordena é a população*» - afirmou Eufrazio Filipe perante as três centenas de pessoas que se apinhavam no centro de convívio de reformados da Torre da Marinha para um primeiro encontro com o candidato do PCP às presidenciais (que é aguardado para uma visita ao concelho no próximo dia 10, quinta-feira).

Aqui vai ganhar

O secretário-geral adjunto do PCP reafirmou que «*esta é uma candidatura de esquerda, mas não só nas eleições, somos de esquerda todos os dias e orgulhamo-nos disso*». Criticou os aumentos de preços que marcam a entrada do novo ano, defendeu que Portugal podia ter melhor distribuição dos rendimentos e menos desigualdades sociais, classificou a sua candidatura como um espaço para marcar a diferença e dizer, com o voto, que o próximo mandato presidencial pode ser melhor.

Segunda-feira, 31 23 horas

Para 1991, e em festa!

Carlos Carvalhas e a mulher, Michele, acompanhados pelo mandatário nacional da candidatura, António Abreu, por Luísa Araújo (do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros do CC), Manuel Sobral (da Comissão Executiva Nacional do CC) e de camaradas da DORS e da concelhia de Almada, integraram-se na festa de passagem de ano da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, no parque de campismo desta colectividade na Costa da Caparica.

A hora zero foi marcada com a tradicional algazarra de gaitas, gritos, doze badaladas, garrafas de champanhe,

melhoria dos rendimentos dos pensionistas e dos reformados e das diversas prestações sociais.

Cabe-lhe também uma intervenção no sentido do pleno cumprimento das leis em vigor, nomeadamente no plano dos direitos dos trabalhadores e sindicalistas, de mais efectivas medidas de higiene e segurança no trabalho, da redução dos horários de trabalho para padrões europeus, de uma verdadeira política de negociação a todos os níveis, incluindo para a função pública.

O combate ao trabalho infantil, que passa por medidas que conduzam ao aumento do sucesso escolar e de ocupação dos tempos livres, bem assim como de acções sociais de apoio às famílias mais carenciadas, a formação profissional, a melhoria da qualidade e a estabilidade do emprego devem ser também preocupações do Chefe de Estado.

A estabilidade na relação entre órgãos de soberania que o actual PR tem invocado para não intervir na defesa dos interesses dos trabalhadores, não é um valor em si mas um instrumento para que, no respeito da interdependência entre órgãos de soberania que caracteriza o nosso sistema semi-presidencial, se realizem valores como a igualdade de oportunidades, o direito ao trabalho, o justo salário, a formação, a segurança, a fruição dos tempos livres, o descanso e as férias. E para que se reforce na consciência social um património de ideias que resultou da luta e da marcha em frente da humanidade e o reconhecimento do papel decisivo que ocupam os trabalhadores na vida nacional e na democracia portuguesa e do trabalho como factor determinante na transformação da vida e da dignificação do homem e como elemento básico de criação de riqueza e progresso.

Esta é a postura da minha candidatura e a prática política da corrente política em que me insiro.

Por isso apelo aos trabalhadores e aos activistas sindicais, para que marquem a diferença, para que mostrem através do voto que o próximo mandato pode ser diferente e melhor. Um voto de juventude, de futuro e de esperança, um voto pela justiça social, pelo progresso e por Portugal.

• Da declaração de Carlos Carvalhas no encontro com dirigentes sindicais («Direitos e condições de vida dos trabalhadores»), em Lisboa, 28/12/90

MASP: o abraço da direita

Creio ser justo anotar que a campanha eleitoral arranca com a plena e total confirmação dos lamentáveis equívocos, ambiguidades e compromissos à direita que desde cedo apontámos estarem a rodear e marcar a candidatura de Mário Soares e as estruturas do MASP.

A anunciada participação na Comissão de Honra do MASP de numerosas e destacadas figuras do PSD e de expressivos protagonistas da política e dos governos de direita que tanto mal fizeram e têm feito ao País, não pode deixar de constituir um motivo de reflexão e também de opção de voto para muitos democratas.

Segundo é noticiado, o ramalhete de políticos da direita instalados no topo do MASP além de já incluir personalidades como Álvaro Barreto e Viana Baptista - dois dedicadíssimos servidores da política de recuperação capitalista em sucessivos governos -, ou como os deputados Silva Marques e Pacheco Pereira, bem conhecidos pela sua truculência e intolerância, ou ainda como José Manuel Casqueiro, vai agora ficar enriquecido com a participação desse verdadeiro símbolo do cavaquismo que se chama Miguel Cadilhe.

Durante algum tempo, o Dr. Mário Soares respondeu às críticas sobre a promiscuidade política existente na sua candidatura, afirmando que não podia impedir ninguém de o apoiar e de nele votar, embora seja certo que não só é apoiado pela parte mais importante da direita - a que está no poder -, como esse apoio é desejado, estimulado e procurado pelo candidato.

Mas, apesar disso, do que não pode haver nenhuma dúvida, a partir de agora, é que a candidatura de Mário Soares está ainda mais marcada pelo abraço da direita e por um abraço a que não só não quis fugir, como afinal tudo parece provar que suspirava por ele.

O candidato Mário Soares é livre de convidar quem quer para as estruturas do MASP e dessa forma dar os sinais políticos que entender.

Em contrapartida, todos os eleitores do PS que compreensivelmente se sentem desanimados e desgostosos com estes factos e que naturalmente se inquietam com esta intrigante misturada de apoios, também se devem sentir inteiramente livres para, não havendo qualquer perigo de vitória de Basílio Horta, nem qualquer probabilidade de segunda volta, optarem por um voto que, sendo de protesto e de marcação de distâncias em relação a tudo isto, seja um voto na minha candidatura, na candidatura que não pactua com a direita, na candidatura que tem orgulho em ser e se afirmar de esquerda, na candidatura que nunca perde de vista que a convergência dos democratas portugueses e a cooperação de socialistas e comunistas é a grande chave para a alternativa democrática de que o País precisa.



No mercado do Levante houve algumas manifestações de apoio a Carlos Carvalhas que foram deveras originais, como a desta vendedora que, não contente com bater palmas, deu largas à sua alegria batendo duas frigideiras



Sempre acompanhado pela presidente da Câmara, Maria Emília de Sousa, o candidato comunista às eleições de 13 de Janeiro foi recebido com simpatia pelo povo de Almada. Mulheres, reformados, trabalhadores reconheciam que é necessário o Presidente da República actuar para que haja menos desigualdades sociais e mais justiça



Desde a abertura oficial da campanha, tem sido maior o número de jornalistas a acompanhar o candidato do PCP. Mas os jornais não podiam de forma alguma passar sem homens e mulheres como este. E um homem como este podia lá passar sem pendurar, junto aos jornais que vende, a fotografia de Carlos Carvalhas? (Cova da Piedade, 31 de Dezembro)



No almoço com autarcas comunistas do concelho de Almada foi realçada a importância da obra feita em 16 anos de poder local. Mas a regionalização, que já devia ter vindo dar um contributo muito importante para ir mais longe no desenvolvimento e no bem-estar, não se concretiza. E o PR, que também tem responsabilidades nesta situação, devia utilizar todas as suas possibilidades de intervenção para satisfazer um profundo anseio das populações e dos seus eleitos nas autarquias



O centro de convívio dos reformados na Torre da Marinha encheu por completo para o encontro com Carlos Carvalhas, na segunda-feira à tarde. Falou-se do fim do ano, dos preços que sobem e das pensões que não chegam, do Portugal melhor que queremos e estamos a fazer dia a dia. O candidato volta ao concelho no dia 10

beijos e abraços, desejos mútuos de um feliz ano, valsa da meia-noite e, até, foguetes na rua. O microfone por onde os vários *disc-jockeys* iam dizendo graças serviu para que o presidente da SFUAP fizesse uma saudação aos associados presentes e ao convidado especial; Carvalhas, entusiasticamente aplaudido, agradeceu a oportunidade de participar na festa, dizendo que estava ali «com muita honra» e também como forma de homenagear o associativismo e as colectividades populares.

Faltavam alguns minutos para a uma hora, quando o candidato do PCP chegou à colectividade «Amigos da Costa». Veio recebê-lo o presidente do Grupo, que de imediato fez entrar Carvalhas e acompanhantes num amplo salão onde decorria outra festa genuinamente popular. A entrada de Carlos Carvalhas foi saudada com fortes aplausos e fez mesmo parar o baile, retomado logo de seguida com uma alegria contagiante: desde um casal que dança em passo vivo e certo há mais de quarenta anos, até vários pares mais jovens que, idades somadas, talvez nem vinte anos tivessem, tudo dançava. Passado pouco tempo, já Carlos Carvalhas, a mulher e até os acompanhantes que até ali se tinham mostrado mais sisudos andavam numa roda-viva. Antes da despedida o candidato do PCP fez uma breve pausa para cumprimentar o presidente da JF da Costa, eleito pelo PSD, que ali se deslocara. Quando lhe deram, dali a alguns minutos, o microfone, Carvalhas foi muito breve e muito aplaudido: desejou «um bom ano para todos, independentemente do quadrante político em que se encontrem».

O ano novo começou. Vamos fazer com que ele seja melhor.

**Terça-feira, 1
16.30**

Em defesa da Paz

Tema particularmente caro a Carlos Carvalhas, a causa da Paz esteve no centro das acções de campanha que preencheram a sua agenda neste primeiro dia do ano. Tudo se passou mais exactamente em Alcochete, concelho onde, como se sabe, existe um campo de tiro relativamente ao qual existe um projecto de alargamento que tem sido resolutamente contestado pela população.

Recebido no Salão Nobre da Câmara Municipal, espaço que acabou por se revelar exíguo para acolher todos os que ali se deslocaram, obrigando mesmo a que, no final, no largo fronteiro, tivesse que dirigir algumas palavras às numerosas pessoas que o aguardavam e que não conseguiram entrar no edifício, Carlos Carvalhas pôe naturalmente o acento tónico da sua intervenção nas questões da Paz. Reafirmando o seu empenhamento na luta por esta causa, o candidato comunista expressou a sua convicção de que é possível concretizar este objectivo e alcançar a paz, apesar do «muito caminho a percorrer».

«Uma ameaça grave para o equilíbrio ecológico numa das mais importantes e belas áreas protegidas», assim considerou, por sua vez, o projecto de alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, projecto que com os exercícios militares inerentes representa ainda, em sua opinião, «maiores riscos para as populações e seus haveres» e uma maior «dependência de Portugal».

Momentos antes, Miguel Boeiro, presidente do Município de Alcochete, dirigiu numa breve intervenção palavras de gratidão a Carlos Carvalhas pelo seu apoio à causa da Paz e pelo seu empenhamento na luta contra o «projecto de alargamento do campo de tiro que classificou de "megalómano e de desajustado à realidade nacional, prejudicial à reserva natural do estuário do Tejo e fundamentalmente contrário aos objectivos da Paz"».

Banho de multidão

A anteceder esta deslocação a Alcochete, Carlos Carvalhas recebeu no Montijo, neste novo ano, o seu primeiro banho de multidão, mais exactamente no Largo da RN, onde centena e meia de pessoas o aguardavam (entre as quais Jacinta Ricardo, presidente da Câmara, e Sérgio Pinto, presidente da Assembleia Municipal), acompanhado-o de seguida pelas ruas do núcleo histórico da cidade até à colectividade «Banda Democrática Dois de Janeiro».

Pelo caminho, as habituais manifestações de carinho e simpatia, misturadas aqui e ali com palavras amigas de incentivo, um fenómeno que se repetiria nessa mesma tarde, no Samouco, freguesia onde na sua Praça da República, depois de uma visita à colectividade local, Carlos Carvalhas repetiria em tom empolgante o apelo para que cada um dos presentes fosse intérprete da campanha e um mensageiro em ordem a que se «multipliquem os amigos» e se «engrosse esta grande corrente já em curso».

Hoje é patente que o Dr. Mário Soares, perguntado por «alhos», respondia com «bogalhos».

Porque é evidente que o problema não está tanto em que Barreto, Cadilhe, Pacheco Pereira, Silva Marques ou Casqueiro decidam por si apoiar ou votar Mário Soares (embora seja motivo de reflexão que certamente o fazem com razões e objectivos distintos do eleitorado do PS).

O que hoje, e no início da campanha eleitoral, importa reter, é que não se trata simplesmente de o candidato Mário Soares, ao contrário do que muitos socialistas desejariam, não ter rejeitado esses apoios, ou de ter optado por uma definição política que dificultasse esses apoios.

Do que verdadeiramente se trata e ilumina esta questão é que estas destacadíssimas figuras da direita, estes conhecidos adversários dos direitos e interesses dos trabalhadores, estes conhecidos servidores do grande capital, estão na Comissão de Honra do MASP porque foram convidados por Mário Soares, porque Mário Soares acha importante lá os ter, porque Mário Soares tem gosto nisso, tem gosto em ter como apoiantes Cadilhe, Casqueiro e companhia.

Nem por um momento ignoramos quantos socialistas e outros democratas apoiam a candidatura de Mário Soares. Nem por um momento nos passa pela cabeça meter tudo e todos no mesmo saco. Não temos a tentação de qualificar a candidatura de Mário Soares como uma candidatura de direita.

• Da Intervenção de Carlos Carvalhas no comício do Barreiro, 29/12/90

Paz: ainda muito caminho a percorrer

Disse-o há dias, precisamente no dia 27 de Dezembro, que se há tema, se há causa, se há ideal que seja querido à minha candidatura é a causa da Paz.

Este milenar sonho do homem, que alimentou grandes pensadores de todas as épocas, é passível de ser realizado, agora que nos encontramos no limiar do Séc. XXI. O sonho é meio caminho andado para a sua concretização. Mas há ainda muito caminho a percorrer...

Nós iniciamos este ano de 1991 assumindo um firme compromisso para a construção da Paz. Queremos a Paz. Lutamos pela Paz. Queremos o Progresso e o fim da indústria da morte.

Hoje e nesta terra de Alcochete, que de todo o coração seúdo, é o momento e o local para voltar a abordar a temática da Paz e da guerra.

A minha candidatura entende que, de acordo com o Artº 7º da Constituição, o Presidente da República deve ser um defensor de um Portugal empenhado na defesa da Paz, na defesa do desarmamento e da dissolução simultânea dos blocos político-militares.

O interesse nacional reclama que Portugal não se envolva em operações militares no Golfo, antes faça tudo o que está ao seu alcance para que a crise seja resolvida pela via política.

A base aérea Nº6 do Montijo não deve servir de ponto de apoio a novas escaladas militares na crise do Golfo.

Tenho-me manifestado também contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, quer como Deputado ao Parlamento Europeu, quer como Candidato à Presidência da República.

O alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, com os exercícios militares inerentes, significa maiores riscos para as populações e seus haveres, constitui uma ameaça grave para o equilíbrio ecológico numa das mais importantes e belas áreas protegidas e implica uma maior dependência de Portugal.

Neste novo ano de 1991 é preciso dizer bem alto que a Paz e a tranquilidade das populações são valores inestimáveis. Continuaremos empenhados em alcançar estes objectivos.

O cordão humano que ligou Montijo e Alcochete é um exemplo dessa generosidade e luta do povo destes concelhos.

As portuguesas e os portugueses aspiram à Paz e à tranquilidade.

Neste início de ano, quero, como Candidato à Presidência da República, reafirmar a nossa confiança ilimitada no Homem e nos seus sonhos de Liberdade, de Justiça e de Paz.

Vale a pena lutar! Portugal pode ser melhor!

• Da Intervenção de Carlos Carvalhas na CM de Alcochete, 1/12/91



... e a festa continuou assim, nos Amigos da Costa



A meia-noite de Carlos Carvalhas foi passada assim, no Parque de Campismo da SFUAP...



A Praça da República, no Samouco, freguesia do concelho do Montijo, também se encheu para ouvir as palavras do candidato comunista



Em Alcochete, com o Salão Nobre da Câmara repleto, muito foram os que tiveram de ficar na rua, aguardando a saída do candidato, que não se furtou ao diálogo, aproveitando também para dirigir algumas palavras aos presentes



Agente-se!...

Mais vale às vezes avaliar a gente uma pessoa por um pequeno acto ou palavra, que por uma soma de grandes discursos. Isto a propósito - se não faltassem actos e discursos de monta para se avaliar no passado mais atrás o que de mal se pode dizer de Mário Soares ou, no mais recente, da sua pouca intervenção positiva e as facilidades concedidas ao cavaquismo - isto a propósito das recentes expressões que a imprensa divulgou da passagem soarista pela Madeira. Um autarca, por sinal padre, ter-lhe-á feito queixas do que de mau por lá aconteça, fruto da política de direita de Jardim e dos seus amigos no poder ihéu. Que respondeu Mário Soares? «Agente-se, senhor padre!...» Com três palavras apenas definiu uma política. Ele, Presidente da República actual e candidato a mais um mandato, está acima do que possa acontecer. Os portugueses que se aguentem.

Um homem à direita

A gente não sabia porque é que Basílio se ruborizava tão facilmente. Nem porque raio se excitava tanto. Bem ele nos contava a história da sua vida, bem nos dizia que, por

oposição a Soares, era católico e homem «às direitas». Bem nos conta e reconta a história da família, havia mistérios que perduravam. Até que o «Expresso», todo feito à campanha soarista, veio dar uma ajuda ao perfil. Um perfil de peso. O homem começou por nascer com 5 quilos de peso. Quem diria. E um antigo colega, com queda para a delação, afirma que ele era «razoavelmente cábula», que se lembra de Basílio como «uma espécie de bobo da corte, muito folgazão». Até aqui, porém, nada que nos diga onde foi o homem às direitas buscar a sua irascibilidade rubicunda. Mas ficamos depressa a saber. É que apanhou muita porrada. Porque as notas não eram boas, «o rapazinho saía sempre com a cara vermelha dos chapadões»... O Freud, que era dado às explicações tortuosas, haveria de dizer que se pode encontrar aí muitas razões para compreender os súbitos assomos de Basílio. Talvez o homem se queira vingar.

Conversas do diabo

Cavaco Silva não podia ter escolhido melhor. Acabou o ano de 1990 bem acompanhado. Não ficou a falar para o boneco. Nem sequer a tentar impingir-nos mais discursatas. Valha a

Pontos Cardeais

verdade que o homem tem tantos porta-vozes que nem vale a pena abrir a boca. Desta vez ficou a falar com «O Diabo». Mas a entrevista que dá é reveladora das suas dificuldades e da preparação de um cenário que o não exclua, e ao seu partido, na previsão de uma derrota. Por um lado, explica a necessidade que tem de Mário Soares para continuar a sua política de direita, afirmando que, nomeadamente quanto à política externa, o entendimento entre ambos é profundo e gabando-se de conduzir o Presidente nessa matéria. Por outro lado, criticando a «pirotecnica verbal» do PS, afirma que este «está muito perto das posições do Governo». Conversas do diabo.

Promessas

À força de não intervir - ou de o fazer pouco para não incomodar Cavaco Silva e o seu Governo, de tal modo que o PSD lhe dá o benefício do

seu apoio, tornando-o um candidato de braço dado com a direita -, Mário Soares ficou, logo ao princípio da campanha, com muito pouco para dizer. Definiu o seu cargo pela negativa. «O Presidente não pode...», «o Presidente não deve...». Como se o Presidente fosse uma instância secreta, cochichante, murmurando ao ouvido do primeiro-ministro, em tom de desculpa, algumas opiniões.

É uma atitude que serve a política de direita. Que serviu. Mas que não serve para uma campanha. Tarde, mas a tempo ainda, Soares deu-se conta disso mesmo. E agora já começaram as promessas. Vagas, como sempre. Mas não deixa agora de falar de temas e de áreas em que não interveio porque «era da competência do Governo». Jovens, reformados, trabalhadores, preparem as orelhas. Aí vem discurso. Desta vez é que o doutor se vai interessar pelo País. Como se fosse uma presidência «aberta»...

Gazetilha

por Ignotus Sum

A videovilanagem

I

É assim a democracia: justiça a rodos repartir a alegria dar oportunidade a todos... por igual e que lhes preste! Ponham os olhos no mundo ocidental os países do Leste para ver hoje em dia como é boa a «democracia» em Portugal...

(Desculpa lá, ó Dantas mas a gente perde a cabeça às tantas...)

II

Escutem. Junto ao mar das ilusões todos poderão ter uma TV privada se tiverem aí uns dois milhões de contos, à largada.

Dois milhões? Dois milhões? Nem por feitiço podem os que trabalham alcançar. Ora o Governo não tem culpa disso. Se não temos — não temos. Toca a andar...

III

Só os grandes, grandes grupos têm pilim para chegar à privada. Paciência. A «democracia» é mesmo assim quem não tem o dinheiro, não tem nada...

Eu cá, tão inocente — com a breca! — meto no bolso a mão, agarro... o quê? São dois milhões! São dois milhões! Eureka! Dois milhões de tostões... Adeus, TV!

IV

Mais canais, mais mentiras na bagagem! É fartar, é fartar videovilanagem!

O grande barrete

Aquele que semeou a fome no Alentejo e secou e saqueou caranquejo, percevejo, ei-lo, ao partir dos folares, com o Soares à mesa. Mas que vergonha, ó Soares! O Soares, que tristeza!

Isto é uma eleição ou uma provocação?

Cantiga de amigo... da onça

Dos seus poderes diz Soares que terá «concepção restritiva» e Cavaco respira. Ai Deus, como ele é! Soares que não fará uso pleno e completo de seus poderes, e Cavaco fica aliviado. Ai Deus, como ele é!

Diz Soares que é pelo consenso geral. Pois quer uma união nacional? Ai Deus, como ele é! No consenso geral do MASP já entraram Cadilhe, Capucho, Pimenta e Casqueiro. Ai Deus, como ele é!

Soares no MASP arquitecta a gaiola do novo Bloco e Cavaco já sorri. Ai Deus, como ele é! Cavaco sorri e Soares arquitecta PSD já se prepara para chupar na teta. Ai Deus, como ele é!



Pelo Acordo na Siderurgia

Uma ampla discussão na empresa para a revisão do Acordo (AE) é um dos principais objectivos da FSMMP (Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal) ao dirigir-se aos trabalhadores da Siderurgia Nacional, EP, propondo a redução do horário de trabalho, a melhoria dos salários e subsídios «na base referencial de 20 por cento», o cumprimento, a salvaguarda e a melhoria dos direitos, a qualificação profissional (dignificando-a e valorizando-a), a estabilização do emprego e o desenvolvimento da empresa, através da modernização e ampliação do aparelho produtivo e consequente promoção do emprego, a melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho.

Mediante a discussão da proposta agora apresentada, o objectivo da FSMMP é «actualizar os salários em va-

lores justos, reduzir o horário de trabalho, melhorar as demais regalias e direitos».

O conjunto das propostas dirigidas aos trabalhadores da Siderurgia é apresentado por menorizadamente como «projecto de reivindicações imediatas». Num dos seus capítulos é contemplada a questão da precariedade. «A FSMMP propõe a passagem a efectivos de todos os trabalhadores que ocupem postos de trabalho permanente.»

A revisão do AE — refere a Federação dos Metalúrgicos — deve ser conjugada com o reforço da organização e a preparação da luta, pois o patronato conhece a relação directa entre a organização sindical e o montante das «cedências que é obrigado a fazer». É necessário aumentar a sindicalização e melhorar a organização dos delegados sindicais, sublinha a Federação sindical.

Indústrias eléctricas

Redução do emprego não significa renovação

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro (SIEC), com sede em Coimbra, veio a público recentemente advertir que, «no caso de algumas empresas, a redução dos níveis de emprego não decorreu de qualquer renovação ou modernização tecnológica».

Embora o patronato «paga-gueie» essa versão, a verdade, afirma o Sindicato, é que a referida redução se deve «apenas a processos de reestruturação capitalista, que visam substituir trabalhadores permanentes por contratados a termo», ou seja, a prazo.

O SIEC, que abrange os distritos de Coimbra, Aveiro, Castelo Branco, Leiria, Viseu e Guarda, efectuou recentemente um Encontro na sua delegação de Ovar para debater os principais problemas do sector dos fabricantes de material eléctrico e electrónico.

As organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) que se fizeram representar no Encontro (distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu), juntamente com a Federação Sindical, FSTIEP, consideraram inadivável a necessidade de fazer cumprir as leis em vigor e designadamente o CCTV (Contrato) assinado com os fabricantes de material eléctrico e electrónico.

Os trabalhadores do sector daqueles distritos debatem-se sobretudo com «o aumento da exploração do trabalho» (ritmos mais intensos), com a chamada «flexibilização do emprego», horários demasiado prolongados e precariedade.

O Encontro de Ovar pronunciou-se contra a tentativa de impor um novo «pacote laboral» e apoiou as decisões da CGTP.

Aviso de greve na Estoril-Sol

Embora tenha manifestado «a sua total disponibilidade» para «encontrar uma solução a qualquer momento», a Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal (FESHOT) viu-se na contingência de marcar uma greve na Sociedade Estoril-Sol para os dias 30, 31 de Dezembro e 1 do corrente.

O objectivo da luta é «obrigar a administração a negociar a revisão do Acordo de Empresa (AE)» e contrariar o propósito patronal de não ir além dos 11 a 13,5 por cento nos aumentos salariais.

A greve pode, no entanto, ser desconvocada, «assim o

queira a administração da empresa», acrescenta a FESHOT.

A paralisação do trabalho pode atingir o Casino Estoril, o hotel Estoril-Sol, o hotel do Guincho, o Tamariz e o Bingo/Roma.

A empresa tem cerca de 1500 trabalhadores.

Entretanto, a FESHOT anunciava que tinha desconvocado a greve nas abastecedoras de aeronaves, após ter sido apresentada uma proposta de aumentos salariais de 15,5 por cento, no sentido de continuar as negociações e conseguir um acordo.

Convergência económica é difícil na Comunidade

«Tendo em conta o abrandamento do crescimento em 1991, que descerá de 2,9 por cento em 1990 para 2,25 por cento em 1991, corre-se o risco da convergência dos êxitos económicos ser mais difícil», afirmou Henning Christophersen, responsável dos assuntos económicos da Comissão europeia, ao apresentar este mês as previsões económicas para a Europa dos Doze em 1991.

No centro das preocupações da Comunidade está a inflação, que continua a subir na Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Inglaterra, ao mesmo tempo que a estabilidade dos preços parece ameaçada na Alemanha unificada.

Razões de sobra para que a manutenção das políticas monetárias restritivas e o rigor orçamental continuem a ser as prioridades da política económica dos Doze, na opinião do comissário Christophersen, se se pretende alcançar os objectivos da primeira etapa da União económica e monetária.

Apesar do comissário Christophersen não se afirmar pessimista ao ponto de considerar que a Comunidade não está em condições de respeitar o calendário da União económica e monetária (UEM), que prevê o início da segunda fase da sua concretização em 1 de Janeiro de 1994, o facto é que a experiência demonstra que é mais fácil progredir para a convergência económica com um crescimento elevado. O que equivale a dizer que, se persistir a recessão, se corre o risco dos Estados membros terem maiores dificuldades em atingir os objectivos que se fixaram no quadro da primeira etapa da UEM.

Segundo os dados disponíveis, é a Grécia o país que regista maiores desequilíbrios. As previsões apontam para uma inflação de 18 por cento em 1991, uma taxa de crescimento de um por cento, um défice da balança de transacções correntes da ordem dos 5 por cento do PIB e um défice orçamental que poderá chegar aos 17 por cento do PIB.

Enquanto o comissário Christophersen deixa claro que as autoridades de Atenas não se poderão poupar a esforços para encontrar uma saída para esta situação, as negociações para um novo auxílio comunitário, como a Grécia desejaria, parecem cada vez mais condenadas ao fracasso. Por outro lado, ganham força as propostas dos Países Baixos para que as autoridades gregas recorram aos «préstimos» do Fundo Monetário Internacional, cujas consequências são sobejamente conhecidas.

Também Portugal, Espanha, Itália e Inglaterra, segundo aquele comissário, devem prestar particular atenção à luta contra a inflação. De acordo com as previsões, a excepção de Portugal - que deverá registar em 1991 uma inflação de 12 por cento - o aumento dos preços nos restantes Estados membros referidos deverá situar-se na casa dos 6 por cento. Ao aumento dos preços há ainda a acrescentar problemas com o défice das finanças públicas ou da balança de transacções correntes, a exi-

gir medidas estruturais antes que estes países estejam em condições de entrar na banda estreita do mecanismo de câmbio do Sistema Monetário Europeu, a que Portugal ainda nem sequer aderiu justamente devido à sua enorme taxa de inflação.

Face às previsões económicas sombrias resultantes do aumento do preço do petróleo em consequência da crise do Golfo e da ameaça de recessão nos Estados Unidos, a Comissão das Comunidades Europeias pronunciou-se a favor da manutenção de políticas monetárias restritivas na CEE, acompanhadas de medidas de ajustamento orçamental.

Uma situação que se apresenta ainda distante da desejada convergência económica a nível comunitário e que poderá pôr em causa as etapas da UEM ou, na pior das hipóteses, levar à sua concretização à custa da indispensável mas cada vez mais hipotética coesão económica e social.

De referir, a propósito, que dados recentes divulgados pelo Eurostat, serviços europeus de estatísticas, revelam que a taxa de desemprego na Comunidade ascendia, em Outubro último, a 8,4 por cento. Ou seja, cerca de 14 milhões de pessoas desempregadas.

Em termos absolutos, o desemprego baixou ligeiramente em relação a Outubro de 1989, mas no que se refere a cada Estado membro, o desemprego aumentou na Dinamarca, na Inglaterra e em Portugal. Ainda segundo os dados do Eurostat, na Inglaterra o desemprego afecta essencialmente os homens e os jovens, ao passo que em Portugal são sobretudo as mulheres e os jovens as principais vítimas.

Naufrágio da Antares

Na sua sessão plenária de Dezembro, o Parlamento Europeu pronunciou-se a propósito do naufrágio da traineira escocesa Antares, considerando que cabe à Comunidade Europeia a responsabilidade de garantir que a segurança dos navios de pesca e das suas tripulações não é ameaçada pelo tráfego de submarinos nas águas comunitárias.

Numa resolução subscrita por praticamente todos os grupos políticos, incluindo a Coligação de Esquerda em que se integram os deputados do PCP, lamenta-se a perda de quatro vidas humanas resultantes do naufrágio da Antares, que tudo indica ter tido na sua origem a colisão de um submarino com as redes de pesca do barco.

Preocupados com o facto de não se tratar de um acidente isolado - oficialmente foram reconhecidos 10 acidentes desde 1979, garantindo os pescadores e grupos de vigilância que desde 1982 se registaram já 36 mortes provocadas por colisões com submarinos britânicos, americanos e soviéticos - os eurodeputados consideram que está em causa a segurança da navegação e da pesca. E alertam ainda para o problema dos detritos lançados pelos submarinos nucleares e das fugas de materiais tóxicos e radioactivos, sublinhando a urgência de se elaborar um estudo destinado a avaliar a gravidade da poluição submarina.

Os eurodeputados, para além de apelarem ao Governo britânico para que pague,

de imediato e na totalidade, as indemnizações devidas às famílias das vítimas da Antares, manifestaram também o seu pesar pelo facto de, até ao momento, o Conselho de Ministros não ter sido capaz de resolver o problema da insegurança para a navegação e a pesca, instando-o a rever imediatamente a sua posição face à questão da competência da Comunidade para intervir neste domínio.

Por outro lado, a resolução comum solicita à Comissão «que estude urgentemente as medidas que podem ser tomadas, incluindo em especial o financiamento e a instalação de sistemas de detecção das redes, para impedir que tais acidentes se repitam, com vista a apresentar propostas de iniciativas comunitárias quer a nível da CEE quer a nível internacional» e, enquanto se aguarda a conclusão de tal estudo, solicita «à Cooperação Política Europeia que providencie no sentido de os submarinos serem obrigados a navegar à superfície do Mar da Irlanda e áreas adjacentes».

Finalmente, a resolução manifesta a sua «convicção de que, qualquer que seja o resultado do inquérito oficial sobre a perda da Antares, a presença de tantos submarinos que se deslocam submersos» nas referidas águas «constitui um risco inaceitável para os pescadores».

Os parlamentares encarregaram ainda a Subcomissão de Pescas do Parlamento Europeu de elaborar um relatório sobre todos os incidentes conhecidos em que tenham estado envolvidos traineiras e submarinos em águas comunitárias.



cerca de 70 empresas da de milhares de famílias da

Salários

5 anos

esclarecimentos 40 para 16 milhões de

esclarecimento de dúvidas levantadas pela Administração da RN quanto à concretização do anúncio público de disponibilização de verbas, com vista ao desbloqueamento do conflito e à negociação de uma correcção salarial;

- solicitar ainda uma reunião ao ministro dos Transportes para esclarecimento do que de obscuro é indicado no processo visando o desmembramento e a privatização da empresa. Exigir em cada momento os elementos necessários ao esclarecimento de tal processo que parece encaminhar-se para a entrega de uma desbarato e a retalho de uma empresa essencial na vida portuguesa;

- antecipar a apresentação da proposta de revisão do Acordo de Empresa (AE) para 91;

- proceder à entrega desta resolução ao conselho de administração e outras entidades, acompanhada de um abaixo-assinado dos trabalhadores exigindo a reabertura das negociações e a resolução dos problemas da empresa.



desbarato em nome da privati-

Nacional

Um alerta do MDM em Lisboa

Discriminação sexista no desporto

Em recente reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, no período reservado ao público, o Movimento Democrático de Mulheres (MDM), através da sua colaboradora Alexandra Crespo Mendes Conceição, árbitra e treinadora de voleibol, apresentou uma oportuna comunicação relativa a alguns aspectos da presença e da situação da mulher na actividade desportiva.

Nesta intervenção, Alexandra Crespo Mendes Conceição denunciou a discriminação existente na prática desportiva, nomeadamente, no desporto de competição e ainda a ausência de motivações para esta prática.

Exemplo disto são as diferenças dos valores dos prémios entre atletas masculinos e femininos. Apenas dois casos:

• **V Meia Maratona de Lagos (9-12-90)**

- 1.º Prémio Masculino – 50 000\$00
- 1.º Prémio Feminino – 10 000\$00

• **IV S. Silvestre de Alcobaca (30-12-90)**

- 1.º Prémio Masculino – 30 000\$00
- 1.º Prémio Feminino – 3 000\$00

Como estão enganados!

«Sou árbitra e treinadora de voleibol. Integro um grupo de trabalho do Movimento Democrático de Mulheres, que se tem preocupado com a situação das mulheres no Desporto onde se detectam ainda, e muito claramente, atitudes e comportamentos altamente discriminatórios.

É comum ouvirem-se expressões como «a mulher não foi feita para o desporto» ou «não tem fibra», mas simultaneamente é olhada, por esses mesmos cidadãos, com um certo carinho de quem admira um ser frágil numa luta de gigantes.

Como estão enganados! A mulher não corresponde a essa imagem. Pelo contrário, é dotada de uma força anímica e de uma resistência física que a faz mover montanhas. Biologicamente, a mulher tem cerca de 17% de capacidade muscular a menos que o homem notando-se, no entanto, ao nível das «performances» desportivas somente uma diferença de 7% a 10% nos resultados. Estes valores são bem o espelho de adaptação e vontade da mulher relativamente ao esforço físico que investe na prática desportiva.

O aproveitamento destas capacidades, na mulher, está intimamente relacionado com o desenvolvimento do país a que pertence: é elevadíssimo o número de praticantes em países desenvolvidos e praticamente inexistente no terceiro mundo.

Portugal, relativamente ao desporto tal como em outras áreas, está na cauda da Europa, sendo as «performances» das mulheres um barómetro desta realidade, espelho de uma mentalidade que considera que a mulher é para estar em casa e não para andar por aí a correr ou a jogar à bola...

Poder-se-ia esperar que em determinados sectores mais progressistas, ou cultural e socialmente mais elevados, a perspectiva fosse outra. Mas como interpretar o facto de o nosso maior órgão de informação quase ignorar a prática desportiva feminina?

Como não condenar os organizadores de provas desportivas e os dirigentes desportistas pela diferença de honorários (ou prémios como lhes chamam) que discriminam claramente as mulheres?

Lisboa é, a par da zona litoral algarvia, a autarquia que maior número de equipas femininas vem perdendo anualmente, reflexo da desmotivação para o desporto de duas ou três atletas que arrastam consigo as que ainda resistiam.

Em Lisboa existem poucos locais para jogos de rua, tão necessários aos primeiros passos desportivos das nossas crianças e que, no referente às raparigas, não são praticamente utilizados.

Uma das funções da Autarquia, da Associação e da Federação é mostrar igual confiança no trabalho da mulher atribuindo-lhe tarefas iguais em iguais situações.

É esta a mensagem que a Concelhia de Lisboa do MDM aqui deixa, perante todas e todos os eleitos da Assembleia Municipal, incluindo a Câmara: temos esperança que o desporto, na nossa cidade, venha a ter uma nova dimensão — A IGUALDADE!

(Da intervenção de Alexandra Crespo Conceição, colaboradora do MDM, na Assembleia Municipal de Lisboa)

Concelho da Figueira da Foz

Eleições intercalares para a AF de Vila Verde

No próximo dia 20 de Janeiro de 1991 vão realizar-se eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Vila Verde, concelho de Figueira da Foz, distrito de Coimbra, na sequência da queda do executivo do PSD (que não conseguiu apresentar lista de recandidatura) e a que vão concorrer a CDU e o PS. Em comunicado, que passamos a transcrever, a CDU local esclarece a história.

«Nomeada que está a Comissão Administrativa e marcada que está a data da eleição da Assembleia da Freguesia de Vila Verde, impõe-se que da parte da CDU sejam feitos alguns esclarecimentos a propósito.

1. «São completamente falsas quaisquer insinuações tendentes a fazer crer que a queda da junta foi fruto de um entendimento entre a CDU e o PSD.

2. «É na incapacidade demonstrada pelo PS em ultrapassar o conflito provocado pelo seu cabeça de lista, agravado posteriormente pela demissão de todos os seus eleitos, que se deve procurar a razão da actual situação, pois, como é sabido, o PS e o PSD tinham a maioria necessária para continuarem em funções e levarem o mandato até ao seu fim.

3. «A demissão dos então eleitos da CDU, foi a única posição que em coerência lhes restava, pois a intransigência demonstrada pelo PS ao não querer substituir o Presidente da Junta, não deixou à CDU outra alternativa, quebrado que estava então todo um ambiente de trabalho e de confiança.

4. «Não tem a CDU qualquer sentimento de satisfação pelo desenvolvimento posterior da presente situação, a qual só existe por culpa exclusiva do ex-presidente da Junta de Freguesia e da força política que tão cegamente o apoiou e que vendeu aos vilaverdenses gato por lebre, quando já muitos sabiam que de facto, a lebre era gato.

5. «Tem a CDU de Vila Verde a consciência tranquila dos que não devem e por consequência não temem. A CDU não fez mais do que cumprir o seu dever para com o seu eleitorado e para com o Povo da freguesia. Com a sua actuação, a CDU atalhou à nascença um problema que outros, tendo dele conhecimento, não tiveram a coragem de denunciar.

6. «A CDU continuará a nortear-se por princípios de trabalho e honestidade, contribuindo com a sua acção para que não se instalem no Poder Local Democrático, práticas semelhantes às que marcam a vida política nacional aos mais altos níveis.

7. «A CDU irá apresentar-se às eleições para a Autarquia de Vila Verde com uma lista cujos elementos serão capazes de assumir qualquer responsabilidade que o eleitorado lhes queira por bem atribuir».

Bancários comunistas preparam Assembleia

Vai realizar-se em Fevereiro a 7.ª Assembleia da Organização dos Bancários de Lisboa do PCP.

Além de ter anunciado esta importante iniciativa, aquele organismo dos trabalhadores comunistas da Banca, intervindo na 2.ª Assembleia da OR de Lisboa do PCP, comentou alguns aspectos da situação que se vive actualmente no sector bancário e também questões da organização do Partido. Aqui deixamos um breve apontamento sobre esses temas. Recorde-se que em Abril próximo haverá eleições sindicais.

Fazendo a Banca parte do sector financeiro, extremamente cobiçado pelos grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros, conquista de meios vitais para o domínio económico e político do nosso país, naturalmente que a ofensiva exercida pelo Governo PSD e Conselho de Gestão da mesma cor, contra os interesses nacionais e dos trabalhadores, se tem feito sentir de forma muito intensa e profunda.

Com as privatizações vem a retirada de direitos e regalias à generalidade dos bancários, a intensificação dos ritmos de trabalho, a compra de direitos, a repressão, ainda que exercida de forma subtil, o desrespeito à contratação colectiva e a insegurança de emprego.

É neste contexto que temos desenvolvido a nossa acção, tanto no âmbito sindical como no das Comissões de Traba-

lhadores, dirigida para cerca de 30 000 bancários em Lisboa e 5000 reformados, com a Banca Nacionalizada (constituída por 11 bancos) ainda a ter um peso dominante no sector.

O Partido tem tido um papel determinante nas acções desenvolvidas no sector, em torno de defesa dos bancos nacionalizados e dos direitos e aspirações dos trabalhadores.

Não obstante as dificuldades com que deparamos, com as limitações na democracia sindical e de participação, visto a organização sindical estar assente, há mais de 10 anos, numa estrutura marcadamente partidária e de cariz divisionista, de conclusão com as forças do patronato e governamentais (em suma, uma organização inserida nos objectivos e conteúdo da UGT), sem tanto no âmbito sindical como no das Comissões de Traba-

continuarmos a intensificar a nossa intervenção em todos os campos possíveis no âmbito do Sindicato. **Somos uma força de grande influência eleitoral e de acção, tendo conseguido afastar o PSD dos Corpos Gerentes do Sindicato, em 1988, através da concretização de uma lista de convergência entre comunistas e socialistas.**

Nas CNT's, somos a força mais votada a nível nacional e também na área de Lisboa, imprimindo na sua acção, ao longo destes últimos anos, uma linha de força na defesa e desenvolvimento da Banca Nacionalizada e dos postos de trabalho, consubstanciada, ainda, na acção da Coordenadora das CNT's que tem funcionado sem interrupções, desde a sua formação.

No entanto, existem algumas debilidades no nosso trabalho que passam por alguma burocratização, rotina no estilo de trabalho, absorção em problemas não prioritários, redução da informação aos trabalhadores, etc., tendo-se perdido alguma eficácia na nossa acção.

Existe uma experiência muito positiva no que respeita ao trabalho autónomo das listas unitárias com a divulgação e discussão das nossas proposi-

tas junto aos trabalhadores, denunciando acções que pretendem a ineficácia das ERT's e a neutralização da luta pela resolução dos problemas concretos dos bancários e da Banca. Toda a nossa intervenção tem ainda o objectivo de contribuir para o prestígio das organizações dos trabalhadores e para o reforço da sua unidade.

Neste momento consideramos primordial a intensificação do contacto directo com os trabalhadores em cada local de trabalho e o desenvolvimento das reivindicações a nível da empresa como forma de alargar a acção organizada dos bancários em torno da defesa dos seus direitos e de um forte sector público, capaz de enfrentar as consequências do Mercado Único, contribuindo para o progresso da economia e da nossa independência.

Funcionamento regular do Partido

Através das nossas 16 células e seus secretariados, de 4 comissões específicas e do organismo de direcção, actualmente com 42 camaradas, o Partido intervém com regula-

ridade no Sector, tomando posição sobre as questões mais sentidas pelos trabalhadores, mobilizando-os para a luta em defesa dos seus direitos.

Entre saídas e entradas no Sector de e para outras organizações do Partido, recrutamento, falecimentos e afastamentos diversos, o movimento de membros teve a evolução de 1203 militantes em 1986 para 1162 em Outubro de 1990. Destes, 951 têm contacto ou ligação e a 958 camaradas foi entregue o cartão do

Partido de 90/91.

Pesem embora todas as dificuldades conhecidas, as nossas organizações têm um funcionamento regular: 9 Secretariados de Célula reúnem com periodicidade semanal, o organismo de direcção mensal, o seu Executivo semanal e o seu Secretariado quinzenal.

A organização tem 259 mulheres (21,6%) estando 13 no OD (29,5%) e 18 (excluindo as do OD) nos secretariados de Célula.

Camarada Falecido

Carlos Alberto de Oliveira

Faleceu no passado dia 15 de Dezembro, no Barreiro, o nosso camarada **Carlos Alberto de Oliveira**, membro do Partido desde os anos trinta. Em 1937 deixa o Barreiro devido às perseguições da PIDE. Regressa no princípio de 1940. Mais tarde integra o Comité Local do Partido, onde permanecerá longos anos. Nos anos 40 e 50 participa activamente nas grandes campanhas da oposição democrática à ditadura fascista. Em 1952, juntamente com Ruy Luis Gomes e outros lutadores, é detido pelas forças repressivas do regime salazarista.

O camarada Carlos Alberto Oliveira teve importante papel no acompanhamento e fiscalização dos trabalhos do novo CT do Partido no Barreiro.

Aos familiares do comunista falecido o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Internacional

EUA Agrava-se crise socioeconómica

A crise económica reflecte-se já a todos os níveis da vida socioeconómica (e mesmo política) dos Estados Unidos. A recessão é oficialmente declarada, após dois semestres consecutivos de contracção do produto interno bruto. E as compras desta época de Natal (ou melhor dizendo, a sua quebra) indicam com clareza as dificuldades económicas do quotidiano dos americanos.

Segundo estatísticas governamentais, as tradicionais compras da época natalícia decresceram sensivelmente. O que entretanto levou o comércio a antecipar a época de saldos para logo a seguir aos dias de Natal. Um quadro em que pesa a deterioração do poder de compra de diferentes sectores da população, nomeadamente das classes médias, e o crescimento do desemprego.

No Verão deste ano, segundo dados oficiais, perderam o emprego cerca de 900 mil pessoas, e há economistas norte-americanos que falam da possibilidade de o número de desempregados vir a alcançar os níveis da depressão dos anos 30.

No que se refere aos preços, o comportamento é irregular. Registam-se quebras sensíveis nos preços dos automóveis, móveis e acessórios de cozinha, enquanto se mantêm tendências altistas em sectores tão vitais como a assistência médica e as propinas escolares.

A degradação da situação socioeconómica tende a atingir amplos sectores da população e não só os mais pauperizados. Simultaneamente, não é apenas neste ou naquele sector do tecido social, mas praticamente em todos, que se faz sentir a agudização dos problemas.

Eis aqui um «inventário»

avanzado nas páginas de «Le Monde Diplomatique» — «Todos os dias, ao lado da crise do Golfo, os jornais nacionais transbordam — em simultâneo — da sua dose de inquietação: queda livre dos preços da habitação; duplicação das falências; perda de competitividade dos bancos; declínio das companhias de seguros; falência do sistema de distribuição; subida do desemprego; retomada da inflação; crescimento da dívida; agravamento da poluição; balas perdidas matam crianças em Nova York; aparecimento da criminalidade nos parques nacionais, últimos redutos da segurança para as famílias e os turistas; encerramento de escolas nos bairros superlotados; agravamento das diferenças salariais; renascimento da censura nas cidades progressistas; declínio lento, mas seguro de cidades ainda ontem prósperas.»

Desemprego e desequilíbrios salariais

O desemprego é naturalmente um dos problemas que se assume como mais preocupante para os trabalhadores em geral, tanto mais quando tende a conduzir a situações de miséria os que são directamente atingidos e resulta

numa degradação generalizada de salários e no aprofundamento das diferenças.

Face ao espectro do desemprego geram-se situações em que os trabalhadores são contratados sem que nada esteja estabelecido ao nível salarial, ficando assim dependentes do livre arbítrio do patronato.

Note-se que o desemprego está a atingir mesmo sectores de trabalhadores qualificados. Por exemplo, no Estado do Massachusetts, 46 000 assalariados das indústrias de alta tecnologia perderam o emprego nos últimos dois anos (o que corresponde a 17% do emprego neste sector). Aqui manifesta-se, de par de outros factores, a falta de flexibilidade das empresas, quer no simples plano da evolução da procura, quer no plano das transformações políticas da cena internacional, que conduziram entretanto a significativas reduções dos contratos militares.

De par do desemprego, aprofundam-se as diferenças salariais. Segundo estudos oficiais, as diferenças mantêm-se entre homens e mulheres, negros e brancos. Mas agora soma-se-lhes uma outra — entre os homens brancos. Um fruto da desregulamentação, que leva nomeadamente ao salário individualizado, por «mérito», e assim, a uma menor intervenção sindical.

Os sem tecto

Quando as classes médias são atingidas, e técnicos especializados se vêem face ao desemprego e à radical dete-



O agravamento da crise, e consequentemente das condições de vida da população, lança na marginalidade um maior número de pessoas, aumentando em simultâneo a criminalidade. Um problema para o qual a resposta do governo é bem simples — mais polícias e mais armas, mais prisões

vidamento atingido pelo Estado Federal, em nome de um «crescimento» que o foi fundamentalmente dos lucros, pesa sobre toda a vida económica do país, com gravíssimas consequências para os trabalhadores e os sectores mais desfavorecidos da população.

Com uma agravante. Outros são hoje os tempos no plano internacional. E os capitais que antes afluíram à América, contribuindo para manter níveis de vida que nada têm a ver com o que é produzido no país, terão hoje outros destinos. As dúvidas quanto a qualquer caução financeira, vão-se afirmando no Japão. Na Alemanha, é o próprio processo de unificação, na prática conduzido pela RFA, que irá absorver os capitais disponíveis.

rrioração das condições de vida, a situação das manchas de miséria tende ainda a agravar-se, tanto mais quanto escasseiam as verbas de apoio social.

Neste plano, talvez a mais grave situação seja a dos que pura e simplesmente não têm casa.

Segundo estimativas de há cinco anos, o número de pessoas sem casa em Nova York deveria elevar-se a cerca de 30 000. Os cálculos apontam hoje para os 60 000 ou mesmo para os 100 000. No conjunto dos Estados Unidos, são 3 milhões de pessoas que vivem na rua — incluindo trabalhadores que não estão no desemprego, mas cujo salário não chega para pagar o aluguer de uma casa. Um estudo feito recentemente por uma associação de ajuda aos sem tecto (a National Coalition for Homeless) revelava que a categoria que mais rapidamente aumenta é a das famílias «despejadas» quando da demolição das suas habitações (de renda económica), destruídas para dar lugar à construção de grandes prédios de apartamentos de luxo.

No fundamental, são famílias vítimas da especulação no sector imobiliário, do preço

elevado dos alugueres e das condições económicas que para os mais pobres têm vindo a piorar nos últimos dez anos. Segundo o mesmo estudo, 500 000 crianças vivem na rua.

Uma política económica declaradamente virada para a protecção e promoção do capital e do lucro, está neste momento a revelar melhor os seus frutos. Entretanto, o endi-

URSS

Congresso encerrou trabalhos

O Congresso de deputados do povo encerrou a sua quarta sessão de trabalhos, com a eleição (difícil e polémica) do vice-presidente, Gennadi Ianaiev, e uma recomendação a Gorbatchov para que prepare, no mais curto prazo de tempo possível, um «acordo económico temporário».

Ao longo de dez dias de trabalhos o Congresso aprovou uma reforma constitucional que permite a renovação dos órgãos executivos e atribui reforçados poderes ao presidente da URSS.

O novo sistema ficará estruturado em poder executivo (presidente, vice-presidente, Conselho da Federação e gabinete ministerial), Conselho de Segurança e órgãos de controlo.

Caberá ao Conselho da Federação (que passa a ter funções executivas) a coordenação da acção dos mais altos órgãos estatais e das repúblicas. Tem ainda sob a sua responsabilidade fiscalizar o cumprimento do Tratado da União.

Quanto ao Conselho de Segurança, dirigido pelo presidente, tem como funções elaborar recomendações sobre política nacional em diferentes áreas — defesa, segurança de Estado, segurança económica e ecológica do país, e garantia da estabilidade e da legalidade.

De imediato, e após os intensos debates e contradições que ressaltaram nestes dias do Congresso, duas outras difíceis provas à capacidade da perestroika de arrancar da actual situação de crise, e levar à prática o seu projecto, se perfilam. Trata-se dos dois referendos a realizar em breve — sobre o futuro da União e sobre a propriedade privada da terra.

Está em causa a capacidade de resolver, na prática, os problemas — graves — abordados nomeadamente por Gorbatchov no seu discurso inicial ao Congresso.

«Uma ameaça pesa sobre a grande causa que decidimos defender, há cinco anos, e que criou as condições prévias para uma profunda renovação do país e do Mundo inteiro», disse Gorbatchov no Congresso. E sublinhou: «A única política razoável actualmente é travar o aprofundamento da crise através de esforços comuns, de forma a ultrapassar as nossas fraquezas e as tendências negativas na sociedade».

Na base de qualquer superação dos problemas múltiplos que se vivem no país, está sem dúvida a urgente recuperação económica. O presidente soviético calcula em um ano e meio o prazo necessário para o retomar de um desenvolvimento normal.

Tarefa urgente. Pois se considerarmos o socialismo «como uma sociedade de justiça, igualdade, liberdade e democracia», como diz Gorbatchov, nada disso será possível concretizar senão «criando uma economia altamente eficaz, virada para o homem».

M.U.R.

Banca internacional em vésperas de crise?

Nas últimas semanas do ano findo adensaram-se os temores de que uma crise generalizada atinja a banca internacional, comprometendo o conjunto do sistema financeiro capitalista.

Alguns dos maiores bancos dos Estados Unidos, do Japão e da Grã-Bretanha enfrentam problemas para os quais não conseguem encontrar soluções. Para uns a falência será o desfecho da crise; outros serão engolidos por bancos rivais. Muitas companhias de seguros através também sérias dificuldades.

Instituições financeiras que pareciam ter a solidez do granito desmoronam-se, sobretudo nos Estados Unidos, em consequência dos efeitos conjugados da problemática da dívida externa do Terceiro Mundo, da recessão, da alta especulação e da concorrência selvagem.

Numa recente reunião internacional para debate da

dívida externa do Terceiro Mundo, convocada pelo Centro Internacional da Solidariedade Operária (CISO) o economista Bernard Elie, da Universidade de Quebec — o Encontro realizou-se no Canadá — chamou a atenção para aspectos dramáticos da fragilidade do sistema financeiro que tem os seus pólos nos EUA, no Japão e na CEE.

«Os anos 60 — afirmou o prof. Elie — foram testemunhas do desenvolvimento de um mercado financeiro internacional de tipo clássico; os anos 70 foram assinalados pela transferência do risco dos credores para os devedores e, em consequência disso, pela vulnerabilidade dos devedores perante as

condições do mercado».

Na opinião do professor canadiano os anos 80 passarão à história pela grande fluidez das fontes de liquidez e a vulnerabilidade das instituições financeiras. Hoje aumentam os riscos de falta de liquidez e de insolvência no conjunto do sistema financeiro; os mesmos mecanismos que globalizaram os circuitos monetários e financeiros transportam agora o risco. A hiperactividade financeira desenvolveu-se em prejuízo dos investimentos directos em capital cujo rendimento depende do comportamento concreto das economias e não de taxas de juro fixadas arbitrariamente.

Neste início de 1991 a dívida exterior pública e privada é alarmante e deixou de afectar somente o Terceiro Mundo — atinge agora brutalmente vários países industrializados, e, em primeiro lugar, os Estados Unidos.

O receio manifestado pelo prof. Elie de que uma vaga de falências de grandes bancos venha evidenciar a fragilidade do sistema financeiro internacional foi partilhado pela maioria dos participantes na reunião da CISO. Nos EUA a situação agravou-se tanto que, se a Federal Insurance Corp fechasse todos os bancos em crise, o seu fundo de garantia de 14 mil milhões de dólares desapareceria em menos de um dia.

Nas conclusões, a Conferência de Montreal afirma que a conjuntura mundial exige a imposição de controlos sobre as instituições financeiras e sobretudo uma mudança radical na concepção e gestão do sistema monetário e financeiro internacional. Se tal não se fizer — admite — a crise generalizada desse mesmo sistema será inevitável.

Internacional

GOLFO

Lógica da guerra contestada por movimentos de Paz

A notícia dos preparativos de Washington para retirar da zona do Golfo 30 mil civis (todo o pessoal «não essencial») levanta preocupações sobre as intenções da Casa Branca em relação ao desencadear de uma guerra. Paralelamente à ameaça básica, cresce nos Estados Unidos o movimento contra qualquer acção militar, movimento que conta com a activa participação de veteranos do Vietname.

Conforme foi divulgado nestes dias, está a ser elaborado um plano para retirada, até dia 15, dos 30 mil cidadãos norte-americanos que ainda se encontram na Arábia Saudita, Qatar, Emiratos Árabes Unidos, Bahrein e outros Estados da zona.

Já anteriormente o Departamento de Estado dera ordens para retirada de todo o pessoal não essencial, e respectivos familiares, da Jordânia, do Sudão, e outros países do Médio Oriente.

Entretanto, o presidente Bush interrompeu as férias da quadra natalícia para uma reunião com o secretário e o conselheiro da Defesa, regressados de uma visita de cinco dias às tropas americanas estacionadas no Golfo Pérsico.

«Tudo está sob controlo», foi o comentário de Bush, manifestando uma confiança e uma satisfação que está bem longe de ser partilhada por largas camadas da população norte-americana.

Não à guerra

A consciência dos perigos da própria acumulação de armas na zona cresce particularmente nos Estados Uni-

dos, o país que, fora da área de conflito, mais sofreria no caso da deflagração de uma guerra. Os alertas nesse sentido vêm de diferentes lados.

De referir, antes do mais, a opinião dos sete últimos ministros da Defesa que se pronunciaram contra qualquer aventura guerreira, considerando desde já um erro a enorme concentração militar e o não esperar pelas consequências do embargo. A mesma posição foi assumida pelos três últimos chefes do estado-maior militar, que consideram ser necessário esperar pelo menos dezoito meses para ver os resultados das sanções. Reservas do próprio director da CIA. E naturalmente posições de oposição da parte de muitos outros sectores, nomeadamente da Conferência dos Sacerdotes e do Conselho das Igrejas.

De par de todas estas diferentes tomadas de posição, são naturalmente os movimentos de paz os mais directamente empenhados na batalha contra a lógica belicista.

Veteranos pela paz

Em recente conversa transcrita nas páginas de



George Mizo, fotografado em 1967, no Vietname, em companhia de dois mercenários coreanos. Hoje é vice-presidente da Associação americana dos «Veteranos pela Paz», e é seu objectivo participar na luta contra a possibilidade de uma guerra no Golfo

«L'Humanité», George Mizo, vice-presidente da Associação americana os «Veteranos pela paz», alerta para os perigos que se estão a viver. Com a autoridade de quem aprendeu na guerra do Vietname, que a guerra de há muito deixou de ser a continuação da política.

«Quando os previstos 580 000 soldados estiverem a postos, os riscos serão ainda maiores — alerta. Antes de cada guerra, há sempre concentração de tropas. Os números actuais são assustadores. No ponto mais alto da guerra do Vietname, havia 490 000 homens. Eram bem menos em Pearl Harbour, um mês depois do bombardeamento. Bush e Saddam estão hoje na posição de dois adversários que empunharam

ao mesmo tempo as suas pistolas». Com uma agravante: «O drama é que não são pistolas, mas armas de destruição massiva, armas químicas, bacteriológicas e, no que respeita aos Ocidentais, armas nucleares».

O preço de uma guerra será particularmente pesado, sublinha George Mizo. «Bush aposta numa guerra relâmpago e vitoriosa para aumentar a sua popularidade, em queda livre há algum tempo. As intervenções na Líbia, no Panamá e em Granada tiveram lugar em momentos em que a popularidade do presidente baixava perigosamente. Agora predizem-nos uma vitória em quatro dias, com bombardeamentos massivos, e «apenas» 20 000 mortos americanos. Todos os militares estão

de acordo em reconhecer que é uma loucura. O preço seria muito mais elevado.»

E George Mizo recorda o Vietname. No princípio dizia-se o mesmo e, no fim, «houve 58 000 mortos do lado americano. Isso durou doze anos».

Para o vice-presidente da Associação americana «Veteranos pela paz», a esperança está na «pressão da opinião pública». Pressão que terá também de se fazer sentir entre os militares norte-americanos. Uma esperança com sentido pois, no balanço deste movimento pacifista, «em três meses, alcançámos o nível atingido ao fim de cinco anos de guerra no Vietname, tanto no que respeita à mobilização no seio das Forças Armadas como entre a opinião pública».

MARROCOS

Silêncio sobre as vítimas da repressão

Há acontecimentos — crimes mesmo — que passam quase despercebidos. Porque o país em que se registam esmaga as possibilidades de uma mais ampla informação. Porque as agências informativas também por vezes não manifestam particular interesse. E assim nos ficamos pela pequena notícia a uma coluna, algumas palavras na rádio ou na TV. É o caso da violentíssima repressão que atingiu os participantes na greve geral do dia 14 de Dezembro, em Marrocos.

A greve fora convocada pelas duas centrais sindicais do país, e de seguida declarada ilegal pelo governo marroquino. Os sindicatos decidiram manter o movimento grevista, que tinha como reivindicações de base — o aumento do salário mínimo, o reconhecimento dos direitos sindicais e a reintegração dos trabalhadores despedidos em 1984, quando um levantamento popular foi esmagado pela violência, com um saldo de centenas de mortos e um número desconhecido de feridos.

No balanço dos sindicatos, a greve foi seguida por cerca de 80% dos trabalhadores. Um movimento grevista acompanhado de grandes manifestações selvaticamente reprimidas, contra a fome (o nível de vida dos marroquinos é

três vezes inferior ao dos seus vizinhos da Argélia).

Em vésperas, toda a região de Fez era já patrulhada por blindados. Apesar da ostentação de força, os jovens dos bairros periféricos avançaram sobre a cidade, «somos filhos das pedras... como os palestinianos da Infantada», diziam. Às pedras lançadas, o exército respondeu com os tiros.

A repressão

Na verdade ninguém sabe qual o balanço dos mortos. Em declarações à Reuters, um médico do hospital de Ghasami (que quis naturalmente manter o anonimato) afirmou que pelo menos 100 mortos tinham entrado no hospital e na morgue. Adiantando ainda que, por medo da repressão,

as famílias das vítimas não as declaravam e enterravam-nas clandestinamente.

As mortes há que juntar as prisões e desde já as pesadas condenações. O tribunal de primeira instância de Fez condenou a sete anos de prisão doze acusados e aplicou penas de cinco anos a outros quatro.

As acusações incluíam «rebelião, assalto armado na via pública (com pedras?) e destruição de edifícios públicos». Acusações que constituem o aproveitamento de actos, da parte dos manifestantes, claramente ligados a uma situação de miséria generalizada e fome — foram numerosos os assaltos a lojas e armazéns de produtos alimentares. Comentando esse facto, o jornal «Al-Bayane» (órgão do Partido do Progresso e do Socialismo) afirmava que «ao atacar os poderosos, os sinais de riqueza, os hotéis de luxo», os manifestantes de Fez «testemunharam do abismo que divide a sociedade entre uma minoria de ricos e uma maioria de deserdados».

Os acontecimentos de dia catorze não se cingiram a Fez. Também em Tanger e Rabat

se registaram manifestações e confrontos com as forças militares.

Passados os confrontos — que possivelmente terão sequência em novas manifestações — o governo de Marrocos tentou abafar qualquer informação e agravar mais ainda o estado repressivo. Mas com êxito relativo.

A luta continua

No parlamento, partidos da oposição apresentaram questões orais, com carácter de urgência, ao primeiro-ministro Azzedine Laraki. Pretende-se concretamente saber «qual o número de mortos e feridos» de dia 14 (a nível oficial fala-se apenas de 5 vítimas mortais) e esclarecer as declarações governamentais segundo as quais houve «cumplicidade de Estados estrangeiros e de meios de informação públicos» no desenrolar dos incidentes (pretexto clássico para justificar a repressão e negar a realidade concreta das exigências populares).

Entretanto os sindicatos ameaçaram o governo de uma nova greve geral se as suas

reivindicações fundamentais — duplicação do salário mínimo e respeito do direito à greve — não forem atendidas. A Confederação Democrática do Trabalho (CDT) e a União Geral dos Trabalhadores Marroquinos (UGTM) denunciaram a responsabilidade do governo que recorreu «à repressão, e múltiplas formas de pressão para fazer abortar a greve», o que teve «consequências graves de que o governo assume a total responsabilidade».

A gravidade das penas que entretanto estão a ser impostas aos presos é outra razão posteriormente referida para lançar novas acções grevistas.

Quase simbolicamente, tudo indica que, para reprimir as manifestações populares, vieram tropas estacionadas em bases militares da Arábia Saudita. O que leva a relembrar aqui o alerta dos partidos comunistas e progressistas do Médio Oriente — a propósito dos acontecimentos do Golfo — sobre o carácter antidemocrático da generalidade dos regimes nesta área. E a necessidade de afirmar a exigência de democracia como insubornável da exigência de paz.

«Num magnífico movimento de unidade, os vendedores de jornais de Lisboa encontram-se em greve desde o dia 1 de Novembro, exigindo 20 centavos por exemplar, o que não é demasiado se atendermos a que o aumento do preço dos jornais foi de 30 centavos e foram apenas concedidos aos vendedores mais 3 centavos (de 12 para 15). Nos primeiros dias de greve apenas a «República», que se recusou a aumentar o preço decretado pelos grandes tubarões da imprensa, era vendida pelos ardinas.

Pretendendo justificar o aumento, o Grémio procura fazer crer que foi forçado a isso pelas dificuldades e que os vendedores são muito beneficiados. A verdade é que as empresas jornalísticas encontraram formas de compensar os preços das matérias primas, e nomeadamente através do fabuloso aumento dos anúncios (...).

Como defensor fiel dos grandes capitalistas, o governo colocou-se abertamente contra os trabalhadores e contra o público. Tomou medidas repressivas contra os vendedores, autorizou a criação de postos de venda com o fim de render os vendedores pela fome e obriga agora à inscrição no governo civil e a cartões de identidade. Mais ainda: retirou imediatamente a «sanção» à direcção do Sindicato Nacional dos Vendedores de Jornais, que antes submetera a aprovação.»

(«Greve dos vendedores de jornais» - «Avante!», VI série, nº 96, Dezembro de 1946)

AVANTE!
GRUPO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Milhares de estudantes universitários de Lisboa, Porto e Coimbra manifestam por todas as formas a sua indignação e revolta contra o governo de Salazar, exigindo a revogação do último decreto do ministro da Educação visando a liquidação das Associações Académicas que ainda restam.

Em Coimbra, no dia 14 de Dezembro a AA convocou uma Assembleia Magna na Academia a que compareceram 1500 estudantes, e aí resolveram exigir do governo a revogação do decreto. Entre outras acções, promoveram no dia seguinte uma manifestação de protesto pelas ruas da cidade na qual se incorporaram cerca de 3 mil estudantes.

No início do Jogo Académico-Sporting, efectuado a 16 de Dezembro, os estudantes entraram em campo envoltos nas suas capas e de novo a massa estudantil nas bancadas se manifestou pela revogação do decreto.

Em Lisboa, as aulas praticamente pararam, tendo-se realizado várias reuniões magnas, sendo de destacar a do Instituto Superior Técnico com cerca de 300 estudantes e que promoveu uma concentração no dia seguinte com mais de 800.

Assinada pelas Direcções das AA de Lisboa, Coimbra e de Farnácia do Porto foi entregue ao ministro uma declaração conjunta, exigindo a revogação do decreto. Comissões de estudantes das Faculdades de Medicina, Letras e Belas Artes de Lisboa, onde as Associações foram proibidas, entregaram ao ministro uma representação reclamando o direito a formar as suas Associações.

A unidade estudantil que se formou à volta da luta pela liberdade das Associações existentes tende a alargar-se aos estudantes que já estavam privados das suas Associações, desde os universitários até aos estudantes dos liceus e escolas técnicas de todo o país. Nesta luta participam estudantes de todas as tendências, católicos, ateus, membros da JUC e da MP, os quais são apoiados por muitos professores.

O decreto do ministro da Educação reduz a zero a possibilidade dos estudantes elegerem e dirigirem livremente as suas associações, impondo toda a espécie de limitações e uma grossa tutela governamental às actividades escolares, desportivas e culturais dos estudantes. Depois de ter liquidado as Associações dos estudantes dos liceus e escolas técnicas, o governo pretende fazer o mesmo aos estudantes universitários e integrar todas as suas actividades na Mocidade Portuguesa.»

(«Milhares de estudantes universitários (...) exigem liberdade de reunião e associação» - «Avante!», VI série, nº 225, Dezembro de 1956)